



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 004 CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2005 ANO XXX

## Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo ..... Natálio Stica  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PP ..... Cida Borghetti  
PT ..... Tadeu Veneri  
PDT ..... Barbosa Neto  
PSL ..... Luiz Carlos Martins  
PL ..... Mauro Moraes  
PPS ..... Ratinho Júnior

## Representação Partidária

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**SUMÁRIO**

<b>004ª SESSÃO ORDINÁRIA .....</b>	<b>02</b>
<b>Lista de presenças.....</b>	<b>02</b>
<b>Expediente.....</b>	<b>03</b>
Indicações .....	03
Requerimentos .....	03
Projetos de Lei .....	08
<b>Horário do Pequeno Expediente .....</b>	<b>13</b>
Dep. Plauto Mió Guimarães.....	13
Dep. Ademar Traiano.....	14
Dep. José Domingos Scarpellini ....	16
Dep. Durval Amaral.....	17
Dep. Barbosa Neto.....	18
Dep. Elio Rusch .....	19
<b>Horário do Grande Expediente.....</b>	<b>20</b>
Dep. Rafael Greca.....	20
<b>Horário das Lideranças .....</b>	<b>27</b>
Liderança do PSB: Dep. José	
Domingos Scarpellini .....	27
Liderança do PTB: Dep. Jocelito	
Canto .....	28
Liderança do PDT: Dep. Neivo	
Beraldin.....	28
Liderança do PT: Dep. Tadeu	
Veneri .....	29
<b>Ordem do Dia .....</b>	<b>30</b>
Leitura do Expediente .....	30
Discussão/Votação .....	31
3ª Discussão .....	31
Requerimentos .....	67
<b>Explicações Pessoais .....</b>	<b>67</b>
Dep. Natálio Stica .....	67
<b>Ordem do dia da próxima Sessão .....</b>	<b>67</b>

**004ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 004ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
23 DE FEVEREIRO DE 2005**

*(quarta-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelo Sr. Deputado Cesar Seleme e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duflío Genari, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (46). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Reni Pereira, Artagão Júnior, Chico Noroeste, Elton Carlos Welter, Mauro Moraes, Renato Gaúcho e Waldir Leite (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO ORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

## O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Indicações:**

## INDICAÇÃO Nº 003/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado que a presente indicação subscreve, que será submetida às Comissões Parlamentares e ao Plenário desta Casa, utiliza deste instrumento regimental para levar a V. Exa. a seguinte sugestão de anteprojeto de lei, estabelecendo providências administrativas.

Art. 1º - Os órgãos e entidades da administração direta e indireta estadual, quando da liberação, a qualquer título, de recursos financeiros para os Municípios, notificarão o fato às respectivas Câmaras Municipais, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data da liberação.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) DURVAL AMARAL

## JUSTIFICATIVA:

A instituição da obrigatoriedade sugerida facilitará a ação dos legislativos municipais no exercício de uma das suas funções institucionais no que respeita à fiscalização dos atos da administração pública municipal.

## INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Os Deputados abaixo assinados, vêm através da presente, comunicar a indicação do Deputado Antonio Martins Anibelli, como Líder da Bancada do PMDB, para a 3ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) ADEMIR BIER, ARTAGÃO JÚNIOR, DOBRANDINO DA SILVA, JOSÉ MARIA FERREIRA, NEREU MOURA, ALEXANDRE CURI, CLEITON KIELSE, ELZA CORREIA, DELEGADO BRADOCK e RAFAEL GRECA.

## INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Venho através da presente, como Líder da Bancada do PMDB, indicar o Deputado José Maria Ferreira e Deputada Elza Correia, para ocuparem o cargo de Vice-Líderes da Bancada do PMDB, para a 3ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

## INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Os Deputados que a presente subscrevem, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais e regimentais, vêm comunicar a V. Exa. e a este Parlamento a indicação do Deputado Valdir Rossoni para assumir a Liderança da Bancada de Oposição nesta Casa, a partir desta data.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI e PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

**Requerimentos:**

## REQUERIMENTO Nº 128

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 24 de fevereiro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária de quarta-feira.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 141

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e nas qualidades de Presidente e de Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito da Reforma Agrária, REQUEREM a postergação do prazo da conclusão e apresentação do Relatório Final, para que este seja apresentado até a data de 16 de março de 2005.

Apesar desta Comissão ter seu prazo conclusivo datado para 28 de fevereiro do corrente ano, urge a presente solicitação, devido à exiguidade de tempo para a feitura, conclusão, apresentação, votação e aprovação das conclusões finais de seu Relatório, pelos motivos da complexidade nascida do grande número de depoimentos, da qualidade expressiva de documentação encaminhada para análise por esta CPI, da necessidade de visitar *in loco* alguns assentamentos e acampamentos no interior do Estado, que gerou fatos novos a serem avaliados, inviabilizando a apresentação do Relatório Circunstanciado, com as conclusões, no prazo anteriormente esperado. Razão estas pelas quais pede-se o deferimento do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(aa) ELIO RUSCH

Presidente da CPI da Reforma Agrária

DELEGADO BRADOCK

Relator da CPI da Reforma Agrária

## REQUERIMENTO Nº 129

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, res-

peitosamente, REQUER, a criação de uma Galeria de Fotos Mulheres no Poder como resgate histórico da participação da mulher neste Legislativo com a confecção e afixação, em lugar de destaque no Centro Legislativo Presidente Anibal Khury, de painel com fotos das atuais e ex-Deputadas e indicação da Legislatura de que fizeram parte.

Esta iniciativa dignificaria a Assembléia Legislativa do Estado com a lembrança da participação daquelas legisladoras que passaram por esta Casa, dando importante contribuição ao Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) ELZA CORREIA

#### REQUERIMENTO Nº 126

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Carlos Batista de Carvalho, ocorrido no dia 23/12/2004 p.p., na cidade de Paranapoema-PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Neusa dos Santos Carvalho, enviado correspondência à Rua José Cândido Muricy, s/n, CEP: 87.680-000-Paranapoema-PR.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

A vida é especialista em nos pregar peças. Quando menos esperamos, pessoas que nos são gratas deixam o nosso convívio. Às vezes, para uma viagem temporária. Outras, por um período indefinido de tempo, onde não podemos vislumbrar quando vai acontecer novamente o tão esperado reencontro.

E dentro destas peças que a vida nos prega, uma delas foi tirar de forma tão rápida do nosso dia-a-dia o Sr. Carlos Batista de Carvalho, carinhosamente chamado de Carlinhos, pai de família, trabalhador, homem responsável e respeitado. Cidadão brasileiro, natural de Presidente Prudente - SP, mas que adotou Paranapoema como sua cidade de coração.

Somos o fruto dos nossos pensamentos, das nossas palavras e das nossas ações. Na verdade, este é o grande legado que podemos deixar aos que amamos e às futuras gerações. Carlinhos soube fazer de sua vida um exemplo para o próximo.

Neste momento, pedimos a Deus que abençoe e ilumine o espírito do nosso amigo e dê forças para todos os seus familiares, para que a dor da partida seja minimizada.

Uma dor que o tempo é especialista em cicatrizar as feridas que são abertas em nossos corações. Este tempo que vai seguindo, sem parar, Carlinhos nos privou temporariamente do seu convívio. Na verdade, apenas uma pausa. A nossa fé cristã nos assegura que o tempo do reencontro vai ocorrer.

Pedimos desculpas por este voto de pesar só estar sendo enviado nesta oportunidade. Ocorre que a Assembléia estava em período de recesso parlamentar, onde os trabalhos foram retomados somente no início do segundo semestre de fevereiro.

Que Deus ilumine a todos que amavam e continuam amando o Carlinhos.

#### REQUERIMENTO Nº 130

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Praczyk, pai do ilustre Deputado Pastor Edson Praczyk, ocorrido nesta madrugada em São Paulo, deixando sua esposa Maria Francisca da Silva Praczyk, 3 filhos, 5 netos e 1 bisneto.

Requerem ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Arumarana, 41 - Jardim Eliana - CEP: 03578-170 - São Paulo-SP.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO e NEREU MOURA

#### REQUERIMENTO Nº 138

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do professor Antonio Nunes Cottar, aos 72 anos de idade, que exerceu suas funções com muita dedicação e honradez na Universidade Estadual de Ponta Grossa, ocorrido no dia 21.02.2005, no Município de Ponta Grossa.

Requer, também, após decisão do Plenário desta Casa de Leis, envio de correspondência à família enlutada, na Travessa Frei Caneca, nº 39, ap. nº 35, CEP: 80010-090, Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 142

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de pesar ao Clube de Desbravadores "Leão de Judá", da cidade de Ponta Grossa, pelo falecimento dos juvenis Guilherme Sanson de Moraes, Guilherme Godói Gonçalves e Erickson André Alves, membros desta entidade.

O presente voto se justifica em função da importância do Clube de Desbravadores no desenvolvimento físico, na formação do caráter e dos princípios éticos, morais e cristãos dos juvenis e adolescentes no Estado do Paraná, sendo que recentemente, no Município de Santa Helena, houve um encontro com a presença de aproximadamente vinte mil desbravadores. Vale ressaltar também

os trabalhos na área social, desenvolvidos pelos clubes espalhados em todo o Paraná, além de inúmeras ações cidadãs.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 124

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Sr. Luiz Claudio Mehl, pela sua eleição à presidência do Instituto de Engenharia do Paraná.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Dr. Luiz Claudio Mehl.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Luiz Claudio Mehl foi eleito para presidir o Instituto de Engenharia do Paraná.

É para nós um dia de gala, este dia em que festejamos com a notícia da posse do Dr. Luiz Claudio Mehl, para a presidência do Instituto de Engenharia do Paraná.

É também indeclinável dever, honrar aqueles que por seus méritos fazem jus à admiração e à gratidão de seus semelhantes. Quanto mais quando se trata de alguém que por seus esforços tudo fez por esta sociedade da qual é membro eminente.

E, para que não sejamos acoimados e esquecidos, estamos aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para prestar-lhe esta homenagem que, embora não corresponda à magnitude e o brilho de seus méritos, servirá, todavia, para deixar registrado para a posteridade nos Anais da Assembléia Legislativa.

A engenharia tem sido em todas as épocas a propulsora da civilização. Se recuarmos às eras mais remotas, veremos que foi através da engenharia que os povos entraram em contato uns com os outros, beneficiando-se reciprocamente com esse intercâmbio, tanto na permuta de riquezas, como na difusão de conhecimentos úteis.

Ao Dr. Luiz Claudio Mehl, estão entregues os destinos do Instituto de Engenharia do Paraná. É nele, que depositamos nossa confiança, na certeza que haverá de levar ao bom termo a tarefa que lhe foi confiada.

#### REQUERIMENTO Nº 125

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, envio de votos de congratulações aos rotarianos pela comemoração do Centenário do Rotary Internacional.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis,

solicitando o envio de cópia no endereço: Rua Tagipurá, 209 - CEP 01156-000 - São Paulo / São Paulo.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

O primeiro clube de prestação de serviços foi fundado no dia 23 de fevereiro de 1905, quando o advogado Paul Harris reuniu-se com três amigos em um pequeno escritório no centro de Chicago. Eles queriam reavivar durante a virada do século, o espírito de amizade conhecido em suas cidades natais. Mais pessoas foram convidadas a juntar-se ao grupo à medida que o clube tornou-se mais conhecido. Ele foi denominado "Rotary", já que o local onde os sócios reuniram-se era rotativo - cada vez no escritório de um deles.

Inicialmente formado por razões de companheirismo, o primeiro Rotary Club rapidamente evoluiu, passando a aproveitar as habilidades e recursos dos sócios para prestar serviços à comunidade. No final de 1905, o Rotary Club de Chicago tinha 30 sócios. Três anos depois, um segundo clube foi estabelecido em São Francisco, na Califórnia, EUA. No ano seguinte, três outros clubes foram estabelecidos na costa oeste dos Estados Unidos e um quarto em Nova Iorque. Em poucos anos outros grupos inspiravam-se no exemplo do Rotary para formar seus próprios clubes.

A primeira convenção do Rotary realizou-se no Congress Hotel, em Chicago, durante o mês de agosto de 1910. A Associação Nacional de Rotary Clubs foi organizada nessa época com 16 clubes participantes. O fundador do Rotary, Paul Harris, foi eleito o primeiro Presidente da Associação.

Durante o ano rotário 1911/12, a Associação tornou-se internacional devido ao estabelecimento de um Rotary Club em Winnipeg, Manitoba, no Canadá. Pouco depois o Rotary cruzava o Oceano Atlântico para estabelecer clubes na Inglaterra, Irlanda e Irlanda do Norte. A Associação Nacional de Rotary Clubs tornou-se assim a Associação Internacional de Rotary Clubs em 1912, para em 1922 adotar o nome de Rotary International (RI). Antes de chegar a seu vigésimo aniversário, o Rotary já contava com quase 200 clubes, e mais de 20.000 sócios ao redor do mundo.

Ao passo que o Rotary crescia, aumentava também o alcance de suas atividades. Durante a Primeira Guerra Mundial, o Rotary descobriu novas maneiras de servir, ou seja, por meio de arrecadações para trabalhos de assistência e auxílio em situações de emergência. Em 1917 o então Presidente do RI Arch Klumph propôs o estabelecimento de um fundo de dotações, que em 1928 tornou-se a Fundação Rotária. A Fundação fez sua primeira doação humanitária (US\$500) em 1930, à International Society for Crippled Children.

Após a Segunda Guerra Mundial, muitos clubes que haviam sido desativados durante o conflito foram reestabelecidos e deram início a novos projetos de prestação

de serviços, que incluíam auxílio a refugiados e prisioneiros de guerra.

A delegação do Rotary International, composta de quarenta e nove rotarianos, foi a maior entre todas as organizações não governamentais na Conferência de Fundação das Nações Unidas, realizada em 1945 em São Francisco. Uma conferência patrocinada pelo Rotary em Londres, em 1943, serviu como inspiração para a criação da Organização para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), estabelecida pela ONU em 1946.

A Fundação Rotária experimentou crescimento modesto até 1947, quando rotarianos fizeram doações significativas em memória de Paul Harris, falecido em janeiro de 1947. No mesmo ano, a Fundação inaugurava seu primeiro programa de bolsas de estudo, enviando 18 estudantes a 7 países diferentes.

Atualmente, mais de 1300 estudantes viajam ao exterior como bolsistas do Rotary a cada ano.

A partir de sua admissão ao Rotary em 1987, as mulheres são o grupo de crescimento mais rápido do Rotary, gradualmente ocupando posições de liderança na organização. Mais de 1900 mulheres são Presidentes de clube e esse grupo está rapidamente assumindo posições de liderança regional. Hoje em dia, aproximadamente 1,22 milhões de homens e mulheres em suas profissões, participam de mais de 31.600 clubes ao redor do mundo.

Pelo brilhante trabalho que o Rotary Clube Internacional vem desenvolvendo à comunidade é que propomos esta justa homenagem.

#### REQUERIMENTO Nº 134

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Federação Paranaense de Basketball, pela posse da nova Diretoria, ocorrida no último dia 02 de fevereiro de 2005.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Sr. Amarildo Rosa, Presidente eleito da FPB, no seguinte endereço: Praça Plínio Tourinho, s/nº - Jardim Botânico - CEP 81200-280 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 139

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, ao Sr. Joaquim José de Almeida, pelos relevantes serviços prestados à comunidade curitibana.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Tal homenagem deve-se ao excelente trabalho desenvolvido com encontros de pipas. O Encontro de

Pipas existe há dois anos e quando aconteceu pela primeira vez contou com a participação de cinquenta pessoas.

Hoje é um evento que tem previsão de participação de quatro mil pessoas e a tendência é de que a cada encontro o número de pessoas aumente consideravelmente.

Antigamente participavam somente pessoas do Bairro Xaxim; hoje tem participantes do Rio de Janeiro, São Paulo e outros Estados.

Um dos objetivos do homenageado é de criar um Parque da Pipa, onde todo domingo reuniria crianças da região para soltar pipa e tirá-las da ociosidade e de um possível contato com drogas.

#### REQUERIMENTO Nº 131

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações aos investigadores de Polícia da Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente que participaram da Operação Viva o Verão 2005.

Favor enviar correspondência para o seguinte endereço: Avenida Erasto Gaertner, 1261 - Bairro Bacacheri, Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Com esta proposição queremos prestar nossa homenagem a esta equipe de Policiais Civis paranaenses que vêm desenvolvendo importante trabalho de fiscalização, bem como de orientação aos veranistas e população em geral, despertando assim a conscientização ambiental do povo paranaense.

Em anexo, listagem da equipe de policiais integrantes da referida Operação.

1. Wilciomar Voltaire Garcia - Delegado de Polícia
2. Peter Otavio Costa - Superintendente
3. Milton Russo - Investigador de Polícia
4. Rogério Athayde - Investigador de Polícia
5. Alessandro Luis Pini - Investigador de Polícia
6. Alinor Silveira - Investigador de Polícia
7. Aldo Cesário dos Santos - Investigador de Polícia
8. Cezar Luiz Cognialli - Investigador de Polícia
9. Daniel David Pacheco - Investigador de Polícia
10. Edemir Catapan - Investigador de Polícia
11. José Renacir Machado de Souza - Investigador de Polícia
12. Júlio César Valeski - Investigador de Polícia
13. Lauro Romaniv - Investigador de Polícia
14. Luis Alberto da Silva Debus - Investigador de Polícia
15. Luiz Rogério Podegurski - Investigador de Polícia

16. Mauro Sérgio Lustosa - Investigador de Polícia

REQUERIMENTO Nº 132

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos de hoje, votos de congratulações aos Delegados de Polícia Marcus Vinícius da Costa Michelotto e Luiz Carlos de Oliveira pelo seu excelente trabalho realizado na Coordenação do Projeto Viva Mais o Verão.

Favor enviar correspondência para os seguintes endereços: Rua Augusto Stelfeld, 1262 - Bairro Bigorri-lho - Curitiba, Paraná e Rua José Loureiro, 540 - 6º andar - CEP 81010-000 - Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 127

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de destinar uma viatura da Polícia Militar e uma viatura da Polícia Civil para o Município de Planaltina do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para que libere uma viatura da Polícia Militar e uma da Polícia Civil, em caráter emergencial, em face do recrudescimento dos índices de marginalidade, criminalidade junto ao Município de Planaltina do Paraná.

O atendimento desta solicitação visa trazer segurança e tranquilidade à comunidade da área urbana e rural de Planaltina do Paraná, podendo significar redução nos números de todo o tipo de delinquência e marginalidade. A marginalidade precisa ser enfrentada. Desafiada. Condenada. E isso urge. É um clamor geral dos moradores que se encontram desamparados, intranquilos, inclusive vivendo permanentemente, em clima de medo. E esse é um dever do Estado. Ele tem que garantir a inviolabilidade dessas famílias, do direito à vida, à segurança, à liberdade.

REQUERIMENTO Nº 136

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, cópia do contrato firmado entre a Rádio e TV Educativa do Paraná e a FUNPAR - Fundação Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(aa) ELIO RUSCH, BARBOSA NETO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MAR-

TINS, DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO e JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 137

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o douto Plenário respeitosamente, REQUER, seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes Sr. Waldyr Pugliesi e Sr. Rogério Walbach Tizzot, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas e Rodagem - DER, para construção do Trevo da BR-277.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) ADEMIR BIER

Apoiamento:

Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Reni Pereira, Elio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

A construção do Trevo da BR-277, que dá acesso ao Município de Vera Cruz do Oeste é uma obra de vital importância para a região, pois todo fluxo de veículos que vai para Toledo passa por este acesso. O presente requerimento vem ao encontro de uma reivindicação antiga, em função de vários acidentes ocorrido naquele local, causando inclusive várias mortes pela falta do referido trevo.

No dia 18 de fevereiro de 2005, a Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná - CACIOPAR, realizou uma reunião em Vera Cruz do Oeste, para mais uma vez debater a questão do Trevo da BR-277.

Outrossim gostaria de relatar que a população daquela região vem fazendo vários movimentos em prol da construção do referido trevo, inclusive pressionando as autoridades constituídas de toda a região, sendo que nos levou a fazer o presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 140

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador Roberto Requião, para que sejam enviados os dados sobre o cálculo do percentual de recursos próprios aplicados em Saúde, conforme a EC 29/2000, referentes aos anos de 2003 e 2004, visto que, o SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde) do Ministério da Saúde, tiveram seus dados atualizados em 29/06/2004 referentes, somente ao Ano-Base 2002.

Requer outrossim, que após decisão do Plenário seja enviado expediente ao Governador do Estado Roberto Requião - Palácio Iguaçu - 3º andar - Centro Cívico - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

**REQUERIMENTO Nº 133**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado dos Transportes, informar qual o valor médio por quilômetro do pedágio cobrado na ponte de Guaíra e se o mesmo está vinculado a algum lote das concessionárias de pedágio neste Estado, ou se está sendo praticado pela administração estadual.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) DURVAL AMARAL

**REQUERIMENTO Nº 135**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Delazari, providências daquela Pasta para implantar a patrulha rural em todos os Municípios do Paraná para fazer frente aos inúmeros roubos verificados nos últimos meses nas propriedades rurais de todo o Estado.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

**Projetos de Lei:****PROJETO DE LEI Nº 042/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a “AFGV - Associação Filantrópica Geração Vida”, com sede e foro no Município de Apucarana/Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) MILTINHO PUPIO

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a “AFGV - Associação Filantrópica Geração Vida”, que tem por finalidade promover seminários, palestras, convenções, estudos teológicos, escola dominical, estudos filosóficos.

Desenvolve projetos contra a dependência química, álcool e o tabagismo, através de palestras, grupos de apoio, auxílio via telefone, acompanhamento médico, disponibilidade de material didático para as palestras, e personal trainer gratuito, para recuperação física, e a inclusão na atividade física para uma pronta recuperação na libertação dessas dependências, a fim de proporcionar uma vida mais saudável a quem precisa e não tem condições de arcar com custos para isso.

Desenvolve ainda projetos culturais para a comunidade carente em geral, promovendo grupos de dança para crianças, adolescentes e adultos, através de dança clássica, rap, ballet e dance; oficinas de teatro, para adultos e crianças, oficinas de bonecos.

Dispõe de biblioteca com mais de 300 volumes para estudos, auto-ajuda, religião, teologia, filosofia, semântica, teatros e muito mais; vídeo-locadora com um acervo de mais de 150 títulos voltados para ética, bons costumes e cultura; disponibiliza de um Cine G.V. com projetor semi-profissional e demais equipamentos de sonorização, que são utilizados para apresentação de filmes, palestras, estudos, entre outros.

É notório que as pessoas que não possuem recursos precisam de entidades dessa natureza, que lhe propiciem um ingresso no meio cultural, e que tenham a quem recorrer quando reconhecem ser, viciados, dependentes de drogas, álcool ou cigarro, que só por si não têm a capacidade para libertar-se de tal mal; precisam de clínicas, grupos de apoio. Em um País onde tudo que é bom é pago, precisamos valorizar entidades como a AFGV, que proporcionam a estas pessoas um lugar ao qual recorrer.

Pelo exposto, esperamos poder contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 043/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Para efeito de preservação da ordem e segurança pública no Estado do Paraná fica estabelecido como limite máximo para fechamento de estabelecimentos comerciais cuja venda dos respectivos produtos seja predominantemente de bebidas alcoólicas, a vigésima terceira hora de cada dia.

§ 1º - O limite estabelecido neste artigo fica prorrogado em mais duas horas nos sábados, domingos e feriados.

§ 2º - O reinício das atividades dos referidos estabelecimentos, no dia subsequente, somente poderá ocorrer a partir das sete horas.

Art. 2º - Para efeito de aplicação desta lei, excluem-se os estabelecimentos comerciais que disponham de, no mínimo 03 (três) das seguintes especificações:

- a) cardápio relacionando os pratos de alimentos elaborados e servidos no local;
- b) 05 (cinco) mesas, pelo menos;
- c) serviço de garçom;
- d) música ao vivo;
- e) pista ou local apropriado para dança.

Art. 3º - O descumprimento da presente lei importará ao infrator, que para este fim é classificado segundo a



legislação tributária relativa ao regime das micro e pequenas empresas, a imposição das seguintes penalidades, a cada dia de exercício regular da respectiva atividade:

I - 1 UPF/PR, para estabelecimentos enquadrados como microempresas, com receita bruta anual de até R\$ 108.000,00;

II - 2 UPF/PR, para estabelecimentos enquadrados como microempresas com receita bruta anual de R\$108.000,00 até R\$216.000,00;

III - 5 UPF/PR, para estabelecimentos enquadrados como de pequeno porte com receita bruta anual de R\$216.000,00 a R\$500.000,00;

IV - 10 UPF/PR, para estabelecimentos enquadrados como de pequeno porte com receita bruta anual de R\$500.000,00 a R\$1.000.000,00;

V - 15 UPF/PR, para estabelecimentos enquadrados como de pequeno porte com receita bruta anual de R\$1.000.000,00 a R\$1.500.000,00;

VI - 18 UPF/PR, para estabelecimentos enquadrados como de pequeno porte com receita bruta anual de R\$1.500.000,00 a R\$1.800.000,00;

V - 25 UPF/PR, para estabelecimentos com receita bruta anual acima de R\$1.800.000,00.

Parágrafo Único - Se, em até 30 (trinta) dias, o horário de funcionamento do estabelecimento não estiver adequado aos limites estabelecidos nesta lei, o local será fechado e lacrado por prazo não inferior a 30 (trinta) dias, podendo ser reaberto mediante compromisso do proprietário quanto a observância dos limites de horário estabelecidos nesta lei, e desde que recolhidos aos cofres públicos os valores correspondentes à penalidade pecuniária aplicada.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O que motiva, sobretudo, a apresentação desta proposta de lei é a preservação da segurança e da ordem pública no Estado.

É sabido e comprovam-se por pesquisas e estatísticas sobre criminalidade que atos de violência, quer contra as pessoas, quer contra o patrimônio, público ou privado, têm maior incidência nas proximidades dos estabelecimentos vendedores de bebidas alcoólicas, uma vez que o álcool ingerido em excesso, desinibe, libera das censuras e altera o comportamento das pessoas.

A insegurança é tanta que 73% da população da Capital, por exemplo, manifestou-se favoravelmente à limitação do horário de funcionamento dos bares, conforme demonstrou a pesquisa feita pelo Instituto Paraná de Pesquisa, a pedido da Gazeta do Povo.

Não se trata aqui no mero interesse local do Município de fixar o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais em geral, situados em seu território.

O interesse público predominante neste caso não é local e específico da administração municipal, mas sim o interesse público de relevância ainda maior, que é a ordem e a segurança pública em todo o Estado, garantidoras da incolumidade da população e do patrimônio, tanto público quanto privado, segundo prevêm as Constituições Federal e Estadual em seus artigos 144 e 46, respectivamente.

PROJETO DE LEI Nº 044/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Concede ao Sr. Pedro Joanir Zonta, o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(aa) CIDA BORGHETTI

DUÍLIO GENARI

CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Bancada do Partido Progressista - PP, nesta Casa, propõe pelo presente projeto de lei, a concessão do título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Sr. Pedro Joanir Zonta, empresário paranaense, pelos relevantes serviços prestados à nossa sociedade. Entre esses serviços está o comprovado investimento que fez, faz e por certo continuará fazendo somente no Estado do Paraná, no setor de Supermercados e Hipermercados, através do Grupo Condor, o qual preside desde a sua fundação (13.04.74), promovendo com isso a geração de mais de 4000 empregos diretos, além de influenciar a geração de milhares de novos empregos através de seus fornecedores.

Pedro Joaquim Zonta

Idade: 53 anos

Naturalidade: Curitiba / PR

Estado Civil: casado

Filhos: Sandra Zonta Gabardo; Andrei Zonta; Luiz Ricardo Zonta; e, Jaqueline Zonta.

O proposto é Presidente do Grupo Condor, que atua no setor supermercadista, atualmente com 22 lojas - todas no Paraná - sendo: 6 hipermercados e 16 supermercados; 2 centrais de distribuição, gerando mais de 4000 empregos diretos, cujo grupo está classificado em 17º lugar entre as redes supermercadistas do Brasil, conforme fonte da Revista Super Hiper da ABRAS, edição do mês 05 de 2004.

Pedro Joanir Zonta, além de Presidente do Grupo Condor, é Presidente da APRAS - Associação Paranaense de Supermercados (mandato de 2004 a 2006); Vice-Pre-

sidente da ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados; Conselheiro da Associação Comercial do Paraná; e, membro da Comissão pró-Cidadania de FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Pedro Joanir Zonta é Cidadão Honorário de Ponta Grossa - título concedido em 2004; Vulto Emérito de Curitiba - título concedido em 2003 e Comendador do Comércio - tendo recebido a Comenda Barão do Cerro Azul em 2004.

Já recebeu, recentemente, o prêmio Top de Marketing da ADVB-PR - Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil, pelo trabalho desenvolvido na área de marketing e reconhecimento do público na área de varejo.

O que leva a Bancada do PP a propor ao soberano Plenário desta augusta Casa de Leis, o título de Cidadão Benemérito ao Sr. Pedro Joanir Zonta, não é o fato de ser ele um empresário de sucesso, mas o fato de ser um investidor comprovado e consumado no Estado do Paraná, terra onde nasceu, mora, em investe, acreditando no Estado do Paraná, contribuindo com o seu desenvolvimento comercial, industrial e social, competindo em igualdade de condições com a força do capital multinacional, tão comum neste ramo de negócios.

Em tempos de lutas, de programas e projetos governamentais, para aumentar o número de empregos neste País, está aí um homem que acreditando em seu Estado e na força e garra de seu povo, investe pesado na geração de empregos.

Este será o prêmio à saga de um paranaense que acredita na sua terra e no seu povo.

Dito e justificado, a Bancada do PP vem buscar o apoio dos seus nobres Pares nesta Casa, pela aprovação deste projeto.

#### PROJETO DE LEI Nº 045/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica estabelecido a obrigatoriedade de manter-se no interior dos ônibus estaduais e municipais um espaço para leitura de trechos de obras, poemas, e versos nacionais, bem como matérias de cunho informativo.

Art. 2º - O local exato de fixação ficará a critério das secretarias de transporte coletivo respectivo, devendo ser em locais estratégicos de fácil visualização pelo passageiro, preferencialmente nas cadeiras.

Art. 3º - Em nenhuma hipótese serão aceitos escritos que ofendam a moral, ética e bons costumes, nem tão pouco por anúncios e propagandas que tenham caráter mercantil.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### JUSTIFICATIVA:

Através do projeto "leitura para todos", os usuários de transporte coletivo do Estado do Paraná estarão tendo acesso a importantes obras literárias brasileiras. A idéia é fixar nos ônibus obras de escritores como Castro Alves, Gonçalves Dias, Manuel Bandeira e outros, bem como de cunho informativo de combate às drogas, prevenção de doenças, e demais assuntos de relevante caráter social. Usuários de diversas idades terão interesse pela leitura, aproveitando o percurso de maneira agradável.

Busca o presente projeto cultivar a cultura, levando a leitura a toda a população, de maneira simples, prática e democrática, pois vislumbra-se, deste forma, motivar a leitura, ainda que de forma rápida e momentânea.

Vale dizer, que a Constituição Estadual em seu artigo 12, inciso V, quanto à competência, traz, a saber:

"Art. 12 - É competência do Estado, em comum com a União e os Municípios:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência".

Da mesma forma, o artigo 13, inciso IX, *in verbis*.

"Art. 13 - Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desportos."

Desta forma, justifica-se o presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 046/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores das Vilas Colombo I e II e Jardim Independência, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores das Vilas Colombo I e II e do Jardim Independência, fundada em 05/11/1989, com sede no Bairro Fazendinha, por ser uma sociedade civil sem finalidade lucrativa, política, partidária ou religiosa, tem por finalidade promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e bem-estar da comunidade, pleiteando soluções, em conjunto, com os órgãos públicos municipais, moradores daquela região, em especial, as crianças, adolescentes e idosos, saneamento básico, saúde, educação, bem como desenvolver uma vida comunitária.

PROJETO DE LEI Nº 047/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os policiais civis e militares da Secretaria de Estado da Segurança Pública que foram aposentados por tempo de serviço poderão ser aproveitados em atividades não operacionais nas respectivas corporações.

Art. 2º - Os servidores que desenvolverem as atividades mencionadas receberão como forma de pagamento Cargo em Comissão 9-C.

Art. 3º - Os policiais civis e militares concorrerão as escalas de serviço, desenvolvendo a carga horária respectiva, não podendo, em hipótese alguma, exceder às oito horas diárias.

Art. 4º - A presente lei passa a vigorar a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Busca-se uma ampliação e melhoria da Segurança Pública do Estado, com conseqüente aumento de efetivo, sem que seja necessário abertura de novos concursos públicos o que oneraria sobremaneira os cofres do Estado, diante do que uma forma de sanar a deficiência causada por anos de defasagem de pessoal é contratando, por cargos em Comissão 9-C, os policiais civis e militares que por conseqüência possuem experiência, talento e vontade de continuar trabalhando em prol da sociedade paranaense.

Cabe salientar que os cargos em Comissão 9-C já existem e muitos deles estão sendo utilizados em outros setores que não a Segurança Pública especificamente. Vale dizer que não haverá aumento nas despesas orçamentárias do Estado, uma vez que já estão os cargos em comissão em vigência. O que haveria de fazer é uma reestruturação e distribuição dos cargos, com nomeações exclusivamente voltadas para os aposentados que trabalharão junto à segurança Pública.

PROJETO DE LEI Nº 048/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É assegurado, nos estabelecimentos de ensino superior, públicos e privados, a livre organização dos Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais dos Estudantes, para representar os interesses e expressar os pleitos dos alunos.

Art. 2º - É de competência exclusiva dos estudantes a definição das formas, dos critérios, dos estatutos e

demaís questões referentes à organização dos Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais dos Estudantes.

Art. 3º - Os estabelecimentos de ensino a que se refere o artigo 1º da presente lei deverão garantir espaços, em suas dependências, para a divulgação e instalações para os Cargos Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais Estudantil, além de garantir:

I - a livre divulgação dos jornais e outras publicações dos Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes, bem como de suas Entidades Estudantis Estaduais e Nacionais.

II - a participação dos Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes nos Conselhos Fiscais e Consultivos das Instituições de Ensino.

III - aos Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes o acesso à metodologia da elaboração das planilhas de custo das instituições de ensino.

IV - o acesso dos representantes das entidades estudantis às salas de aula e demais espaços de circulação dos estudantes, respeitando-se o bom senso.

Art. 4º - Os espaços aos quais se refere o artigo anterior, deverão ser cedidos, preferencialmente, no prédio correspondente ao curso que o órgão estudantil representa, um para cada curso, em local que permita fácil acesso do aluno ao Centro Acadêmico de seu curso.

Art. 5º - No caso de descumprimento das disposições desta lei, os estabelecimentos particulares de ensino superior estarão sujeitos à aplicação de multa, a ser fixada entre R\$ 5.000,00 e R\$ 50.000,00, corrigidos anualmente, a partir da publicação desta lei.

Parágrafo Único - A multa prevista no *caput* será cobrada mensalmente, até o total cumprimento dos dispositivos neste diploma legal.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Na década de 70, participar de um órgão de representação estudantil era, acima de tudo, correr risco. Risco de perder a vida, perder a esperança, e, especialmente, perder a liberdade. Em uma época onde jovens morriam lutando por seus ideais, a união de estudantes era o caminho encontrado por muitos para dar força a suas idéias e reivindicar uma sociedade mais justa e igualitária.

Atualmente, com as mudanças no cenário político-econômico nacional, muitos dos ideais originais do movimento estudantil se perderam e a maioria dos estudantes de hoje, parece “aprisionada” dentro de um sistema que pouco se preocupa com o coletivo. Porém, a esperança

inerente ao espírito vibrante da juventude se sobrepõe às dificuldades do cotidiano e mantém viva a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

A contribuição do movimento é muito importante, especialmente para a área de educação. O presente projeto de lei objetiva garantir a livre organização política dos estudantes do ensino superior nas instituições em que estudam, servindo como instrumento para a fiscalização das instituições de ensino, coibindo abusos, buscando sempre a promoção da função social da Universidade em uma sociedade como a brasileira.

O presente projeto não só promove a democracia e a cidadania, como concretiza dispositivos constitucionais como o artigo 5º, inciso XVII da Carta Magna.

#### PROJETO DE LEI Nº 049/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto Lixo e Cidadania do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) TADEU VENERI

#### JUSTIFICATIVA:

A documentação inclusa comprova que o Instituto Lixo e Cidadania do Paraná, preenche todos os requisitos legais exigidos para a declaração de Utilidade Pública.

A entidade cumpre importante papel no combate pela erradicação do trabalho infantil e condução das crianças e adolescentes para escola.

É inegável que a presente entidade é de grande utilidade pública do Estado do Paraná e pode ser declarada por lei como tal.

#### PROJETO DE LEI Nº 050/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica reintroduzido no Artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, o parágrafo 3º, com a seguinte redação:

§ 3º - Na saída interestadual de mercadoria para a empresa de construção civil inscrita no cadastro de contribuintes do ICMS da unidade federada de destino aplica-se a alíquota interestadual.

Art. 2º - Ficam convalidados os procedimentos adotados pelas empresas paranaenses que tenham aplicado as alíquotas interestaduais previstas na legislação do ICMS, nas suas operações interestaduais com mercadorias destinadas a empresas de construção civil, no período

compreendido entre 22 de agosto de 1989, data de vigência do Convênio ICMS 71/89, e 28 de abril de 2003, data de vigência do Convênio ICMS 36/2003, firmados pelo Conselho de Política Fazendária - CONFAZ.

Art. 3º - Fica atribuído ao Secretário de Estado da Fazenda a competência para determinar, a requerimento do interessado, o cancelamento de quaisquer créditos tributários (inscritos ou não em dívida ativa), que estejam exigindo o ICMS com base na aplicação da alíquota vigente para as operações internas das mercadorias, decorrentes das operações referidas no artigo anterior.

Art. 4º - A aplicação desta lei não autoriza a restituição de importâncias já recolhidas.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.02.2005.

(a) NATÁLIO STICA

#### JUSTIFICATIVA:

A questão das alíquotas aplicáveis às operações interestaduais em que o destinatário seja empresa prestadora de serviços de construção civil tem sido difícil de ser tratada no âmbito da legislação estadual do ICMS.

A origem do problema está no fato de ter a Constituição Federal definido que nas operações interestaduais em que o destinatário não seja contribuinte do ICMS, a alíquota aplicável é a alíquota interna vigente para as mercadorias do Estado onde se localiza o remetente.

Ocorre que, tanto a legislação complementar, quanto as legislações estaduais alargaram o conceito de contribuinte, de forma a alcançar praticamente todos os ramos da atividade econômica, inclusive empresas prestadoras de serviços. Além disso, as regras de lei complementar vigentes, editadas para diminuir o conflito de competência entre Estado, na sua competência no ICMS, com o município, na sua competência do ISS, define situações em que ora a empresa de construção civil é contribuinte apenas do ISS, portanto não contribuinte do ICMS, e ora a define como contribuinte do ICMS ou de ambos os tributos.

A dificuldade surge para o contribuinte que pratica a operação interestadual, vez que não tem como identificar previamente em que situação fiscal se enquadra o seu cliente em outro Estado, para poder aplicar corretamente quer a alíquota interna, quer a alíquota interestadual. Ademais o vendedor não tem poder de polícia no sentido de mandar investigar se a situação informada pelo destinatário das mercadorias é correta ou não.

Diante da tal situação, os Estados-membros, reunidos no Conselho de Política Fazendária - CONFAZ, que deixava os contribuintes sem definição sobre qual alíquota deveriam aplicar a cada operação, assinaram o Convênio ICMS onde firmaram o entendimento de que nessas operações o correto seria a adoção das alíquotas vigentes para as operações interestaduais, permitindo ao

Estado de destino, quando a mercadoria fosse diretamente destinada ao consumo final, cobrar o diferencial das alíquotas.

O Estado do Paraná foi o único Estado que não assinou o citado Convênio. A consequência dessa posição é que ficamos na contra-mão do entendimento dos demais Estados da Federação. Nessas circunstâncias os contribuintes paranaenses ficaram praticamente alijados no mercadonacional, no que se tratava de fornecimento para obras de construção civil e outras unidades federadas, pois o Estado do Paraná lhes exigia o ICMS pela alíquota interna de 18%, vigente para a maioria dos produtos, e os Estados destinatários, com base no entendimento firmado no Convênio referido, exigiam sobre a mesma operação o diferencial das alíquotas de 6% ou de 11%, dependendo do Estado da localização do destinatário, elevando a carga final, que nos termos do Convênio seria de 18%, considerando a incidência na origem e no destino, para 24%, ou para 28%, conforme o destino, na mesma situação, para as mercadorias do Paraná.

O convênio ICMS 71/89 teve vigência entre 22 de agosto de 1989 e 13 de dezembro de 2002, quando foi revogado pelo Convênio ICMS 137/02, que, da mesma forma, não estabeleceu um entendimento de caráter geral, mantendo os contribuintes sem uma diretriz clara para o cumprimento correto de suas obrigações. Esse Convênio foi revogado pelo Convênio ICMS 36/03, atualmente em vigor, que embora tenha os mesmos defeitos do anterior, autoriza os Estados a convalidar os procedimentos adotados pelos contribuintes na vigência do Convênio revogado.

O Estado do Paraná, mesmo não constando expressamente como autorizado, nos termos do Convênio ICMS 36/03, a adotar a alíquota interestadual nas operações destinadas as empresas de construção civil em outros Estados, introduziu essa regra no regulamento do ICMS, com vigência a partir de 28 de abril de 2003.

Embora tenha vindo solucionar as questões a partir de então, ficaram pendentes os fatos ocorridos no passado, em que as regras vigentes no Estado do Paraná eram contrárias às demais unidades federadas.

As empresas paranaenses foram obrigadas a vender, para não fecharem suas portas durante esse impasse que se prolongou por mais de 14 anos, utilizando as alíquotas interestaduais, sendo muitas delas autuadas e sendo executadas por dívidas que decorrem da absoluta falta de critério na definição do nascimento da obrigação tributária dessas operações ao longo dos últimos anos.

A regra do parágrafo 3º, que se pretende acrescentar no artigo 14, da Lei 11.580/96, é a mesma atualmente em vigor no artigo 285, do Regulamento do ICMS, portanto nenhuma inovação haverá quanto à situação das operações atuais.

Com relação às regras dos artigos 2º e 3º, tratam de solucionar o passado, deixando de penalizar ainda mais o contribuinte que durante tanto tempo foi vítima da armadilha que lhe foi criada pela própria legislação estadual.

O que se pretende agora é de fato fazer justiça, regularizando em definitivo essa questão e cancelamento as exigências fiscais que nunca teriam existido não fosse a legislação absolutamente insuficiente para regular adequadamente a matéria.

O artigo 4º é de praxe em normas como esta; presume-se que quem pagou conseguiu compor o preço de forma a suportar a carga tributária e recebeu no preço cobrado, o valor do imposto pago.

Com base no exposto, em consonância com a política adotada pelo Governo Estadual, este Deputado propõe o presente.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE ((**Hermas Brandão**))

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

### ***Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)***

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Há trinta dias atrás eu vi o registro através dos meios de comunicação do nosso Estado, de uma reunião em que participaram os Prefeitos da Região Metropolitana de Curitiba com o Governador Requião e a discussão sobre a questão da segurança pública no Estado do Paraná, em especial em Curitiba e Região Metropolitana. Ali se fechou um entendimento entre Prefeitos e Governador do Estado do Paraná, onde os Municípios que tivessem uma lei municipal, aprovada pela Câmara de Vereadores, apontando o fechamento dos bares nesses Municípios, o Governador do Estado iria fazer com que a Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná cumprisse essa lei.

Nós temos um histórico da Fazenda Rio Grande, onde todas as estatísticas feitas pela Secretaria da Segurança Pública do nosso Estado mostram que a partir do momento em que a lei foi aprovada e passou a ser cumprida, o índice de criminalidade caiu drasticamente. Isso fica claro que determinados bares, espalhados pelo território paranaense, que vendem exclusivamente bebida alcoólica, são pontos de geração de violência.

Os estudos mostram que, ao redor desses estabelecimentos, a criminalidade é muito mais alta do que no restante da cidade e dos Municípios. Então eu me preocupei e a partir disso, Sr. Presidente, comecei a elaborar um projeto de lei, tomando o cuidado de conversar com todos os segmentos da sociedade paranaense, em especial com o Sindicato dos Hotéis, dos estabelecimentos que funcionam à noite, dos bares, para que pudéssemos, de uma forma tal apresentar um projeto de lei que atingisse o objetivo, que é apontar um horário para o seu fecha-

mento, sendo esse horário, no nosso projeto de lei, às onze horas da noite nos dias da semana e à uma hora da manhã nos sábados, domingos e feriados, e o que mais me animou foi uma pesquisa realizada pela Gazeta do Povo com os moradores de Curitiba e da Região Metropolitana, que apontam que 73% das pessoas e moradores dessa região são favoráveis a essa lei, sendo os idosos, com mais de 60 anos, as pessoas mais experientes, apontando que 82% são a favor de um horário para fechamento dos bares e, na juventude, que um tanto quanto me preocupava, 58% dos jovens são a favor do fechamento dos bares em um horário pré-determinado. Assim nos animou, e a discussão com os representantes dos estabelecimentos aprofundou-se e hoje estou, neste momento, protocolando na Mesa da Assembléia Legislativa, esse projeto.

Quero aqui deixar claro o artigo 2º, que eu quero ler e relatar para que todos possam entender o nosso objetivo, que, para efeito da aplicação dessa lei, ficam excluídos todos os estabelecimentos comerciais que disponham de, no mínimo três das seguintes especificações. A primeira delas: cardápio relacionando os pratos de alimentos elaborados e servidos no local; que tenham no mínimo cinco mesas; que tenham serviços de garçons; música ao vivo ou pista no local apropriado para a dança. O estabelecimento que tenha no mínimo três dessas especificações, está fora desta lei.

O objetivo é um só, atacar aqueles bares que vendem as bebidas alcoólicas que estão espalhando nas cidades, em especial no fundo dos bairros dos Municípios paranaenses.

Esse é o objetivo do nosso projeto de lei. Considero que é um instrumento para a Secretaria da Segurança Pública, poder utilizar dessa lei, para poder fechar esses bares que são geradores de violência às 11 horas da noite, no dia da semana e no final de semana, à 1 hora da manhã.

Tomei o cuidado, repito, para deixar fora com esse projeto aqueles estabelecimentos que cumprem com o seu dever e que são locais que não geram violência.

Estou protocolando e espero, no decorrer do trâmite desse projeto, receber o apoio de todos os Deputados, porque a maioria da população paranaense já demonstrou que é a favor desse projeto de lei.

Conto com o apoio de todos vocês e, espero Sr. Presidente, eu que sou um crítico duro do Secretário da Segurança Pública do nosso Estado do Paraná, que com essa contribuição possa ele agir e fazer com que a criminalidade diminua em nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, o Deputado Nelson Garcia.

O SR. NELSON GARCIA (PSDB) (**Pela Ordem**)

Aproveito a oportunidade para convidar todos os companheiros, Deputados estaduais, que amanhã começa

a 31ª Feira Agropecuária de Umuarama e a 4ª Feira Internacional.

Umuarama hoje é um exemplo, será uma satisfação muito grande recebê-lo na nossa cidade. Amanhã é a abertura e tem até o final da semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de externar aqui o meu profundo voto de pesar, pelo falecimento do progenitor do Deputado Estadual Pastor Edson Praczyk, que está sendo velado na cidade de São Paulo.

O Pastor Edson Praczyk vive um momento de grande angústia e de tristeza, pelo falecimento de seu pai.

Gostaria de deixar registrado aqui a tristeza e a condolência que, tenho certeza, é de todos os Deputados que compõem este Poder.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente o Deputado Ademar Luiz Traiano.

## ***Deputado Ademar Traiano (PSBD)***

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna na tarde de hoje, para fazer aqui mais uma contestação àquele que se intitula o grande moralizador deste Estado, e que apenas ele é o senhor, dono da razão e dono da verdade.

Refiro-me ao Governador dos paranaenses, Roberto Requião, que tem o estilo de afrontar, de atacar, de criticar todos quanto possam fazer frente ao seu estilo político. Já tem o histórico do passado de agredir politicamente figuras ilustres deste Estado, que ocuparam cargos importantes no contexto da política estadual.

Cito aqui o ex-Governador e o nosso saudoso José Richa. Cito a figura também do próprio Senador Álvaro Dias e tantos outros nomes que deram a sustentação ao seu nome, neste Estado, no passado e agora mais recentemente agredindo o Diretor da Rede Paranaense de Televisão há poucos dias no Palácio Iguaçu. Cito apenas três exemplos, entre tantos que esse homem que se intitula feroz, arrogante e prepotente tem feito para com os paranaenses deste Estado.

E agora, não para nossa surpresa, mais uma vez o Governador arrogante deste Estado procura denegrir a imagem de um homem que constrói uma caminhada maravilhosa no campo político deste Estado.

Leio a Folha de Londrina do dia de hoje e vejo aqui uma matéria onde diz: "Requião ironiza aliança de Oposição sugerida por Osmar". Veja bem, Deputado Neivo Beraldin, o que diz o texto: "a idéia de criar uma ampla frente de Oposição contra a reeleição do Governador".

dor Roberto Requião em torno do Senador Osmar Dias, foi duramente criticada ontem. Requião ironizou o posicionamento do Senador que quer se aliar ao PSDB de Beto Richa e Álvaro Dias.

Ele deveria pensar melhor antes de procurar as multinacionais e pensar em financiamentos da campanha dele ao Governo do Paraná. Não adianta pensar em criar frentes contra um Governo sério e honesto que combate os monopólios. Ele tem que fazer uma campanha ampla em favor do Paraná e com programas. Afinal, a que veio esse rapaz?”, criticou Requião logo depois da reunião do Secretário.

Ora! Srs. Deputados, que é o Governador Requião para vir mais uma vez de público agredir, tentar denegrir sobre as supostas insinuações a um homem como o Senador Osmar dias, que os paranaenses hoje se curvam pelo seu trabalho no Senado Federal, um defensor intransigente das causas paranaenses, que tem o respeito com certeza neste momento, da agricultura paranaense, que é um dos segmentos mais importantes no contexto econômico deste Estado e deste País?

Não há como conceber e permitir, ficar calado diante de acusações levianas, insanas dessa natureza, como tem feito o Governador Roberto Requião. Governador honesto, Srs. Deputados, que não apura responsabilidades com relação às denúncias do Secretário Pisseti levantadas nesta Casa! Todos os Deputados têm criticado, contestado, falado, trazido números e argumentos suficientes para fazer com que esse Governo tomasse as providências e não toma! Onde está a decência desse Governo? Os paranaenses precisam começar a sentir de perto que o discurso é um e a prática é outra! É inconcebível permitirmos que insinuações dessa natureza possam continuar acontecendo! Já ao longo do tempo no curso da sua trajetória política, o Governador Requião tem feito muitas vítimas neste Estado.

Mas, não tenho a menor dúvida, Srs. Deputados, a sociedade paranaense vai se levantar! Vai levantar a sua voz em coro, como irão levantar com certeza a voz em coro em defesa deste que é um dos símbolos dos paranaenses o Senador Osmar Dias.

Deputado Luiz Carlos Martins, imagine se nós, paranaenses, fôssemos levianos e viéssemos aqui na tribuna denunciar o Governador Requião quando ele convidou todos os Deputados desta Casa para ir ao Palácio Iguaçu ouvir uma palestra da empresa Nortox do Paraná em defesa ou tentando mostrar que o plantio de soja transgênica neste Estado não era importante para o Estado. Ora, pois, a Nortox é uma concorrente das grandes multinacionais que hoje atendem esse segmento da soja transgênica; em nenhum momento nenhum Deputado fez acusação dessa tribuna ao Governador Roberto Requião?

Portanto, não há como permitir insinuações dessa natureza, não há como permitir que o Governador Roberto Requião, que permite que uma empresa paranaense, sim, mas que tem altos interesses com relação à soja

transgênica neste Estado, vá à Casa Civil tentar convencer os Srs. Deputados para, com certeza, não permitir que a crítica aqui acontecesse.

Felizes de nós que não fomos lá, porque já sabíamos do que se tratava, nós já tínhamos conhecimento do que poderia acontecer; aí, sim, deveríamos afirmar em alto e bom som que o Governador dos paranaenses é comprometido também com as multinacionais, ou com as próprias empresas nacionais quando nos convocou para ir lá na Casa Civil.

Portanto, é oportuno fazermos esse registro, porque a cada momento que o Governador Roberto Requião ataque qualquer um dos paranaenses, seja ele ligado ao mundo político ou não, mas que defenda os interesses deste Estado, temos que erguer a nossa voz para contestá-lo, porque senão ele passa na opinião pública como se fosse o verdadeiro homem pregador da moralidade, mais decente, mais honesto, o homem que mudou o Estado do Paraná, e que na verdade isso não tem acontecido.

### **O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)**

Deputado Ademar Traiano, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Mas o que deve ser esclarecido na verdade é que a discussão sobre a eleição no Paraná não pode, apenas e tão somente, ser maculada por algumas coisas que não são verdadeiras. Em primeiro lugar, o Senador Osmar Dias nunca serviu a nenhuma multinacional, e o maior testemunho que tem o Senador é o Governador Roberto Requião que em todos os momentos, enquanto ele não era seu adversário pelo menos, sempre fez questão de dizer da competência e da seriedade do Senador Osmar Dias. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, acho que V. Exa. tem razão quando diz que ninguém pode ser leviano de apenas reduzir a questão da biotecnologia apenas na questão da transgenia, especialmente da soja. Fui à reunião do Palácio, e digo ao senhor, desmascarei a Nortox, lá sentou e não falou mais nada, não disse uma palavra. Agora, dizer que quem está defendendo as multinacionais seria quem defende a transgenia, seria tão leviano quanto afirmar que quem defende a soja convencional está defendendo a Basf, está defendendo todas as empresas que fazem os agrotóxicos que servem à cultura convencional.

Então, acho que é muito pouco, muito pequeno, talvez possa se querer neste momento macular a imagem do Senador tendo em vista a posição que assume, não de eleição, há uma posição clara de liderança no Estado do Paraná, e outra coisa, até agora o Senador não tem buscado aliança com ninguém, Deputado Anibelli, não tem feito isso com nenhum Partido político, não tem trabalhado isso com nenhum setor da sociedade, e não tem feito nada, a não ser prestar conta do seu mandato, que com dignidade exerce no Senado da República.

Parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento, porque é preciso colocar os pingos nos is. Não podemos agora apenas resumir a eleição estadual, acusando o Senador de participar desta ou daquela articulação com este ou

aquele grupo político, econômico, até porque, me permita dizer aqui uma coisa que não é muito bom, se falava muito do bingo antes da eleição, e depois da eleição quem representava os bingos veio denunciar quem pegou o dinheiro dos bingos, e nem por isso acusamos levianamente o Governador Roberto Requião.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Agradeço o aparte do Deputado Augustinho Zucchi. V. Exa. é um profundo conhecedor desta questão da transgenia, como agrônomo que é tem uma experiência muito forte nesse segmento, e contribui muito com o nosso pronunciamento. Colocou com muita clareza essa situação.

Lamentavelmente o Governador Roberto Requião tem usado os veículos de comunicação para afrontar, agredir pessoas que começam a se destacar no cenário social, cultural, econômico, e acima de tudo, político neste Estado.

Agradeço o seu aparte, e tenho certeza que os paranaenses, no momento oportuno e certo deverão discernir com muita sabedoria aqueles que realmente tenham compromisso de verdade para com esses dados.

Vou conceder um aparte ao Deputado Antonio Anibelli.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

O seu tempo já expirou, Deputado Ademar Traiano.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Muito obrigado. Então, Deputado Antonio Anibelli, lamento.

**O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)**

V. Exa. é um democrata. Penso que está havendo um ciúme, porque V. Exa. tem um Senador, que agora é suplente da Mesa no Senado, líder, faz parte da Executiva. V. Exas. do PSDB estão com ciúmes do Senador Osmar Dias. Está havendo, tanto por parte da imprensa, como de V. Exas., estão querendo levar Osmar Dias para o PSDB.

Muito obrigado!

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Os discursos de V. Exa. e do Governador Roberto Requião não estão afinados.

Agradeço o Deputado Antonio Anibelli, contribuiu muito com o meu pronunciamento e reconhece a grandeza de espírito de um paranaense. Mas lamentavelmente os discursos dos Deputados nesta Casa não estão afinados.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

## **Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)**

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem, ao fazer alguns comentários, falamos de compromissos que não são cumpridos; falamos sobre campanhas eleitorais que são feitas e que depois os eleitos se esquecem das promessas, dos compromissos ali combinado com o povo.

Disse, e o Deputado Líder do PT e do Governo Roberto Requião, Natálio Stica, veio e fez a sua colocação, dizendo que estávamos querendo aproveitar o tempo que nos resta de mandato para correremos atrás do tempo em que aqui não estivemos.

**O SR. NATÁLIO STICA (PT) (Pela Ordem)**

Só para contribuir com o pronunciamento do Deputado José Domingos Scarpellini, não sou Líder do PT, sou Líder do Governo. Não fiz nenhuma provocação.

Tenho respeito por V. Exa. e jamais o provocaria.

Muito obrigado!

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Não disse que V. Exa. me provocou, de maneira nenhuma.

Quero começar dizendo o que o Deputado Rafael Greca disse: “o que não se faz, não existe”. Se o Governo não construir as casas populares para o povo do Paraná, simplesmente elas não existem. Se o Governo do Paraná não resolveu os problemas das rodovias e do transporte, com relação ao pedágio, esse programa também não existe! Eu vi logo no começo do Governo Requião o Secretário de Transporte, Waldyr Pugliesi, dizer que a alternativa seria asfaltar a estrada Boiadeira e asfaltar a Estrada do Cerne. Já faz dois anos. Eu gostaria de saber quantos quilômetros foram asfaltados nessas duas rodovias que foram dadas como alternativas para se contrapor ao pedágio.

Nós sabemos como a águia chega em Notre Dame: voando de torre em torre. Sabemos, também, como se chega ao Palácio Iguaçu: de promessa em promessa. “Ou o pedágio abaixa, ou acaba o pedágio”, disse o Governador. E não era discurso escrito. Era do fundo da sua alma, Deputado Líder do Governo, Natálio Stica! Foi um compromisso de campanha! Ele disse: “Álvaro, eu não vou fazer auditoria; esta sua estória de auditoria é para enganar; eu tenho como desatar este nós”. E a “nossa senhora desatadora” de nós parece que abandonou o Governador, porque o nó não foi desatado.

E nós vemos que o desespero muitas vezes bate à porta daqueles que não cumprem seus compromissos. E aí vêm as agressões para tirar o foco da atenção dos problemas e compromissos assumidos e não cumpridos. E aí vem o Dr. Francisco Cunha Pereira, Diretor da Gazeta do Povo ser a vítima da maldade daquele que, para desviar o



foco da atenção dos problemas, joga ou tenta jogar, desviando, de uma maneira irresponsável, e vai assacando contra um homem de bem, um homem honrado que o Paraná conhece, a ele e sua família, e a sua história, por mais de século.

Mas quero lembrar aqui que na Nicarágua, na Revolução Sandinista, o Anastácio Somoza de Baille, conhecido “Tachito”, Ditador da Nicarágua mandou assassinar o jornalista Joaquim Chamorro. E foi o fim da sua ditadura, porque após este episódio, o povo da Nicarágua se uniu e marchou para derrubá-lo, do seu “bunker”. No lugar do ditador brotou a democracia e veio a Violeta Chamorro, como a representante eleita pela vontade do povo, dos sandinistas. Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concederemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Durval Amaral.

### ***Deputado Durval Amaral (PFL)***

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente quero cumprimentar a todos os Parlamentares e agradecer a compreensão de todos pelo apoio e pelas críticas que recebi ao longo desses dois anos, como Líder da Oposição.

Com grande satisfação comunico a esta Casa que, a partir desta tarde, estarei definitivamente deixando a Liderança da Oposição e indicando para suceder-me, juntamente com os demais colegas Deputados da Oposição, o valoroso e combativo Deputado Valdir Rossoni.

Tenho certeza que o Valdir Rossoni, pela sua seriedade, pela sua determinação, pela sua competência, pela sua combatividade, exercerá a Liderança da Oposição com grande galhardia e será motivo de orgulho para todos nós, Parlamentares, independentemente de ser Deputado de Situação ou de Oposição.

Tenho certeza que, na medida exata que temos uma Oposição combativa, o Parlamento cresce; na medida exata que temos uma Oposição combativa, o Governo erra menos, e para ser Oposição é necessário que no Estado do Paraná a pessoa abdique totalmente de qualquer sentimento de medo de retaliação pessoal e política. Para ser Oposição é preciso ter coragem, que aliás, não é virtude apenas dos Deputados da Oposição. Agora, que para ser Parlamentar é preciso ter isenção, seriedade e dedicação, porque a vida de todos nós é por demais sacrificada.

Os Deputados da Base do Governo muitas vezes lutam para liberação de recursos, sem que esses recursos cheguem efetivamente aos seus Municípios. A cobrança dos Prefeitos é muito grande; nós já vivemos essa experiência. Para nós, Deputados de Oposição, existe sempre aquela necessidade de combater, de denunciar, mas,

sobretudo, nesses dois anos que estive à frente da Liderança da Oposição, procurei exercê-la, não pelo gosto da oposição, nem tão pouco pela crítica fácil ou pelas palavras fáceis criticando o Governo do Estado, procuramos, sim, exercer uma Oposição construtiva.

Tenho certeza que o Deputado Valdir Rossoni procurará com a brilhante e competente assessoria que tem, exercer uma boa oposição.

Quero aqui publicamente, dizer que não seria possível, Dra. Lídia, Juarez, Déo, Kadu, Sônia, Cacau e todos os companheiros que nos assessoram na Liderança da Oposição, ter alcançado êxito, se não fosse uma competente equipe nos dando a retaguarda necessária para que, quando as matérias são discutidas no Plenário, tivéssemos a condição de exercer o debate acalorado.

Quero, muito especialmente, agradecer a cada um dos meus colegas Parlamentares e quero agradecer ao Deputado Natálio Stica, agradecendo a todos os Deputados da Base do Governo, porque tivemos calorosos debates, mas sempre respeitosos. Em alguns momentos, talvez, o debate, até pelo calor da discussão, acabou adentrando um pouco na individualidade dos nossos companheiros e, efetivamente, o arrependimento é imediato, porque acho que quem tem, como todos nós aqui temos, com certeza, uma boa formação, uma boa índole, sabemos que as questões do Parlamento...

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito a compreensão da Mesa, neste horário não posso pedir apartes, por isso pedi Pela Ordem para fazer um registro muito importante. Nessa convivência que tivemos como Líder do Governo Requião, nos embates que tive com o Líder da Oposição, Durval Amaral, que deixa neste momento o cargo, quero dizer que todos os embates nossos foram tão somente no campo das idéias; nós mantivemos o respeito mútuo.

Quero deixar, aqui, de público, o meu agradecimento por receber um tratamento de respeito por parte do Líder da Oposição Durval Amaral. Já o conheço de longa data, estivemos em outras batalhas, inclusive no mesmo palanque contra a privatização da Ultrafértil, se não me falha a memória em 95, e o Líder Durval Amaral foi comigo uma pessoa muito leal e sincera.

Sempre que tivemos os nossos embates ele se deu olho no olho. Quando pudemos fazer aqui acordos que foi bom para a Assembléia e para o Paraná, o fizemos. Quando não era possível, íamos para voto, mas, sempre sem perder o respeito.

Parabéns, Deputado Durval e muito obrigado pela confiança que V. Exa. depositou em meu nome e continuamos juntos no trabalho em prol do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Agradeço as palavras do Deputado Stica.

**O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)**

Sr. Presidente, apenas um aparte.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Vamos conceder um aparte a V. Exa., tendo em vista que o Líder do Governo já solicitou também um aparte.

Pela Ordem.

**O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)**

Sr. Presidente, nesses momentos temos que revelar um pouquinho.

Deputado Durval Amaral, V. Exa. como Líder de Oposição, foi um Deputado elegante, democrata. Sempre nos concedeu apartes e acho que o Parlamento é isso. Respeito-o muito, considero-o um Deputado dos mais atuantes, inteligentes, competentes, desta Casa. Quando V. Exa. foi Presidente da Comissão de Orçamento; como Líder da Oposição V. Exa. sempre respeitou o Parlamento. V. Exa. quando era Situação e nós Oposição, e nós que somos Situação hoje, e V. Exa. é Oposição, o reconhecimento é igual. V. Exa. é um parlamentar adversário às vezes nos municípios, mas sempre foi elegante. Nunca discriminou os Deputados de Oposição. Fizemos campanhas, às vezes juntos em palanques, como em São Jorge do Ivaí, V. Exa. na Situação e eu na Oposição, e sempre mantivemos o relacionamento de amizade superior às causas dos embates políticos e partidários.

Por isso, espero que o Deputado Rossoni que irá lhe substituir mantenha a elegância, a inteligência, a competência e a democracia que V. Exa. sempre nos concedeu. Às vezes nos debates mais difíceis, V. Exa. nos concedeu os apartes para que divergíssemos, como o Deputado Traiano há poucos minutos atrás, que divergíssemos porque o embate e o Parlamento são para nos enfrentarmos em idéias, em Partidos, tudo em favor da causa democrática, do nosso Estado e do nosso País.

V. Exa. leve, deste Deputado Líder do PMDB, em nome da nossa Bancada, o reconhecimento pela atuação elevada, inteligente e competente de V. Exa.

**O SR. DURVAL AMARAL (PFL)**

Muito obrigado, Deputado Anibelli por suas palavras.

Só para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de agradecer e nominar cada um dos Parlamentares, mais muito especialmente quero agradecer aos Deputados que desde o início estiveram na mesma trincheira da Oposição. Plauto Miró Guimarães, grande companheiro, Elio Rusch, Ademar Traiano, Luiz Carlos Martins, Barbosa Neto, Valdir Rossoni, enfim todos os Parlamentares. Poucos, a bem da verdade, mas valorosos, combativos, puderam fazer com que o Parlamento se enriquecesse com discussões e com debates que só fortalecem a democracia.

Muito obrigado de coração, a todos vocês. E desejo êxito absoluto e total ao meu sucessor. Tive o pra-

zer e o privilégio de, no passado, suceder o Valdir Rossoni na Liderança do Governo, e agora tenho a felicidade de passar a Liderança da Oposição, para o Deputado Valdir Rossoni.

Muito obrigado, nobre Presidente, Deputado Pedro, pela tolerância, haja vista a necessidade que alguns companheiros tinham de se manifestar e ceder esses minutos a mais.

Muito obrigado.

**O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT)**

Sr. Presidente, apenas para registrar a presença do nosso companheiro de Partido, João Marutz que é Vice-Prefeito da Cidade de Floresta, vizinha da minha cidade, Sarandi.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Esta Casa quer dar as boas-vindas ao Prefeito de Floresta.

Próximo orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

**O SR. BARBOSA NETO (PDT)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na condição de Líder do Partido Democrático Trabalhista nesta Casa, eu tenho a obrigação de subir à tribuna na tarde de hoje para rechaçar as informações que estão sendo vinculadas em alguns órgãos de imprensa, dando conta de que o Senador Osmar Dias estaria deixando o PDT imigrando para outra sigla. Talvez essa seja a vontade de alguns empresários dos meios de comunicação ou de seus aliados, mas o Senador Osmar Dias, que acaba de ser aclamado como Líder do Partido Democrático Trabalhista no Senado da República, é o Presidente Estadual do PDT e tem se esforçado em conciliar as suas funções, em Brasília, como a de principal liderança do Partido no Estado do Paraná.

Agora mesmo, na sexta-feira, estará nos Municípios de Rolândia e Araçongas, no Norte do Estado, reunindo-se com as lideranças municipais e regionais do PDT visando, basicamente, o fortalecimento do Partido. Nós estamos satisfeito com o resultado, com o crescimento satisfatório do PDT, no Estado do Paraná, onde possuímos 35 Vice-Prefeitos, 303 Vereadores e 44 Prefeitos eleitos, em cidades importantes do Estado do Paraná, como Pato Branco, Paranaguá, Paranavaí, Cornélio Procopio, em alianças em tantos outros Municípios.

Nós estamos cada vez mais acreditando, que aqueles que tentam trazer à baila o nome do Senador Osmar Dias, como pré-candidato ao Governo do Estado, prestam um desserviço ao Governador Roberto Requião, que aí está. Ainda faltam quase dois anos de mandato para o Governador Roberto Requião. Nós todos, mesmo estando como independentes nesta Casa, torcemos para que o

Governador consiga fazer um grande governo, suprimindo e até superando as expectativas do povo paranaense. O PDT é o partido que cresce em termos nacionais. Nos últimos dois dias, a imprensa brasileira vem noticiando o crescimento que o Partido está tendo na Câmara Federal, com a adesão de novos Deputados que vêm somar-se à causa pedetista. Um crescimento pautado pela postura de coerência e seriedade de um Partido que não é governo, mas acaba de receber vários Deputados Federais e até um Governador do nosso País.

Portanto, temos que saber desviar aquilo que é fato daquilo que é boato. E temos que saber separar o joio do trigo, como bem disse aqui o Deputado Augustinho Zucchi. O Senador Osmar Dias é um homem de seriedade, que não se alia às multinacionais, um homem pautado pelo trabalho desde que começou a trabalhar, aos quatorze anos, como agricultor, depois, como professor, como diretor de Universidade até chegar ao Estado atingindo várias funções na área da agricultura, e foi sem dúvida nenhuma o melhor Secretário da Agricultura que este Estado já teve.

Eu quero, Sr. Presidente, agradecer, aqui àqueles que confiam na palavra do Senador Osmar Dias, que, não por acaso, é o político mais votado da história do Paraná.

Eu gostaria de agradecer essa condescendência e dizer que o PDT sai fortalecido desse processo, já que estão tentando antecipar as eleições de 2006. Isso, na verdade, não colabora em nada com o debate político e esvazia até mesmo este Governo e os nossos mandatos inclusive, Líder do Governo, Deputado Natálio Stica.

Nós temos, sim, é que torcer para que o Governador Roberto Requião consiga implementar as mudanças a que se propôs, e nesta Casa tenho votado a favor daquilo que é bom para o povo do Paraná e, na grande maioria das vezes, eu, o Deputado Augustinho Zucchi, o Deputado Neivo Beraldin somos favoráveis ao Governo, mas aquelas matérias que nós entendemos que ferem até mesmo o estatuto do Partido ou as nossas posições, nós temos votado de forma contrária, mas dentro de um respeito que merece o Governador e todos os nobres Pares desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Lino Rusch.

### ***Deputado Elio Rusch (PFL)***

O SR. ELIO RUSH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi atentamente o pronunciamento do nosso Líder, Deputado Durval Amaral, ocasião em que ele anunciava o novo Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni. Valdir Rossoni é um Deputado combativo e já demonstrou isso na liderança de seus Partidos, quando foi

Líder do PDT aqui na Assembléia Legislativa, quando foi Líder do Governo por dois anos, como 1º Secretário desta Casa, e sempre tem exercido suas funções com total lealdade, e acima de tudo, com muita competência com muito respeito aos seus liderados quando na função de líder partidário, quando na função de Líder do Governo.

Tenho certeza que o Deputado Valdir Rossoni haverá de dar continuidade plena a um trabalho que com muita galhardia e com muita competência o Durval Amaral tem exercido nesses dois anos na Liderança da Oposição. Por isso a Oposição, embora mudando de Líder, permanece com todos os seus integrantes e com certeza ampliando o seu Bloco. Deputado Ângelo Vanhoni, a nossa Bancada de Oposição está crescendo e vamos aí achar nas dezenas de Deputados que vão integrar a nossa Bancada.

Mas, Srs. Deputados, o que nós queremos lembrar e falar desta tribuna hoje, é a questão da contratação dos funcionários da TV Educativa. Ontem nós fizemos menção que o Governo do Estado havia, no ano passado, pedido uma autorização à Assembléia Legislativa para a criação de 22 cargos em comissão e a Assembléia aprovou esses cargos. Existem mais 151 cargos - não sei se é terceirizado ou por cachê - e agora fomos surpreendidos, na semana passada, quando a FUNPAR - Fundação da Universidade Federal do Paraná lança um edital para fazer um teste seletivo para a contratação de 73 funcionários que serão colocados à disposição da TV Educativa do Estado do Paraná.

Convênios iguais a esse, semelhante a esse já foram realizados em governos anteriores e parece-me que até neste próprio Governo. O Tribunal de Contas não tem concordado com essa atitude. O TC entende, ao menos entendia, que essa não seria a forma correta e justa de contratar essas pessoas. E nós dizíamos no dia de ontem que iríamos solicitar ao Tribunal de Contas o seu parecer e já protocolamos no Tribunal o seguinte: "Solicita informar se esse Tribunal examinou a legalidade de convênios semelhantes com o objetivo de contratação de mão-de-obra realizada por Governo do Paraná ou Prefeituras Municipais com entidades fundacionais ou organizações não governamentais. Em caso positivo, qual foi o posicionamento adotado pelo Tribunal? Seguem anexo para o conhecimento, cópia do edital, e o teste seletivo lançado pela FUNPAR e o estatuto da FUNPAR, seja através dos seus objetivos.

Essa é a solicitação que nós protocolamos no Tribunal de Contas para que ele se manifeste. Paralelo a isso, Sr. Presidente, a Bancada da Oposição também está entrando hoje com um requerimento solicitando o seguinte: Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o douto Plenário, cópia do contrato firmado entre a Rádio e Tevê Educativa do Paraná e a FUNPAR (Fundação da Universidade Federal do Paraná), se existe esse convênio. Se existe, que enviem uma cópia desse convênio à Assembléia Legislativa, para que possamos então

fazer uma avaliação aprofundada, porque entendemos que é uma forma, Deputado Neivo Beraldin, V. Exa. que é Presidente da Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa, nós não podemos aceitar que isso venha a acontecer no Governo do Estado. Acho que essa é a nossa função como fiscalizadores e como Deputados do Estado do Paraná.

Por essa razão é que fizemos essa solicitação ao Tribunal de Contas e também ao Governo do Estado. Nós entendemos que isso é ilegal, mas vamos ver a resposta que vem para que depois possamos fazer o nosso posicionamento.

Seria isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.  
Muito obrigado!

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

## ***Deputado Rafael Greca (PMDB)***

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu não gostaria de fazer esse discurso. Ele não é bom ou não aproveita ninguém que goste do Brasil, mas se refere ao fracasso do Governo Federal. Começa com o texto que o importante jornalista Clóvis Rossi coloca em editorial. O principal editorial da Folha de São Paulo, de hoje, chama-se “A gangrena da Pátria”. Dois títulos na capa de ontem da Folha de São Paulo contam mais sobre o Governo Lula do que toda uma coleção de livros acadêmicos.

Primeiro título: “A arrecadação da receita bate recorde em janeiro”.

Segundo título: “Desnutrição mata mais uma criança índia, em Mato Grosso do Sul”.

De que adianta o Governo bater recordes de arrecadação se é incapaz de evitar que a fome mate uma criança? Em qualquer governo já seria um crime de má-administração. No Governo que inventou um tal de Fome Zero, a esse crime soma-se o da propaganda enganosa. Fosse um caso isolado a morte de Kelly Fernandes, seis meses e meio, já deveria provocar a fúria do Presidente da República - se sinceras suas reiteradas afirmações de que sonha com o dia que todos os brasileiros tenham café da manhã, almoço e jantar. Mas a menina é a terceira a morrer nos cinquenta dias transcorridos do ano. E nada além do ensurdecido silêncio das autoridades. Quando a morta foi uma branca, ainda por cima freira, e norte-americana de nascimento, o Governo ainda fez barulho, fez movimento, lançou um pacote (governos sempre lançam pacote na hora do escândalo para esquecê-los

quando o ruído cessa). Nada contra. Deveria, é verdade, o Governo ter agido antes, porque faz anos que se sabe que a situação na floresta do Pará é tremenda, mas pelo menos o Governo agiu depois. Já quando os mortos não são brancos, ninguém vai ao enterro. Nem nós, diga-se, se por “nós” se tomar a sociedade civil. Que eu tenha visto, só o ombudsman da Folha de São Paulo, Marcelo Beraba, gritou de inconformismo no tratamento noticioso dos índios mortos de fome. Os outros todos estávamos vertendo indignação pela eleição do Severino Cavalcanti para a Presidência da Câmara Federal ou pela enésima tentativa do Governo de turno de aumentar os impostos que já geraram uma arrecadação recorde. Nada contra o exercício da indignação - seja contra o que for. Mas um Governo e um País que deixam passar batida a morte de uma criança pela fome, estes estão gangrenados, e gangrenados seriamente.

A esse Editorial inteligente, preciso e contundente da pena de Clóvis Rossi, eu quero acrescentar o texto do professor, doutor em economia da Universidade de Hamburgo, Adriano Benayon, sobre a propaganda e a realidade, texto publicado na Revista “A nova democracia”, edição de fevereiro, fascículo 23, sob o título “Monopólios e entreguismo”, que compara o Governo Kishner com o Governo Lula e que fala da nossa dívida externa e para o qual eu peço a atenção da Assembleia do Paraná, porque o Governador Requião já leu, peço a atenção do PMDB e dos companheiros do PT do Paraná e de todos os Deputados e dos patriotas do Brasil que vivem no Paraná, porque a conclusão é que as dívidas continuam há mais de vinte anos, segundo a qual os tributos têm de ser aumentados para pagar juros e amortizações da dívida, mas as próprias autoridades que fizeram os tributos no Brasil chegar a quase 40% do PIB, são as mesmas que determinam os juros exorbitantes que o Brasil paga na dívida pública, sob o outro falso argumento que é de conter a inflação. O Paraná dá e Brasília tira. O povo brasileiro dá e as autoridades de Brasília tiram.

Vamos ouvir o que diz Adriano Benayon em “A Propaganda e a Realidade”.

(Lê):

“Brasil e Argentina

A propaganda oficial repete, sem cessar, que a economia brasileira avançou muito em 2004. Mas basta olhar a escalada da pobreza e da violência à nossa volta para perceber que a realidade não é o que aparece na TV e nas cifras manipuladas pelos aautos do sistema de poder. Um exame aprofundado dos próprios dados oficiais mostra que o Brasil, como um todo, e os assalariados, em especial, continuam tendo seu patrimônio liquidados e seus meios de sobrevivência solapados.

Ao mesmo tempo, movida pelos bastiões da concentração financeira, de Nova York, Londres e outras praças, a mídia mundial e local faz sórdida campanha contra a Argentina, cujo exemplo temem seja seguido no Brasil. Diminuir a extorção de que se é vítima não constitui “calote”, a palavra usada como slogan da campanha. O

Presidente Kirchner tenta apenas renegociar a dívida pública.

Embora o governo argentino gere superávit primário para pagar juros, ele o fez de modo menos submisso aos banqueiros do que no Brasil. Assim, os governos federal e provinciais da Argentina têm empregado modestos recursos na infra-estrutura e na recuperação parcial de perdas salariais. Isso são heresias para os porta-vozes da agiotagem.

Kirchner ainda não fez muito, mas o suficiente para que a economia de seu país tivesse grandes melhoras, apesar de desgastada pela predação das empresas transnacionais. Comparado ao zero absoluto do PT, o exemplo argentino é uma réstia de sol a espalhar luz sobre as trevas da malvadeza. Para os gerentes petistas, o País e seu povo não passam de abstrações, das quais não tomam o menor conhecimento. Tanto é assim, que, em 2004, o governo federal arrecadou tributos no valor de 27% do PIB (Produto Interno Bruto) e investiu risíveis 0,2% do PIB, incluído o avião “aerolula”. Destruir o País suscita profusos elogios dos centros financeiros mundiais.

Aqui, a suspeita taxa oficial de desemprego teve, em 2004, média igual à de 2002: variação igual a zero, típica de um governo zero, que discursa, enquanto se esmaga o povo. Na Argentina o desemprego diminuiu 36% (de 22% em 2002 para 14% em 2004), com a criação líquida de 2 milhões de empregos. Como a proporção das populações é 1 para 5, isso equivale a 10 milhões de empregos no Brasil.

O que conseguiram aqui foi piorar a situação, embora isso parecesse impossível após 10 anos de deterioração. Segundo a otimista Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, o número de desempregados quase dobrou: de 4,4 milhões em 1993 para 8,5 milhões em 2003: mais 4,1 milhões de pessoas desempregadas. Não há dados da PNAD para 2004, mas outros indicadores mostram que o flagelo continua agravando-se.

As 12,7 milhões de vagas criadas entre 1993 e 2003 foram insuficientes para absorver a mão-de-obra. Dessas, só 5,5 milhões foram de assalariados com carteira assinada. 7,2 milhões foram contratados a título precário, sem direitos trabalhistas. Se isso ainda é pequena desgraça, há mais: de cada dez novos postos de trabalho, só um paga mais que três salários mínimos (R\$ 780).

O Ministério do Trabalho anunciou novos 645 mil empregos formais líquidos em 2003, e 1,52 milhão em 2004, o que perfaz 2,17 milhões. Entretanto, 4 milhões, no mínimo, entraram na “população economicamente ativa” (PEA). Desses, portanto, os empregos com carteira assinada só absorveram pouco mais da metade.

Segundo a mesma fonte, de janeiro de 2003 a setembro de 2004, foram registrados, em ações de fiscalização, 1,06 milhões de trabalhadores que estavam na informalidade. Portanto, para que o desemprego não tivesse aumentado, teriam de ter sido criados quase três milhões de empregos informais líquidos (1,83 milhões,

mais os 1,06 milhões de empregos informais substituídos por empregos com carteira assinada). Ora, a média de criação líquida de empregos informais de 1993 a 2003 foi de 520 mil por ano, sendo que 2003 ficou muito abaixo dessa média. Que mágica explica a taxa de desemprego do IBGE, que segundo este, teria diminuído em 2004? Com os dados oficiais tenta-se, mas não se consegue encobrir a calamidade que é o estado do emprego no País.

Em 2000, já havia 44% do total de idosos do País respondendo por mais da metade do orçamento de suas famílias, pois tal é a deterioração do mercado de trabalho, que os mais jovens, em sua esmagadora maioria, não conseguem emprego ou o obtêm com paga insuficiente para sobreviver. As consequências disso são terríveis e não apenas as sociais. Com efeito, que futuro tem a economia de um país onde os jovens não se estão qualificando pela prática de uma profissão e onde, à medida que os idosos se aposentam ou morrem, deteriora-se a qualidade dos recursos humanos?

O rendimento médio dos salários correspondeu em 2004 à metade do seu valor em 1998, em preços constantes, atualizados pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços ao Consumidor, ampliado, do IBGE), a erosão da média salarial foi superior a 30%.

Mais: a participação dos salários no PIB afundou para 29,4% em 2004, acelerando seu declínio nos dois anos do PT. Vinha caindo há decênios, tendo-se reduzido para 45,4% em 1990 e para 36,1% em 2002.

Logo, o alardeado avanço do PIB, em 2004, de nada serviu aos assalariados. Ele decorre das elevações dos juros e dos tributos sobre bens e serviços, itens que são contados no PIB. (Vejam como é bruto mesmo esse indicador!). Provém também de lucros de bancos e grandes empresas e, ainda, do crescimento das exportações, favorecidas pela demanda no exterior e por preços menos ruins.

Tentam justificar os horrores praticados contra a economia e a produção no Brasil, dizendo serem as altas taxas de juros e o arrocho da política fiscal necessários para deter a inflação. Ora, os juros foram altíssimos em 2003 e 2004, e a inflação recrudescu, com o IGP-DI subindo para 12,14% (7,7% em 2003). No modelo regido pelo FMI, o Brasil é permanentemente triturado, a pretexto de reduzir a inflação, e ela sempre volta a subir. O IPCA subiu 7,6% em 2004 e 9,3% em 2003.

Há índices de reajustes de preços que favorecem as empresas poderosas, e há outros índices para os salários (os de “preço ao consumidor”). Pior: nem mesmo estes são aplicados à remuneração dos trabalhadores. Compare-se a variação acumulada do IGP-DI e do IPCA. Para o índice 100 em 1994, o primeiro atingiu 356,2 em 2004, enquanto o segundo ficou em 299.

O Índice de Preços por Atacado, que prenuncia elevações nos outros índices, elevou-se em 14,67% em 2004 (havia subido 6,26% em 2003). Esse índice tem peso importante no IGP-M, também da FGV, o qual é aplicado na correção de financiamento imobiliário, de

serviços e tarifas públicas e privadas. O IGP-M subiu 12,41% em 2004.

Os Planos Cruzado, Collor, Real e outros foram impingidos ao povo com a desculpa de que a desindexação era indispensável para evitar a crescente alta de preços. Esse foi o golpe que, a pretexto de desindexar a economia, só atingiu os salários. Estes perderam a pouca proteção de antes.

Ao contrário, por meio de contratos do “governo” com as concessionárias foram indexadas as tarifas públicas dos serviços públicos indecentemente privatizados. Ademais, os preços dos bens e serviços dominados pelas grandes empresas sempre foram majorados à vontade, mediante o simples exercício do poder que elas têm sobre o mercado.

O suposto crescimento do PIB em 2004 é calculado em relação ao um fundo de poço atingido em 2003, ano em que houve queda de 1,3%, em relação a 2002, a preços corrigidos pelo IPCA, e uma degradingolada de 8,2%, a preços corrigidos pelo IGP-DI. Sem exportações, os declínios foram de 2,4% e 9,2%, respectivamente.

Ademais de superestimar o propalado êxito de 2004. O governo federal havia ocultado o desastre de 2003. Além disso, em 2004, o PIB é 4,7% menor que o de 2002, cujo índice já era baixo. Excluindo-se as exportações (e assim considerando só os bens produzidos para uso ou consumo no País) a queda foi de quase 8% (7,74%).

Enquanto isso, na Argentina, o crescimento acumulado nos dois anos foi 17,9%. Diante dos 4,7% negativos no Brasil, a diferença é de 22,6 pontos percentuais.

Atualizando o PIB de 2003, pelo IGP-DI, trimestre a trimestre, em comparação com os preços de 2004, o PIB desse ano cresceu menos de 4% em relação ao fundo de poço que foi 2003. Esses resultados são lastimáveis, mesmo acolhendo as embelezadas cifras de 2004, quando, ainda por cima, a economia foi irrigada de dinheiro pela campanha eleitoral e ajudada pela conjuntura externa favorável.

Tudo que se refere à economia é objeto de enorme mistificação. Uma das maiores é a que se faz sobre o PIB. Associa-se, pela repetição, uma variação positiva do PIB a, por exemplo, crescimento da economia, crescimento do País, etc. Mas o PIB não passa de um “agregado” de contas, que inclui não só os bens e serviços efetivamente produzidos, mas rendas artificiais, como que de proxenetas, obtidas por meio de abuso de poder e/ou fraude.

Entre outras, estão os juros e os impostos incidentes sobre produtos e serviços. Além disso, devem ser incluídos nessa categoria os lucros decorrentes de oligopólio e de outras posições de poder sobre os mercados. Esses ganhos, acrescidos ao patrimônio de empresas concentradoras e depois transferidos para o exterior, representam mais de 30% do PIB.

Grande parte do “crescimento” da economia desaparece quando se verifica a elevação da carga tributária.

Segundo a Receita Federal, o tributo de maior arrecadação, a saber, a COFINS, teve, a partir de maio de 2004, crescimento real da ordem de 40% em relação aos meses respectivos de 2003. De fato, a supressão da cumulatividade não foi, nem de longe, suficiente para compensar a elevação da alíquota de 3% para 7,6%. Outros tributos cujas arrecadações tiveram vultosos incrementos em 2004 são o Imposto de Importação e do IPI vinculado à importação.

A perversidade do sistema, agravada por FHC, e agora por Lula, é ilustrada pela contínua tendência de aumento da receita tributária, concomitantemente com o declínio da produção e da renda dos cidadãos. Com efeito, a arrecadação de tributos federais, além de injusta socialmente, não cessa de crescer, tendo, em 10 anos, subido de 16,8% para 27% do PIB (1993 a 2004). Não decresceu sequer em 2003, apesar do agudo declínio do PIB nesse ano.

Os juros pagos pelo setor público, em 2004, estão sendo estimados em R\$ 182 bilhões, soma que excede a de 2003 (R\$ 145 bilhões) em R\$37 bilhões. Essa diferença, igual a 2,1% do PIB, ou seja, mais de 10 vezes o investimento federal, deve ser deduzida dos supostos 4% de crescimento do PIB em 2004 ou de seus 2%, descontadas as exportações.

Além disso, há os juros pagos pelo setor privado, tendo o Presidente da FIESP, Sr. Skaf, lembrado que as pessoas físicas e jurídicas pagam R\$ 120 bilhões ao ano em taxas de juros. Desse total, R\$ 73 bilhões referem-se a spread bancário - diferença entre as taxas de captação e as dos juros cobrados nos empréstimos.

Diz ele: “se o spread brasileiro fosse igual à média dos países latino-americanos, nós pagaríamos R\$ 16 bilhões e teríamos uma economia de R\$ 57 bilhões, ou 3,5% do PIB. Esses recursos poderiam ser direcionados para investimentos e consumo”.

Somando-se R\$ 182 bilhões do setor público aos R\$120 bilhões do privado, resultam R\$302 bilhões de juros, i.e., 17% do PIB.

Em resumo, que resta do “crescimento do PIB”, abatidos os crescimentos de: 1) juros excessivos; 2) impostos sobre bens e serviços; 3) exportações; 4) rendas abusivas?

Não satisfeito com tanta desgraça, o Executivo Federal, comandado pelo executivo do Banco de Boston, à frente do Banco Central, tem decretado sucessivos aumentos da taxa básica de juros, a da SELIC, aplicada aos títulos da dívida mobiliária interna.

Desde setembro de 2004, quando estava em 16% a.a., essa taxa foi majorada em cinco ocasiões, chegando a 18,25% a.a., em janeiro de 2005. Antes da subida mais recente, de mais 0,5 pontos, a taxa básica de juros, descontada da inflação presumida para os doze meses subsequentes, já havia suplantado a da Turquia. Por obras de um governo dito de trabalhadores, o Brasil ocupa o 1º lugar mundial em matéria de taxa real de juros, ou, melhor, na agiotagem oficialmente patrocinada.

No modelo esposado por FHC/Lula, a única coisa que melhora sempre é a pecúnia que o governo dá aos bancos. Os juros líquidos pagos pela União cresceram (juros nominais entre parênteses) de R\$86,1 bilhões em 2001 (105,6), para R\$ 113,2 bilhões em 2002 (190,6), para R\$ 145,2 bilhões em 2003, e a conta esperada para 2004 é da ordem de R\$ 182 bilhões.

Ao mesmo tempo, o superávit primário teve a seguinte escalada em bilhões de reais. 2001: 43,7; 52,4; 2002; 66,2 (2003). Em 2004, de janeiro a setembro, chegou a R\$ 78,9 bilhões.

A diferença entre os juros e o superávit nominal equivale ao déficit orçamentário (nominal). Ou seja: o Brasil poupa para pagar juros (superávit primário) e faz dívida para pagar juros, pois se trata de uma dívida decorrente do financiamento do déficit provocado pela conta dos juros.

Para uma idéia da total falta de compromisso do governo do Sr. Lula com o País e seu povo, a União fez, em 2003, investimentos equivalentes a 0,4% do PIB, a cifra mais baixa de toda a História, abaixo mesmo da do pior ano da administração anterior (1999), quando fora de 0,7% do PIB. O governo do PT preferiu agradar o FMI com um superávit primário maior do que o já absurdo a que se comprometera com essa instituição procuradora dos banqueiros. Foram então destinados a investimentos só 16% dos pífios 2,5% do PIB, votados no Orçamento.

Essa foi uma contribuição significativa para o desastroso desempenho da economia em 2003. Já a suposta melhora em 2004, se existiu, não se deveu a qualquer ação do governo federal, uma vez que este investiu, de janeiro a novembro, o equivalente a 0,2% do PIB, ou seja, a metade da proporção de 2003. No 1º semestre de 2004 investiu 0,09% do PIB, i.e., 5,57% da previsão orçamentária de R\$ 12,544 bilhões, igual a cerca de míseros 0,7% do PIB.

A dívida mobiliária interna chegou, em novembro de 2004, a R\$ 784,9 bilhões. Essa quantia, em termos reais, supera em 5,5% a de dezembro de 2002, a saber, R\$ 747,8 bilhões, a preços de 2004, pelo IGP-DI (R\$ 623,2 bilhões, a preços correntes). É 82,6% maior que a de dezembro de 1996, corrigida para R\$ 432,1 bilhões (R\$ 176,2 bilhões a preços correntes).

Em 2004 os números foram favorecidos pela apreciação do real em relação ao dólar. Mesmo assim, a dívida interna de novembro de 2004 supera, em termos reais, que a de dezembro de 2002. Na comparação 2003/2004, a redução é quase nula (2,6%). Ademais, revertida a atual tendência do câmbio, haverá substancial aumento do valor em reais, tanto da dívida externa, como da interna.

As dívidas continuam, pois, crescendo, embora “reduzir as dívidas” seja a desculpa esfarrapada e repetida, há mais de 20 anos, segundo a qual os tributos têm de ser aumentados para pagar juros e amortizações da dívida. Mas as próprias “autoridades” que fizeram os tributos chegar a quase 40% do PIB, são as mesmas que

determinam os juros exorbitantes que o Brasil paga na dívida pública, sob outro falso e desgastado argumento, o de conter a inflação.”

Da Universidade de Hamburgo, Adriano Benayon, estudo que fascina o Governador Roberto Requião, que fascina os patriotas.

Eu requeiro, Sr. Presidente que seja publicado no Diário da Assembléia. Para a verdade, não basta a opinião de um só. Pode bastar para o amor, para a simpatia. É preciso que seja conhecido detalhadamente. Há muitas notas exaustivas de pé de página que eu me limitei a suprimir durante a leitura.

Os líderes me pediram aparte e eu vou concedê-lo agora.

Ao Deputado Beraldin por primeiro e ao Deputado Stica, ao Vanhoni, mas eu acho fundamental que esse artigo seja publicado do Diário da Assembléia, para conhecimento dos Deputados, porque se o Brasil dá e o FMI tira através de Brasília, já não é sem tempo que o Brasil discuta, porque nós não podemos viver para pagar uma dívida.

Não pode ser projeto de país, pagar uma dívida. Há uma ponte quebrada entre São Paulo e o Paraná, entre São Paulo e Buenos Aires, há uma infra-estrutura em colapso no País inteiro. A Transbrasiliana não existe dentro do Paraná. Nós temos essa desgraça do pedágio, argumentada como necessária.

O Líder da Oposição diz que é imoral o Requião cobrar um pedágio de manutenção que é 1/6 do que cobram os particulares para manter as estradas que o povo já pagou, no pedágio particular. O Governo precisa de 1/6 do dinheiro para manter as estradas transitáveis, porque o DNER acabou, virou esse maldito DENIT que não faz nada, nada, nada!

Andar nas estradas do Brasil é se encomendar a morte, é levar a morte como carona, é morrer à prestação e no entanto, nós outros, os brasileiros vivemos para pagar impostos a 30% do PIB, a 40% do PIB, porque nós somos piores do que os outros do tempo do Tiradentes que vivíamos em dia de derrama, só que Dona Maria a Louca chama-se FMI e Joaquim Silvério dos Reis, foi Prefeito do interior de São Paulo, é fanho e chama-se Antonio Palocci.

Tem V. Exa. o nosso parte.

#### **O Sr. Neivo Beraldin (PDT)**

Deputado Rafael Greca, V. Exa. faz uma constatação mais do que verdadeira, traz números técnicos que suscitam o debate.

Nós basicamente vivemos assim, a concentração da receita no Governo Federal. A dívida brasileira ninguém sabe quando é. Quanto que vai aumentar no ano seguinte. A dívida interna aumenta porque tem que dar lucro para os bancos quando nós deveríamos manter a economia, a receita, nos Estados e nos Municípios, porque os problemas e as soluções têm que estar no local, do Estado ou do Município.

Nós temos que reverter, quem sabe, o Sistema Federativo Americano, no sentido de mudarmos essa situação.

Veja o Lula, compra um avião dos europeus e vai à Venezuela oferecer os aviões da EMBRAER, grande empresa brasileira.

A Vila Pinto, a Zumbi dos Palmares, as favelas de Curitiba se encontram ali, o desemprego do Paraná se encontra em todos os cantos. No entanto, não temos nenhuma proposta para agregar valor na nossa produção, na nossa matéria-prima.

Enquanto nós vivermos de propaganda eleitoral, enquanto concentrarmos o poder no Governo Federal, enquanto distribuirmos os recursos mais perto do cidadão, certamente estaremos fazendo discurso aqui, e cada vez mais as pontes vão cair e os favelados não terão sentido.

Eu queria saber Deputado Rafael Greca, “Fome Zero”, a quem atendeu a não ser o MST? O fundo que criamos para a saúde, o “FP...” não sei o quê? Virou imposto permanente? Aonde foi esse dinheiro? Quando é que o Congresso Nacional ou o Governo Federal diz não: Nós já cumprimos a meta, investimentos na saúde os recursos?

Então, Deputado Greca, certamente, V. Exa. traz a essa tribuna um tema que é sempre pertinente. Nós temos que, evidentemente, estar aqui para trazer à baila esses assuntos.

Muito obrigado, meus parabéns.

#### O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Deputado Beraldin, o avião do Presidente está incluído nos investimentos do Governo Federal que foram 0,2% do Produto Interno Bruto, tudo, habitação, transporte, saneamento, tudo que o Governo investiu foi 0,2% do PIB. 27% do PIB foi o que o Governo arrecadou, todo o resto foi pagamento da dívida. Calcule V. Exa. a tragédia da Nação.

O Brasil dá e o FMI tira, através de Brasília!

Eu já acho que ter o avião é o de menos. Tivesse o Presidente até uma nave espacial e investisse os impostos do Brasil e as reservas da Nação voltassem para o Brasil, como queria o Brizola ou queria o Elio Fernandes, nós teríamos um projeto de país.

O Deputado Stica tem o aparte.

#### O Sr. Natálio Stica (PT)

Causa-me certa estranheza o seu pronunciamento, Deputado Rafael Greca, lendo uma matéria que critica e ataca o Governo Lula, nos jornais. Uma matéria que faz comparação da Argentina com o Brasil, como se o nosso país gigante, do tamanho territorial de um continente como é, pudesse ser comparado com a nossa vizinha Argentina, ou com o Paraguai ou o Uruguai, que não têm os investimentos que nós temos.

Causa-me estranheza, Deputado Rafael Greca, quando o senhor, que foi Ministro, até onde eu sei não do

governo Lula, mas do Governo FHC, que serviu o Governo que criou esses índices. O Governo que onde me consta não desafiou o FMI. O Governo que o senhor serviu até onde eu sei não comprou nenhuma briga para abaixar os juros ou um calote na dívida externa.

Portanto, Deputado Rafael Greca, causa-me estranheza esse seu pronunciamento, no momento em que o País está indo bem, sim senhor, pode ser que não a passos tão largos como deveríamos ir, mas um país que ganhou credibilidade, um Presidente que ganhou notoriedade internacional, que ganha o status de estadista respeitado no mundo inteiro.

Tenho certeza que neste ano vai fazer a conversa de pé de orelha que precisa ser feita com o seu FMI, para poder fazer o que não fizeram os governos anteriores, inclusive e principalmente o último, que ficou oito anos e levou a Nação onde levou, a nossa dívida externa aumentando a mais de um trilhão os valores de hoje, pondo nesse caos que está deixando também uma herança maldita. Este é o Governo sério que nós temos, este é o governo corajoso, é o governo que eu tenho certeza que ao comprar um avião presidencial, porque justifica, sim, diria mais, o gasto desse avião, ele com todo o seu valor, tem muito mais proveito do que a nau capitânea que o senhor não conseguiu fazer andar por falta de vela.

Portanto, esse Governo de respeito não pode ser atacado desse jeito na tribuna, e eu enquanto estiver nesta Casa estarei aqui para trazer números e o farei em cima da parte econômica, com comparações com a Argentina que o senhor tanto quer comparar, que tem desemprego maior que o Brasil, que cai de quarenta para mais de vinte quando nós não estamos nesse patamar, um Governo que investe, no dia 11/03 estará o Ministro Berrizini fazendo aqui no Paraná abertura do convênio do consórcio com a juventude para a formação de oitocentos jovens com dois milhões do Governo Lula, que serão aplicados na formação da juventude no nosso Estado.

Portanto, Deputado Rafael Greca, as suas comparações me causam estranheza.

“Quem tem telhado de vidro não atira pedra”. O seu Presidente, que o senhor serviu, não fez nenhum enfrentamento; pelo contrário, acertou, e deixou o que deixou.

#### O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Por partes: Em primeiro lugar não tenho procuração para defender o Presidente Fernando Henrique - inclusive votei no Lula imaginando que ele desmentisse o Presidente Fernando Henrique na sua prática de poder, mas ele tem sido uma cópia piorada do Fernando Henrique: um Fernando Henrique com erros de português. O que estamos vendo - e dos dados que citei são na sua maioria referentes ao governo Lula e não ao Governo Fernando Henrique, - é que “a gente pode olhar diversas vezes o mesmo rio e os rios andam para frente, nunca é a mesma água que a gente vê”. O número de desempregados no Brasil, segundo dados do censurado IBGE, a Pes-



quisa Nacional de Amostra por Domicílios - era de 4,4 milhões em 93 e passou a ser 8,5 milhões em 2003. Subiu em 4,1 milhões de pessoas desempregadas em um ano. Não há dados do Plano Nacional de Amostras por Domicílios para 2004. Esperamos que o Governo publique esses dados para avaliarmos.

Quanto àquela triste caravela, foi uma das que não navegou satisfatoriamente num primeiro momento. Hoje está perfeitamente navegando, até serviu de cenário para o filme “Desmundo, a nau capitânea”. Outras dezoito navegaram, mas ela não é nada perto dos múltiplos vexames que o Ministério da Cultura e os Ministérios têm realizado depois que saí do Governo.

Agora, como não pretendo entrar para a Marinha, reporto a caravela como um episódio engraçado da minha vida e asseguro que vou me manter afastado das costas, das praias e de todos os projetos náuticos.

Agora, gostaria que o Brasil navegasse para frente e gostaria de não estar lendo esse discurso. A comparação com a Argentina é de dois Presidentes eleitos com pauta popular, com esperança popular, só que um jogo não faz o jogo do FMI e o outro faz. Um Presidente é amado pelo seu povo, além das pesquisas oficiais e o outro Presidente, queira Deus que seja, realmente, tão amado pelo seu povo como diz a pesquisa CNT SENSUS, que é uma pesquisa de empregadores.

Desejo ao Presidente Lula todo o êxito, todo o sucesso. Mas, esta análise deste doutor da Universidade de Hamburgo vai além da bravata político-partidária. É uma seriíssima análise econômica, no âmbito de um doutorado de economia, que tem o nível de um debate sócio econômico-político, de alerta à nação brasileira.

Eu, enquanto brasileiro, enquanto patriota, enquanto eleitor do Lula, só tenho a desejar, realmente, que o Presidente Lula tenha um dia, coragem de enfrentar o FMI. É o que todos nós nos perguntamos: quando será isto?

Concedo aparte ao Deputado Vanhoni.

**O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Queria fazer uma observação, e permita-me sair do protocolo e chamá-lo de “você”, porque já o conheço há muito tempo...

**O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)**

“Você” quer dizer V. Mercê. É até mais bonito que “Vossa Excelência”.

**O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Você foi Vereador na Capital, cidade de Curitiba, faz política, conhece os problemas da nossa cidade, do nosso País, do nosso Estado tanto quanto todos nós aqui, ou até mais; é uma das personalidades mais interessantes da política do Estado do Paraná...

**O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)**

Conheço até o cinismo de Brasília!

**O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

O interessante não é cinismo. É o respeito e a admiração que tenho pela sua cultura, pela sua história. Não quero fazer aqui, nenhuma intervenção com base no cinismo...

**O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)**

Não estou falando de você...

**O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Reputo a V. Exa., um homem inteligente e culto. Acho que a principal grandeza de um adversário, seja do ponto de vista acadêmico, político ou científico, acho que de saída é quando reconhecemos a força dos argumentos dele. É quando começamos a reconhecer aquilo que na tese do adversário tem de grandeza, aquilo que o nosso adversário tem de forte, de força das suas idéias.

Então, a superação dos nossos adversários passa por este reconhecimento.

Fiquei impressionado com o texto que o senhor leu na tribuna, porque - me desculpe - minha primeira pergunta quando fosse fazer uma interrogação a V. Exa., é que se V. Exa. concordava com o que estava lendo. O senhor depois discorreu e me respondeu, de certa maneira. Parece-me que concorda com o que estava lendo, porque o documento que V. Exa. leu parece-me que é um daqueles que existem inúmeros, falando a respeito de qualquer coisa, porque tenho lido diariamente, nesses dois anos os artigos escritos por vários economistas, os mais críticos ao governo do Luís Inácio Lula da Silva. Na Folha de São Paulo, que qualquer cidadão de Curitiba pode abrir e os quatro cadernos da Folha de São Paulo são críticos, trazem artigos e mais artigos. Aos domingos, no caderno “Cultura” do Estado de São Paulo, em toda a imprensa nacional - e olha que nossa imprensa é rica, tem um grande número de articulistas e pensadores econômicos, que são críticos à condução da política econômica do Governo do Luís Inácio Lula da Silva; os críticos da academia, da USP, da UNICAMP, os artigos do José Nogueira Batista, dos críticos até dentro do PT - mas, todos eles quando têm uma honestidade de propósito, partem de algum pressuposto de reconhecer minimamente algumas grandezas que este governo vem conduzindo e vem realizando.

Este artigo que V. Exa. traz não reconhece nenhum esforço, nenhum resultado positivo desses dois anos do governo - cedemos o Horário do PT, porque este é um debate interessante, é rico - mas, este artigo não reconhece o controle da inflação, não reconhece o controle do câmbio, que o Governo do Fernando Henrique Cardoso ficou oito anos para tentar conseguir, e todos nós sabemos que não é fácil isso numa economia tão complexa como a do Brasil. Não adianta dizermos - como uma varinha mágica - que tem que romper com o FMI, dar um calote na dívida externa, que vamos pôr o Brasil no rumo do desenvolvimento econômico. O Kirschner quando pegou a Argentina pegou-a falida e destruída com o fenô-

meno De La Rua, V. Exa. sabe disso, não tinha mais para aonde ir, não tinha o que negociar, não tinha o que pagar, porque todos os recursos da Argentina tinham se evaporado, porque os banqueiros e os grandes agiotas, no fenômeno De La Rua, já tinham evaporado com esses recursos para o resto do mundo. V. Exa. sabe disso, acompanha isso.

Então, as críticas desse texto, não creio que o Requião acredite num texto como este, porque todos os indicadores - e não é o PT que construiu os indicadores do IBGE, não é o PT que construiu o Ministério do Trabalho, não é o PT que construiu a Federação das Indústrias de São Paulo, não é o PT que construiu o Ministério da Agricultura - que diz que todos os recordes na macroeconomia estão sendo batidos nos últimos quinze anos neste País, de exportações de produtos agropecuários, de exportações de produtos industrializados, de importações, geração de emprego com carteira assinada, de vendas no comércio por atacado, de vendas no comércio por varejo, de trabalhadores registrados - com um milhão e meio agora no mês de dezembro - com carteira assinada. Será que isso é pouco para este País?

Olha, o Requião está com a razão, e o Chico Buarque está com mais razão ainda, porque neste País o Lula, um homem operário que veio de lá, que nós sabemos de onde veio, de Pernambuco, do agreste, e que não é filho da elite brasileira, este homem não terá nenhum gesto benevolente da elite brasileira, não terá! Qualquer erro, qualquer vacilo do Lula será castigo, como se fosse castigo crístico ao Luiz Inácio Lula da Silva.

Desculpe-me Deputado Rafael Greca, o senhor é um homem inteligente, o senhor pode contribuir muito para o debate da política neste País, mas este artigo está eivado de preconceito, este artigo não resiste a uma análise técnica, não resiste aos números que estão nos jornais da oposição ao Governo, como Folha de São Paulo, Jornal O Estado de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, qualquer jornal, como Gazeta Mercantil, Jornal O Valor, não resiste minimamente a um debate de cinco minutos sério. Esse texto, é um texto eivado pelo preconceito da elite de um homem que está olhando de uma maneira inviesada sobre a política e sobre a conjuntura Nacional. Façamos o debate político contra o Lula, critiquemos a ele porque pode ser mal gerente ao PT, porque temos uma outra proposta do PSDB, do PT, do PDS, mas temos que fazer, nós aqui, um debate com coerência, com princípios; e sobretudo, quando vamos falar de macroeconomia, com os números, com a ciência que ela é, que macroeconomia e economia, os números, eles trazem cristalinamente uma realidade: o Brasil gerou um milhão e meio de empregos ou não gerou? Saiu de um buraco da economia deixado pelo Fernando Henrique Cardoso ou não deixou? Cresceu o ano passado 5% ou não cresceu? Vai crescer este ano 5% ou não?

Há dezoito anos o Brasil não cresce dois anos consecutivos 5%, e o senhor vem me dizer que nós temos que fazer coma a Argentina fez, dar um calote na dívida,

dizer a todos os empresários do mundo inteiro que nós não vamos pagar um único centavo da dívida externa. É esse o caminho que nós devemos perseguir? Porque o que a Argentina fez é isso Deputado Rafael Greca, é moratória, é suspensão dos pagamentos.

Acho que o Brasil pode construir uma alternativa do ponto de vista do desenvolvimento econômico, honrando os compromissos que tem com o setor empresarial do resto do mundo e ao mesmo tempo fazendo com que a nossa economia cresça, e agora fazendo as transformações que o Brasil precisa.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Eu peço um aparte ao Sr. Presidente.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

Agradeço o seu aparte. Desculpe-me pelo alongamento, estamos cedendo o horário do PT ao nobre Deputado Rafael Greca e em nome do Deputado Tadeu Veneri, que com toda benevolência concederá ao Deputado Rafael Greca para que use o espaço do PT para fazer as críticas ao nosso aparte.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Mesa abriu uma concessão, não poderíamos, pois o espaço é garantido ao Deputado Rafael Greca. Fica garantido ao Deputado Rafael Greca, mas foi utilizado o espaço do PT.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Não foi utilizado o horário do PT, porque regimentalmente não é possível. O líder do PT não concedeu o horário.

Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Gostaria que V. Exa. esclarecesse que horário utilizou o Deputado Ângelo Vanhoni e que horário utilizou o Deputado Rafael Greca. Porque o Deputado Ângelo Vanhoni disse que estava usando o horário do PT, o que não é verdade, pois o Líder disse que não concordou.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

A palavra é do Deputado Rafael Greca e o Deputado Ângelo Vanhoni estava no aparte.

Peço ao Deputado Rafael Greca que conclua seu pronunciamento.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Observei no aparte do Deputado Ângelo Vanhoni dois pontos que atingiram frontalmente o Regimento.

Primeiro chamar o Deputado de você e segundo o aparte tem que ser curto, não pode ser discurso. No entanto, o Deputado Rafael Greca acabou sendo prejudicado no seu tempo.

Muito obrigado!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Respondo em poucas palavras.

Por obra de um governo dito de trabalhadores o Brasil ocupa o primeiro lugar mundial em matéria de taxa real de juros, ou seja, na agiotagem oficialmente patrocinada.

Querem comparação Lula X Fernando Henrique. A única coisa que melhora sempre é a pecúnia que o Governo dá aos Bancos. Os juros líquidos pagos pela União cresceram de 86 bilhões em 2001 para 113 bilhões em 2002, para 145 bilhões de reais em 2003, para 182 bilhões de reais em 2004.

Está melhorando a olhos vivos. Os banqueiros nunca foram tão felizes e a Nação tão empobrecida. Fernando Henrique era um pouquinho mais módico que Luiz Inácio Lula da Silva.

Os Bancos penhorados agradecem e a Nação empobrecida sofre.

Juro não é trabalho. Juro é pecado!

Muito obrigado!

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Horário das Lideranças. Consulto as Lideranças do PL, PSL, PPS.

(**Declinam**).

No Horário do PSB, concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Liderança do PSB: Deputado José Domingos Scarpellini***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

(**Lê**):

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Trago a esta tribuna, um assunto da mais alta importância, porque trata da preocupação com as próximas gerações, com a educação e a formação de nossas crianças, de nossa juventude.

Senhor Presidente!

O Governo do Paraná, através da Secretaria da Educação, baixou resolução em dezembro de 2004, no mínimo autoritária, que determina o aumento de 5 para 6 na média para a aprovação do aluno nas escolas, como se isso fosse assegurar o melhor rendimento no aprendizado dos mesmos.

Ora, Sr. Presidente, ao invés de se preocupar com a nota do aluno, não é melhor preocupar-se com a qualidade do ensino? Como reciclagem dos educadores? Como a formação do aluno para uma visão crítica da sociedade? Com a educação como instrumento de libertação, como preconiza o mestre Paulo Freire? Porque não preparar o aluno para o aproveitamento total do conteúdo? E aí teríamos a nota 10 ao invés de 6.

Será que estão preocupados com o conteúdo mínimo para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais, como está na Constituição de 88, a Constituição Cidadã? É dever do Estado e direito de todos o acesso, amplo e irrestrito ao ensino público e gratuito. Será que é esta a preocupação do Secretário Maurício Requião, do Governador Roberto Requião?

Outro ponto que gostaríamos de chamar a atenção aqui, Sr. Presidente, é a determinação em todos os níveis desta resolução. Ora, isto é uma ingerência porque o ensino fundamental é municipalizado e, portanto, é de responsabilidade de cada município. Além do mais, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quais os critérios de avaliação? O que faz os irmãos Requião imaginarem que o aumento da exigência irá garantir o melhor rendimento do aluno?

Volto a invocar o mestre Paulo Freire para dizer que precisamos, isto sim, preparar nossos alunos, desde a infância, para uma visão crítica da sociedade, uma educação para a libertação e não para a domesticação. Será que o mundo seria melhor, quando nossas crianças tirassem nota 6, ou quando atingissem um nível de consciência que evitassem a mediocridade de um Big Brother? Será que nossos jovens estariam preparados para o vestibular com a nota 6, ou quando tivessem a consciência de que a boa literatura os torna melhores cidadãos para a escola e para a vida?

Ora! Governador Requião. Ora! Secretário da Educação, Sr. Maurício Requião. Ao invés de buscar dificuldades a vida dos jovens com a pseudo avaliação de que a nota 6 lhe confere um diploma escolar, porque para a sociedade justa e igualitária que nossa utopia insiste em continuar sonhando, apesar de você, como diria o poeta Chico Buarque.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Reprovar as crianças que tiram a nota cinco é, no mínimo, uma incoerência. Enquanto nós vimos que, em alguns Estados, como o Rio de Janeiro, quando o Brizola era o Governador, que a criança passava pela sua frequência, pela sua presença, pelo seu trabalho, pela sua dedicação e não pela nota, aqui se impõe isso. Se o Governador quer reprovar as crianças que tiram nota cinco, que nota nós - o povo do Paraná - damos ao Governador Requião?

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Dez!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Pode ser dez - dividido por três. Aí fica uma conta muito boa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu gostaria, nesta oportunidade, de registrar a presença do Ex-Prefeito de Faxinal, Ex-Deputado Federal, Ex-Vereador de Apucarana, nosso amigo e companheiro

Dr. Expedito Zanotti que nos honra com a sua visita a esta Assembléia.

Concluindo as minhas palavras, quero pedir ao Líder do Governo e ao Líder do PT para que somem forças no sentido de rever essa situação com relação ao ensino básico, com relação a essa média, porque isso é uma coisa que entendo vexatória para o Paraná. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PTB, Deputado Jocelito Canto.

### ***Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Enquanto nesta Casa alguns parlamentares estão querendo fazer o DNA do pedágio, vamos falar de obras que são realidade, não de coisas que não são verdadeira e sim conversa fiada.

Vamos falar, hoje, de obras que estão acontecendo e que, de forma brilhante, melhoram o nosso Estado do Paraná.

O Governador assinou um acordo com o Exército Brasileiro, com o 10º batalhão de Engenharia de Construção, e a Estrada do Cerne vai iniciar dentro de noventa dias, Deputado Dobrandino. Um sonho de muitos anos, da comunidade dos Campos Gerais, do povo de Castro, do povo de Piraí do Sul e também uma reivindicação muito antiga dos moradores de Campo Magro e da Região Metropolitana de Curitiba.

Deputado Stica, é uma obra que vai fazer com que o cidadão que queria ir para os Campos Gerais, queria ir a São Paulo, poderá não pagar mais pedágio dentro de alguns anos. Tão logo termine essa estrada.

É uma estrada que também vai se destacar um projeto turístico sensacional que é o “Caminho dos Tropeiros”. Vai se usar também esse lado que sempre foi importante, que foi o caminho das tropas e que sem dúvida nenhuma vai valorizar esse grande entroncamento ligando Curitiba, ligando a Piraí, a São Paulo e se construindo uma rodovia alternativa até aos Campos Gerais.

O Governador está de parabéns.

Enquanto uns aqui querem saber quem é o pai, quem assinou o contrato dos pedágios, quem prometeu isso e aquilo, a obra vai acontecer. Em noventa dias começam os primeiros metros de asfalto ligando a Piraí do Sul.

Por outro lado, já está terminando em Ponta Grossa, a ligação de Ponta Grossa até Itaiacoca. Um sonho de muitos anos, um asfalto que estava inacabado que o Governo do Estado está terminando agora. Não vai começar. Está terminando essa obra.

No dia de hoje, o Governador autorizou também, a ordem de serviço sai nos próximos dias, e eu disse outro

dia para alguns membros da oposição aqui: essa obra vai ser uma realidade, não porque vocês estão pedindo. Porque já havia uma programação do Estado.

A partir dos próximos dias começa a ficar um “tapete” a rodovia ligando Castro a Tibagi. Outra cidade turística e importante dos Campos Gerais.

Então, enquanto alguns reclamam, nós mostramos aqui asfalto sendo feito, obras sendo executadas e obras importantes nos Campos Gerais.

Gostaria de aproveitar para cumprimentar o Secretário Waldyr Pugliesi que de forma bonita, correta, séria, anunciou que faria essas rodovias. A de Ponta Grossa a Itaiacoca está praticamente pronta. Que a oposição vá andar lá para ver. Não é mais aquela rodovia podre e arrebitada. É rodovia bonita, rodovia moderna e que vai puxar o fluxo do turismo que tem naquela região de Ponta Grossa. E agora a ligação com Tibagi e a Estrada do Cerne.

Enquanto os discursos acontecem, enquanto alguns falam demais, o Governo faz obras, conclui obras e começam novas obras, entre elas a Estrada do Cerne que vai ser feito por um preço reduzido, um preço baixo.

Concluindo, também em Ponta Grossa nós vemos hoje em todos os quatro cantos da cidade mais de quinze milhões que foram aplicados em obras de recapes, de importantes acessos da cidade como a Dom Geraldo Pelanda, uma obra fantástica; um novo acesso com a ligação do Santa Mônica ao parque Nossa Senhora das Graças, como a ligação do parque Shangrilá, como a ligação na entrada de Ponta Grossa. Uma entrada que fazia vinte anos que não recebia um recape está recebendo mais de dez quilômetros de asfalto.

Enquanto alguns falam, enquanto alguns querem falar que nada ocorre, nós vemos as conquistas acontecerem. Parabéns ao Secretário Pugliesi. Parabéns ao Governador, pela Estrada do Cerne, pelas estradas que estão sendo recapeadas. Enquanto alguns falam, querem descobrir o DNA do pedágio, o governo faz obras e elas estão, lá, para a Oposição ver.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

PP, PT, PDT.

Concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

### ***Liderança do PDT: Deputado Neivo Beraldin PDT***

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fico feliz do anúncio do Deputado Jocelito Canto da obra da Estrada do Cerne, que certamente vai desenvolver uma região muito rica no Estado do Paraná. Espero que o Exército Brasileiro não repita o que fez na FERROESTE, contratando empresas particulares para fazer a obra. Uma obra que estava sendo licitada em 160 milhões de reais, custou

400 milhões de dólares. Parece-me que nem o Tribunal de Contas da União audita o Exército Brasileiro. Eles primeiro precisam equipar a sua equipe, comprar equipamentos e, depois, começar as obras. Melhor seria terceirizar a construção, com várias empresas que já tivessem uma infra-estrutura completa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que me traz à tribuna hoje é a questão dos títulos de Alagoas. O Tesouro Nacional declarou não válido o convênio realizado entre o Estado do Paraná e o Estado de Alagoas, que determinava doze anos de carência, com tabela TE. O Tesouro Nacional diz que esse tratado é nulo, porque fere a Lei de Responsabilidade Fiscal. O Paraná tem que a partir de hoje emitir um boleto bancário, para que Alagoas nos pague em torno de 160 milhões de reais que nos deve. Também Santa Catarina terá que nos pagar, certamente, aquilo que deve dos precatórios podres que emitiram e que o nosso Banco do Estado do Paraná comprou e, infelizmente, ficou com o “mico”.

Outra questão que eu queria chamar a atenção: nós concluímos a CPI do BANESTADO e fizemos uma lei onde retirava o monopólio do Itaú do dinheiro público do Estado. Garantido na Constituição Federal e Estadual, o dinheiro público tem que estar em um banco público. Para estar em banco privado tem que ser feita uma concorrência. E essa concorrência não existiu e não existe. Vejam que o governo Lerner, ao apagar das luzes, renovou por mais cinco anos o Itaú. Esse governo até agora, tendo em vista que nós tínhamos feito uma lei, que esse dinheiro iria para o banco público, o Supremo alegando vício de origem derrubou a nossa lei. Mas o Estado tem plena autonomia para aplicar os recursos do banco público. Se quiser aplicar no banco privado, que faça uma concorrência. Se não fizer a concorrência é porque é acordo de bastidor. Como acho também que há acordo de bastidor, na questão do monopólio do transporte coletivo intermunicipal do Estado do Paraná. Todos os contratos estão vencidos. Há contratos com várias empresas que monopolizam o setor - contratos vencidos que precisam de uma concorrência pública, para estabelecer a concorrência e a legalidade.

Não entendo por quê. Entra governo, entra outro governo e a situação fica quieta e, simplesmente, se vê no Diário Oficial aumento de 27% da passagem de ônibus intermunicipal. Eu dizia, anteontem, que um ônibus leito de Cascavel a Curitiba custa 120 reais; uma passagem de avião Curitiba-Foz do Iguaçu custa 109 reais. Se você comprar uma passagem de ônibus direto para Céu Azul, por exemplo, não tem. Só até Foz do Iguaçu.

Os ônibus ganham mais na bagagem do que na passagem e ninguém interfere nesses monopólios que, evidentemente, são aqueles que dão a grande sustentação àqueles grupos que dominam a economia de nosso Estado. Se perguntarmos à Secretaria dos Transportes quais são os itens da planilha que compõem o custo da passagem de ônibus, certamente a Secretaria não saberá responder. Simplesmente vem aquela pressão do Sindi-

cato de Transporte de Ônibus, da Garcia, da Sulamericana, da Princesa dos Campos, da Graciosa, que conseguem manter um Estado na mão, simplesmente e certamente se amparando com aqueles que estão, eventualmente, no Poder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário da Liderança do PT, fará uso da palavra o Deputado Tadeu Veneri.

### ***Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Deputado Rafael Greca fez no horário que lhe coube o pronunciamento e que já foi respondido em aparte pelas intervenções feitas aqui, mas alguns fatos parece-me que precisam ser lembrados. Quando nós fazemos uma comparação sem que estabeleçamos a partir de quando essa comparação é feita, a tendência é que essa comparação seja: primeiro, parcial; e segundo, que corra um sério risco de trazer apenas os dados que interessam a quem compara.

É preciso que lembremos, quando o Deputado Rafael Greca fala do endividamento, que em nenhum Governo da República se endividou tanto o nosso País quanto nos dois últimos Governos do Fernando Henrique Cardoso, do qual, como foi dito aqui, ele fez parte. Saímos de uma dívida de 250 bilhões para um trilhão de reais, o que não é pouca coisa.

Em nenhum Governo da República recente tivemos, nos últimos três Governos, uma taxa de juros de 45%, a não ser justamente no Governo Fernando Henrique Cardoso, durante a crise da Rússia. Não tivemos um processo de privatização que hoje no mundo inteiro é considerado não como uma privatização, mas como uma doação do patrimônio público, como tivemos nos últimos doze anos, de 1990 até 2002, justamente durante o Governo Collor - o Governo que o antecedeu - e depois o Governo Fernando Henrique Cardoso.

Comparar, como foi dito aqui, a Argentina com o Brasil, seria necessário primeiro que comparássemos a situação que a Argentina estava e que em um mês a população derrubou quatro Presidentes. Sem fazer isso, nós corremos o risco de fazermos um debate emocional e passional, ainda que buscando muitas vezes alegar talvez algumas pessoas que gostem justamente dessas situações caudilhescas até, mas fazemos um debate falso, porque fazemos um debate a partir de uma realidade que não existe. Não acho que o País esteja atravessando um mar de rosas! Não sou daqueles que não costumam olhar o que se propõe, o que se gasta no Orçamento como se isso fosse comum. Também não acho que devêssemos estar fazendo um superávit primário da forma como fazemos,

mas daí a considerarmos o Ministro da Fazenda como um traidor da Pátria, acho que se não fosse por incompetência, seria por má-fé. Porque aqueles que serviram a tantos “Delfins”, aqueles que serviram tantas vezes a tantos Governos não podem vir aqui fazer o discurso contraditório àquilo que foi a sua vida.

As pessoas têm uma trajetória e, como eu falei, ainda que em determinados momentos gostem de agradecer aos Governos de plantão ou achem que são simpáticos a eles, até se colocando as vezes contrários ao que eles pensam, caem muitas vezes no ridículo de fazer afirmações que não se sustentam.

Eu servi na Câmara de Vereadores, assim como o Deputado Ailton Araújo, estive nos dois últimos anos, hoje Deputado, então Prefeito Rafael Greca. E sabemos, Deputado Ailton Araújo, como foram os dois últimos dias, 14 e 15 de dezembro, do ano que antecedeu a administração do Sr. Cássio Taniguchi, quando por razões que discutimos lá na Câmara - acho que é preciso lembrar para que possamos recordar a história - a Prefeitura Municipal de Curitiba colocou, impingiu aos funcionários públicos, ao IPMC, 22 milhões de reais de patrimônio que eram da cidade e que incluíam praças, ruas e inclusive, aquele Centro de Ciências lá do Portão, e que não foram aceitos, na sequência. Quem fez isso? O Prefeito Rafael Greca.

Então, parece-me, a não ser que haja uma conversão ao marxismo, à esquerda e aos mais pobres por conta de razões que não estão explicitadas, que de repente as pessoas simplesmente, no discurso, querem passar aquilo que não é.

Gostaria muito de fazer esse debate no tempo devido, mas apenas em respeito às inteligências que estão aqui e que considero que são a elite política do Paraná por terem sido eleitos e estarem aqui.

Temos no País sete mil famílias que têm quatrocentos bilhões de reais. Quatrocentos bilhões de reais nas mãos de sete mil famílias! E ao que me parece, nenhuma dessas famílias, em momento algum, se insurgiu contra a ordem estabelecida e muitos daqueles que falam fazem parte justamente dessas sete mil famílias.

Então, Srs. Deputados, temos que ter o pé no chão e, por favor, a única coisa que eu acho que temos que fazer é respeitar a inteligência de quem está aqui dentro.

Muito obrigado.

## **Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)  
Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**  
com a presença de 46 Srs. Deputados.

## **Leitura do Expediente:**

Sobre a mesa, Indicação Legislativa nº 003/2005, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente, sugerindo a criação da obrigatoriedade de comunicação, pelos entes da administração pública direta e indireta, às Câmaras Municipais, quanto à liberação de recursos financeiros que tenham efetuado, a qualquer título, para os Municípios. **À Comissão de Finanças.**

Expediente subscrito pelos Deputados Ademir Bier, Artagão Júnior, Dobrandino da Silva, José Maria Ferreira, Nereu Moura, Alexandre Curi, Cleiton Kiesel, Elza Correia, Delegado Bradock e Rafael Greca, constante do expediente, indicando o Deputado Antonio Anibelli como Líder da Bancada do PMDB, para a 3ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Antonio Anibelli, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Deputados José Maria Ferreira e Elza Correia para ocuparem o cargo de Vice-Líderes da Bancada do PMDB, para a 3ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelos Deputados Luiz Carlos Martins, Elio Rusch, José Domingos Scarpellini e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, indicando o Deputado Valdir Rossoni para assumir a Liderança da Bancada de Oposição. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Miltinho Pupio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Natálio Stica, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 128, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 24 de fevereiro (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação:***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### **3ª Discussão:**

#### **ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/2004, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA COMISSÃO EXECUTIVA. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO EXECUTIVA, APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Apreciar neste turno as emendas aprovadas em 2ª discussão. Em votação as emendas, ressalvado o projeto. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovadas.**

Está em votação o projeto. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

#### **O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)**

Apenas para, como o projeto não teve debate ontem, foi fruto de um entendimento amplo desta Casa que envolveu todos os Deputados, apenas para ressaltar o trabalho de articulação que fez a Mesa eleita, em especial o Presidente Hermas Brandão, no sentido de construirmos um processo de consenso em torno deste projeto.

Portanto, eu acho que é algo que nós devemos sempre considerar, um novo regimento, uma nova possibilidade, e dizer que no artigo 27 coloca algo muito importante que o Congresso Nacional já deveria ter aprendido, que o que vale na proporção da Casa é exatamente a Bancada eleita. Isto foi, no nosso ponto de vista, uma conquista, vale para todos e evita o troca-troca partidário.

## **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

### **TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES Capítulo I Da Sede**

Art. 1º – A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sede na Capital do Estado, funciona no Palácio Dezenove de Dezembro.

Parágrafo Único – Havendo motivo relevante, ou de força maior, a Assembléia Legislativa poderá, por deliberação da Mesa, reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso do território Estadual.

## **Capítulo II Das Sessões Legislativas**

Art. 2º – A Assembléia reunir-se-á durante as Sessões Legislativas:

I – Ordinárias, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro;

II – Extraordinárias, quando, com este caráter, as mesmas forem convocadas.

§ 1º – As reuniões marcadas para as datas a que se refere o inciso I serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos e ou feriados.

§ 2º – A primeira e a terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada legislatura serão precedidas de Sessões Preparatórias.

§ 3º – A Sessão Legislativa Ordinária não será interrompida em 30 de junho enquanto não for aprovada a lei de diretrizes orçamentárias pela Assembléia Legislativa.

§ 4º – Quando convocada extraordinariamente a Assembléia Legislativa somente deliberará sobre matéria objeto da convocação.

## **Capítulo III Das Sessões Preparatórias Seção I Da Posse**

Art. 3º – O candidato diplomado Deputado Estadual deverá apresentar à Mesa, pessoalmente ou por intermédio do Partido, até 31 de janeiro do ano de instalação de cada legislatura, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral, juntamente com a comunicação de seu nome parlamentar e legenda partidária.

§ 1º – Para que sejam evitadas confusões o nome parlamentar compor-se-á, salvo quando a juízo do Presidente, apenas dois elementos: um prenome e o nome; dois nomes, ou dois prenomes.

§ 2º – Caberá a 1ª Secretaria organizar a relação dos Deputados diplomados, que deverá estar concluída antes da instalação da Sessão de posse.

§ 3º – A relação será feita na sucessão alfabética dos nomes parlamentares, com as respectivas legendas partidárias.

Art. 4º – Às quinze horas do dia 1º de fevereiro do primeiro ano de cada legislatura, os Deputados Estaduais diplomados reunir-se-ão na sede da Assembléia Legislativa do Estado em Sessão Preparatória para a posse e a instalação da legislatura.

§ 1º – Assumirá a direção dos trabalhos o último Presidente se reeleito Deputado, e, na sua falta, o Depu-

tado mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 2º – Aberta a Sessão, o Presidente convocará dois Deputados, de preferência de Partidos diferentes, para servirem de Secretários e proclamará os nomes dos Deputados, constantes da relação a que se refere o artigo anterior.

§ 3º – A Mesa da Sessão Preparatória declarará instalada a legislatura, procedendo ao ritual de posse, sendo que com a relação nominal de Deputados, será tomado o compromisso solene dos mesmos, obedecendo-se às seguintes formalidades: de pé todos os presentes, o Presidente proferirá a seguinte declaração:

"PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHANDO LEALMENTE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO PELO POVO PARANAENSE E PROMOVER O BEM DE MEU ESTADO".

Ato contínuo, feita a chamada pelo Presidente, cada Deputado em pé, ratificará a declaração dizendo:

"ASSIM O PROMETO"

§ 4º – O conteúdo do compromisso e o ritual de sua prestação não poderão ser modificados, o compromissando não poderá apresentar, no ato, declaração oral ou escrita nem ser o Deputado empossado através de procurador.

§ 5º – Quando algum Deputado tomar posse em Sessão posterior àquela em que foi prestado o compromisso geral, ou vier a suceder ou a substituir outro, nos casos previstos neste Regimento, o Presidente nomeará comissão para o receber e o acompanhar até a Mesa, quando, antes de o empossar, lhe tomará compromisso regimental. Durante o recesso da Assembleia Legislativa, porém, a posse será perante o Presidente.

§ 6º – Salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovada, a posse dar-se-á no prazo de quinze dias, prorrogáveis por igual tempo a requerimento do interessado, contando:

I – da primeira Sessão Preparatória para instalação da primeira Sessão Legislativa da legislatura;

II – da diplomação, se eleito Deputado durante a legislatura;

III – da ocorrência do fato que a ensejar por convocação do Presidente.

§ 7º – Tendo prestado compromisso uma vez, o suplente de Deputado fica dispensado de fazê-lo em convocações subseqüentes.

§ 8º – O Deputado licenciado retornará, a qualquer momento, às suas atividades e ao cumprimento de seu mandato simplesmente comunicando ao Presidente.

§ 9º – O Presidente fará publicar no Diário da Assembleia a relação de Deputados, em sucessão alfabética pelo nome parlamentar, com as respectivas legendas partidárias, com as modificações posteriores, servirá para o registro do comparecimento e verificação do quórum

necessário à abertura da Sessão, a composição das Comissões, bem como para as votações nominais e por escrutínio secreto.

## Seção II

### Da Eleição da Mesa

Art. 5º – A Mesa da Assembleia é o órgão colegiado, diretor dos trabalhos legislativos e administrativos.

§ 1º – Na segunda Sessão Preparatória da primeira Sessão Legislativa, às quinze horas do dia dois de fevereiro, sempre que possível sob a direção da Mesa da Sessão anterior e nos termos do artigo 4º, parágrafo 1º, deste Regimento, realizar-se-á a eleição simultânea do Presidente, dos três Vice-Presidentes e dos cinco Secretários.

§ 2º – A eleição do Presidente importará a dos Vice-Presidentes e dos Secretários, com ele inscritos para composição da Mesa.

§ 3º – Depois de proclamar eleitos, o Presidente das primeiras Sessões dará por finda sua incumbência.

Art. 6º – Os membros da Mesa terão um mandato de dois anos e na composição desta será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou Blocos Parlamentares, os quais escolherão os respectivos candidatos aos cargos que, de acordo com o mesmo princípio, lhes caiba prover, sem prejuízo de candidaturas avulsas oriundas das mesmas bancadas observadas as seguintes regras:

I – a escolha será feita na forma prevista no Estatuto de cada Partido ou conforme estabelecer a própria bancada e, ainda segundo dispuser o ato de constituição do Bloco Parlamentar;

II – em caso de omissão, ou se a representação não fizer a indicação, caberá ao respectivo Líder fazê-la.

Art. 7º – No período de 1º a 15 de dezembro do segundo ano de cada Legislatura, sob a presidência da Mesa, em dia e hora determinados pelo Presidente, proceder-se-á a eleição da Mesa para a 3ª e 4ª Sessões Legislativas da mesma Legislatura.

Parágrafo Único – A Mesa Executiva eleita, nos termos deste artigo, tomará posse no dia 15 de fevereiro do terceiro ano de cada Legislatura.

Art. 8º – A eleição dos membros da Mesa far-se-á por escrutínio secreto, exigida a maioria absoluta de votos, no primeiro, a maioria simples, no segundo escrutínio, presente a maioria dos Deputados, observadas as exigências e formalidades seguintes:

I – chamada nominal para a votação;

II – cédulas impressas ou datilografadas, contendo cada uma somente o nome dos candidatos em chapa completa para os diversos cargos que compõem a Mesa;

III – colocação, em cabina indevassável, das cédulas em sobrecartas que resguardem o sigilo do voto;



IV – colocação das sobrecartas em urna, à vista do Plenário;

V - o Secretário designado pelo Presidente retirará as sobrecartas da urna, conta-las-á e, verificada a coincidência do seu número com o dos votantes, do que será cientificado o Plenário;

VI - será então procedida a contagem dos votos com leitura dos votos consignados às listas contendo os candidatos aos cargos da Mesa.

VII – proclamação dos votos, por um Secretário, e a sua anotação por outro Secretário, à medida que apurados;

VIII – invalidação da cédula que não atenda ao disposto no inciso II;

IX - redação, pelos Secretários e leitura, pelo Presidente do resultado da eleição, na ordem decrescente das listas votadas

X - realização de segundo escrutínio, se for o caso, com as duas chapas mais votadas, na hipótese de não se alcançar a maioria absoluta no primeiro escrutínio.

XI - será considerada eleita a chapa que for encabeçada por candidato mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas, em caso de empate no segundo escrutínio.

XII – proclamação, pelo Presidente, do resultado final e posse imediata dos eleitos.

Art. 9º - Ocorrendo a vacância de qualquer cargo da Mesa, será procedido da seguinte forma:

I – no cargo de Presidente, assume o 1º Vice-Presidente;

II – no cargo de 1º Vice-Presidente, assume o 2º Vice-Presidente,

III – no cargo de 2º Vice-Presidente assume o 3º Vice-Presidente, realizando-se eleição para o preenchimento deste último cargo; e

IV – em cargo de Secretário, a substituição será feita pela ordem, realizando-se eleição para a 5ª Secretaria.

Parágrafo único. A eleição de que trata incisos III e IV deste artigo será realizada no prazo de cinco Sessões Ordinárias a contar da data da vacância, observado, no que couber, o procedimento previsto para a eleição da Mesa.

#### **Capítulo IV**

##### **Das Bancadas e dos Blocos Parlamentares**

Art. 10 - As representações partidárias eleitas em cada legislatura constituir-se-ão por bancadas.

§ 1º – As representações de dois ou mais Partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir Blocos Parlamentares, sob liderança comum, à qual caberá a competência de representá-los.

§ 2º – O Bloco Parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento às organizações partidárias com representação na Casa.

§ 3º – As lideranças dos Partidos que se coligarem em Bloco Parlamentar perdem suas prerrogativas regimentais.

§ 4º – Não será admitida a formação de Bloco Parlamentar composto de menos de quatro Deputados.

§ 5º – Se o desligamento de uma bancada implicar a perda do quórum fixado no parágrafo anterior, extingue-se o Bloco Parlamentar.

§ 6º – O Bloco Parlamentar tem existência circumscrita à legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores serem apresentados à Mesa para registro e publicação.

Art. 11 - A agremiação que integrava o Bloco Parlamentar dissolvido, ou a que se desvincular, não poderá constituir ou integrar outro na mesma Sessão Legislativa.

Parágrafo Único - A agremiação integrante do Bloco Parlamentar, não poderá fazer parte de outro concomitantemente.

#### **Capítulo V**

##### **Dos Líderes**

Art. 12 – Os Deputados são agrupados por representações partidárias ou de Blocos Parlamentares, cabendo-lhes escolher o Líder quando a representação for igual ou superior a quatro Deputados.

§ 1º – Cada Líder poderá indicar dois Vice-Líderes.

§ 2º – A escolha de Líder será comunicada à Mesa, no início de cada legislatura, ou após a criação de Bloco Parlamentar, em documento subscrito pela maioria dos integrantes da representação.

§ 3º – Os Líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha ser feita pela respectiva representação.

§ 4º – O Partido com bancada inferior a quatro Deputados não terá liderança, mas poderá expor a posição do Partido quando da votação de proposições, ou para uso da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às comunicações de lideranças.

§ 5º – Os Líderes e Vice-Líderes não poderão integrar a Mesa.

Art. 13 – O Líder, além de outras atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas:

I – usar da palavra, a qualquer momento da Sessão, em comunicação urgente, excetuando-se período da Ordem do Dia, quando as comunicações versarão, apenas, sobre a matéria em debate e votação;

II – fazer uso da palavra, pessoalmente ou por intermédio de Vice-Líderes, em defesa da respectiva linha política, no período das comunicações de lideranças;

III – participar, pessoalmente ou por intermédio dos Vice-Líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão de

que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar a votação ou requerer a verificação desta;

IV – indicar à Mesa os membros da bancada para compor as Comissões, e, a qualquer tempo, substituí-los;

§ 1º - Cada líder de Bancada terá direito a uma comunicação urgente por Sessão plenária, podendo delegar a um dos liderados a incumbência de fazê-la, desde que se trate de assunto de interesse da bancada.

§ 2º - As Bancadas Parlamentares informarão à Presidência da Mesa, seus Líderes e Vice-Líderes.

Art. 14 – O Governador do Estado, os Deputados pertencentes à oposição com assento no Poder Legislativo, poderão indicar Deputados para exercerem a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição, respectivamente, compostas de Líder e dois Vice-Líderes, com prerrogativas regimentais constantes nos incisos de I a III do artigo anterior.

Parágrafo Único - No Horário das Lideranças, os Líderes do Governo e da Oposição poderão fazer o uso da palavra por dez minutos, improrrogáveis.

## **TÍTULO II**

### **DOS ÓRGÃOS DA ASSEMBLÉIA**

#### **Capítulo I**

##### **Da Mesa**

Art. 15 – A Mesa, órgão diretivo dos trabalhos da Assembléia Legislativa é composta de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 3º Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 3º Secretário, 4º Secretário e 5º Secretário.

§ 1º – Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo 1º Vice-Presidente e, na sua ausência ou impedimento, sucessivamente, pelo 2º ou 3º Vice-Presidente; o 1º Secretário será substituído pelo 2º Secretário, e na sua ausência ou impedimento, sucessivamente, pelo 3º, 4º ou 5º Secretários.

§ 2º – Se, durante a Sessão, não estiverem presentes os Vice-Presidentes, o Presidente poderá passar a presidência aos Secretários, na ordem numérica.

§ 3º – A convite do Presidente, qualquer Deputado poderá exercer as funções de Secretário, quando se verificar a ausência dos titulares.

§ 4º – Nenhum membro da Mesa poderá deixar sua cadeira sem que possa ser substituído imediatamente.

§ 5º - Perderá o lugar na Mesa o Deputado que deixar de comparecer a 5 (cinco) Sessões Ordinárias consecutivas, sem causa justificada.

Art. 16 – A Mesa eleita no início de cada Sessão Legislativa servirá também nas Extraordinárias e em todas as prorrogações.

Parágrafo Único – As funções dos membros da Mesa da Assembléia somente cessarão:

I – ao findar a legislatura, no início das Sessões Preparatórias da legislatura seguinte;

II – nos demais anos de legislatura, com a eleição e posse da Mesa;

Art. 17 – Os membros efetivos da Mesa, bem como os Vice-Presidentes, não poderão fazer parte de qualquer Comissão Permanente ou Especial.

Art. 18 – À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

I – dirigir os trabalhos legislativos;

II – administrar a Assembléia Legislativa;

III – iniciar o processo legislativo nos seguintes casos:

a) fixação da remuneração de seus membros, do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, observadas as regras da Constituição do Estado do Paraná;

b) organização dos serviços administrativos;

c) criação, transformação e extinção de cargos e funções dos serviços da Assembléia e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

IV – apresentar à Assembléia, na Sessão de encerramento do ano legislativo, resenha dos trabalhos realizados, precedida de sucinto relatório sobre seu trabalho;

V – promover a realização de campanhas educativas e divulgações permanentes, bem como adotar as medidas adequadas para a promoção e valorização do Poder Legislativo, com o objetivo de fortalecimento das instituições democráticas;

VI – conforme o artigo 59 da Constituição Estadual, iniciar o processo de perda de mandato de Deputado Estadual, nos casos previstos no artigo 55, I, II e IV da Constituição Federal e declarar perda de mandato de Deputado nas situações aludidas nos incisos III, IV e V, observado o disposto no parágrafo 3º do mesmo artigo, da Constituição Federal e nos termos do parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar;

VII – encaminhar ao Plenário, ouvido o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, proposta de sustação de processo criminal contra Deputado, na forma da Constituição Federal artigo 53, parágrafo 3º, deste Regimento;

VIII – emitir parecer e expedir Resolução de Mesa ou elaborar projeto de resolução sobre pedidos de licença de Deputados;

IX – propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, frente à Constituição Federal e de lei ou ato normativo estadual ou municipal frente à Constituição Estadual, de ofício ou por deliberação do Plenário;

X – conferir caráter jurídico-normativo aos pareceres da Procuradoria da Assembléia, tornando-os cogentes para a administração;

XI – expedir atos referentes a pessoal, podendo delegar competências

XII – expedir resolução de Mesa com objetivo de regulamentar o funcionamento dos serviços administrativos do Poder Legislativo;

XIII – decidir, em grau de recurso, as questões relativas a pessoal e aos serviços administrativos da Assembléia;

XIV – aprovar a proposta orçamentária da Assembléia;

XV – requisitar ao Tribunal de Contas do Estado informações;

XVI – fixar as diretrizes para divulgação das atividades do Poder Legislativo;

XVII – estabelecer a denominação dos espaços físicos da Assembléia Legislativa;

XVIII - administrar e prover a polícia e serviços de segurança da Assembléia;

XIX - encaminhar aos outros poderes e outras autoridades requerimentos de informações;

XX - promulgar emendas à Constituição;

XXI - homologar a constituição de Comissões Provisórias;

XXII - realizar, pelos meios impresso e digital, a prestação mensal e pormenorizada das contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Parágrafo Único – A representação da Mesa, em juízo, compete à Procuradoria da Assembléia Legislativa.

### **Seção I**

#### **Do Presidente**

Art. 19 – O Presidente é o representante da Assembléia, quando ela houver de se enunciar coletivamente, o regulador dos seus trabalhos e o fiscal da sua ordem, na conformidade deste Regimento.

Art. 20 - São atribuições do Presidente, dentre outras expressas neste Regimento, dirigir e representar a Assembléia, incumbindo-lhe:

I – presidir às Sessões Plenárias da Assembléia;

II – abrir e encerrar as Sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento;

III – fazer ler, quando necessário, o Expediente pelo 1º Secretário, inclusive as mensagens e correspondências do Poder Executivo e Judiciário;

IV – conceder a palavra aos Deputados nos termos do Regimento;

V - dar posse aos Deputados;

VI – convidar o orador a declarar, previamente, se vai falar a favor ou contra a proposição em discussão;

VII – interromper o orador que se desviar da questão, faltar à consideração aos Poderes constituídos, advertindo-o, chamando-o à ordem e retirando-lhe a palavra;

VIII – chamar a atenção do orador, ao terminar a hora do expediente e da Ordem do Dia, ou quando se esgotar o tempo a que tem direito de ocupar a tribuna;

IX – anunciar a Ordem do Dia e o número de Deputados presentes;

X - submeter a discussão e a votação a matéria a isso destinada;

XI – estabelecer o ponto da questão sobre o qual devam ser feitas as votações;

XII – anunciar o resultado da votação;

XIII – nomear, por autorização da Assembléia, Comissões Externas;

XIV – designar, de acordo com a indicação partidária, substitutos para membros das Comissões, em suas vagas ou em seus impedimentos;

XV - promover e regular a publicação dos debates e de todos os trabalhos e atos da Assembléia, bem como das proposições promulgadas;

XVI – não permitir a publicação de expressões e conceitos vedados pelo Regimento;

XVII – organizar e designar a Ordem do Dia seguinte;

XVIII – informar a Assembléia sobre qualquer questão de ordem ou de prática parlamentar;

XIX – suspender a Sessão, deixando a cadeira da Presidência, quando as circunstâncias o exigirem;

XX - levantar a Sessão;

XXI – assinar todas as resoluções, mensagens e atos da Assembléia;

XXII – assinar a correspondência destinada ao Governador, ao Tribunal de Justiça do Estado, ao Tribunal Eleitoral e às Assembléias de outros Estados;

XXIII – convocar Sessões Extraordinárias, diurnas ou noturnas;

XXIV – presidir a Comissão Executiva, tomar parte nas suas discussões e deliberações com direito a voto e assinar os respectivos atos;

XXV - substituir, nos termos da Constituição, o Governador do Estado;

XXVI – promulgar leis, resoluções e emendas à Constituição;

XXVII – resolver, soberanamente, todas as questões de ordem que ocorrem durante as Sessões;

XXVIII – resolver sobre requerimentos que lhe forem apresentados de acordo com o Regimento;

XXIX – zelar pelo prestígio da Assembléia e dignidade de seus membros em todo o território do Estado;

XXX – dar posse ao Diretor Geral da Assembléia Legislativa;

XXXI - convocar e reunir, periodicamente, sob a sua presidência, os Líderes e Presidentes de Comissões Permanentes para avaliação dos trabalhos da Casa, exame de matérias em trâmite e adoção das providências julgadas necessárias ao bom andamento das atividades legislativas e administrativas;

XXXII - nomear os membros titulares e suplentes das Comissões, mediante indicação por escrito dos Líderes ou independentemente desta, se expirando o prazo fixado para este fim;

XXXIII - declarar a perda e lugar de membros das Comissões por motivo de falta;

XXXIV - assegurar os meios e condições necessárias ao pleno funcionamento das Comissões Permanentes e Temporárias constituídas;

XXXV - convidar o relator, ou outro membro da Comissão, para esclarecimento de parecer.

Art. 21 – O Presidente da Assembléia não poderá votar, exceto nos casos de empate, ou de escrutínio secreto.

Parágrafo Único – Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará a cadeira inteiramente ao seu substituto, enquanto se tratar do objeto que se propuser discutir.

Art. 22 – Sempre que o Presidente não se achar no recinto à hora regimental de início dos trabalhos, o 1º Vice-Presidente e, em sua falta, o 2º Vice-Presidente substitui-lo-á no desempenho de suas funções, seguindo - se o contido no artigo 15, parágrafo 5º deste Regimento, cedendo-lhe o lugar, logo que estiver presente.

Parágrafo Único – Quando o Presidente tiver que deixar sua cadeira, durante a Sessão, proceder-se-á da mesma forma.

## **Seção II**

### **Dos Secretários**

Art. 23 – São atribuições do 1º Secretário:

I – fazer a chamada dos Deputados, nos casos previstos neste Regimento;

II – proceder à leitura da matéria que constar no Expediente;

III – despachar toda a matéria do Expediente;

IV – receber, mandar fazer e assinar a correspondência oficial da Assembléia, exceto aquela constante do inciso XXII do artigo 20, deste Regimento;

V - receber, igualmente, as representações, convites, petições e memoriais dirigidos à Assembléia;

VI – fazer recolher e guardar em boa ordem as proposições de iniciativa da Mesa, para apresentá-las oportunamente;

VII – assinar, depois do Presidente, as Atas das Sessões, bem como todas as Resoluções da Assembléia;

VIII – contar os Deputados em verificação de votação;

IX – inspecionar os trabalhos da Secretaria, fazer observar o seu regulamento, interpretá-lo e fiscalizar as suas despesas;

X - providenciar para que sejam entregues aos Deputados, à medida que forem chegando no recinto, os exemplares do Diário da Assembléia e os avulsos impressos da matéria da Ordem do Dia;

XI – tomar nota das discussões e votações da Assembléia em todos os papéis sujeitos à sua guarda, autenticando-os com sua assinatura;

XII – mandar passar as certidões e entregar os documentos que estiverem na Secretaria, mediante requerimento dos interessados;

XIII – sobrepor emendas aos projetos recebidos sem elas, quando for o caso.

Art. 24 – São atribuições do 2º Secretário:

I – fiscalizar a redação das Atas e fazer a leitura;

II – assinar, depois do 1º Secretário, as Atas e as resoluções da Assembléia;

III – escrever as Atas das Sessões Secretas;

IV – auxiliar o 1º Secretário a fazer a correspondência oficial da Assembléia;

V - substituir o 1º Secretário nas suas faltas e impedimentos.

## **Capítulo II**

### **Da Procuradoria Parlamentar**

Art. 25 – A Procuradoria Parlamentar terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa Judicial e Extrajudicial da Assembléia, de seus órgãos e membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão de exercício do mandato ou das suas funções institucionais, assim como elaborar pareceres, estudos e outras informações do interesse da Instituição.

§ 1º – A Procuradoria Parlamentar providenciará ampla publicidade reparadora, além da divulgação a que estiver sujeito, por força de lei ou de decisão judicial, o órgão de comunicação ou imprensa que veicular matéria ofensiva à Casa ou a seus membros.

§ 2º – A Procuradoria promoverá, por intermédio do Ministério Público do Estado, da Procuradoria Geral do Estado ou de mandatários advocatícios, as medidas judiciais cabíveis para obter ampla reparação.

## **Capítulo III**

### **Das Comissões**

#### **Seção I**

#### **Disposições Gerais**

Art. 26 – As Comissões da Assembléia Legislativa são:

I – PERMANENTES, as de caráter técnico-legislativo ou especializado integrantes da estrutura institucional da Casa, co-partícipes e agentes do processo legiferante, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao exame e sobre eles deliberar, assim como o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária do Estado, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação;

II – TEMPORÁRIAS, as criadas para apreciar determinado assunto, que se extingue ao término da legislatura, ou, antes dele, quanto ao fim a que se destinam ou expirado seu prazo.

Art. 27 – Na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem da Casa, na data da posse dos Senhores Deputados.

Art. 28 – Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais Comissões, no que lhes for aplicável, cabe:

I – discutir e votar as proposições que lhe forem distribuídas, sujeitas à deliberação do Plenário;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – convocar Secretários de Estado e outras autoridades para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, ou conceder-lhe audiência para expor assunto de relevância de sua competência;

IV – encaminhar, através da Mesa, pedidos de informações a Secretários de Estado e outras autoridades;

V – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

VI – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VII – apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

VIII – exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

IX – determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

X – exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta;

XI – estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, em seu âmbito, conferências, palestras ou seminários;

XII – solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundações e da sociedade civil, para elucidação de matérias sujeitas a seu pronunciamento, não implicando dilação de prazos, para a diligência;

XIII – propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder de regulamentar ou os limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo decreto legislativo.

§ 1º – Aplicam-se à tramitação das proposições submetidas a deliberação conclusiva das Comissões, no que couber, as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

§ 2º – As atribuições contidas no inciso V do *caput* não excluem a iniciativa concorrente de Deputados.

## Seção II

### Das Comissões Permanentes e sua competência

Art. 29 – A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º – Às Comissões Permanentes, na respectiva área de atuação, compete, entre outras:

I – iniciar o processo legislativo em leis complementares e Ordinárias, nos casos permitidos pela Constituição;

II – emitir parecer sobre as proposições sujeitas à deliberação do Plenário, opinando pela aprovação ou rejeição, total ou parcial, ou pelo arquivamento e, quando for o caso, formular projetos delas decorrentes;

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas;

IV – sugerir ao Plenário o destaque de parte de proposições para constituir projeto em separado, ou requerer ao Presidente da Assembléia a anexação de proposições análogas;

V – requisitar, por intermédio de seu Presidente, diligências sobre matéria em exame;

VI – discutir e votar projetos de lei e decretos legislativos, excetuados os:

- a) de lei complementar;
- b) de código;
- c) de iniciativa de Comissão;
- d) em regime de urgência;
- e) de iniciativa popular;
- f) de leis orçamentárias;

VII – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

VIII – promover estudos, pesquisas e investigações sobre problemas de interesse público, relacionados com a sua competência;

IX – receber petições, reclamações ou representações de qualquer pessoa contra atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas;

X – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão para prestar informações;

XI – apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

XII – acompanhar as atividades das Secretarias de Estado, entidades autárquicas ou paraestatais, relacionadas com sua especialização;

XIII - convocar Secretários de Estado para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.

§ 2º - As Comissões Permanentes serão organizadas de dois em dois anos.

Art. 30 - As Comissões Permanentes são:

- I - Comissão Executiva;
- II - Comissão de Constituição e Justiça;
- III - Comissão de Finanças;
- IV - Comissão de Orçamento;
- V - Comissão de Tomada de Contas;
- VI - Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL;
- VII - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;
- VIII - Comissão de Educação, Cultura e Esportes;
- IX - Comissão de Segurança Pública;
- X - Comissão de Saúde Pública;
- XI - Comissão de Redação;
- XII - Comissão de Ecologia e Meio Ambiente;
- XIII - Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais.
- XIV - Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor;
- XV - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único - As Comissões Permanentes compõem-se de sete membros cada uma, salvo a Executiva, que é constituída pelo Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, e a de Constituição e Justiça, que se compõe de treze membros.

Art. 31 - As Comissões Permanentes organizar-se-ão dividindo-se o número de membros da Assembléia pelo número de membros de cada Comissão e o número de Deputados de cada Partido ou Bloco Parlamentar pelo quociente assim obtido. O quociente final representará o número de membros do Partido ou Bloco Parlamentar, cujos nomes serão indicados pelo respectivo Líder.

§ 1º - Se por esse processo não se preencherem todos os lugares de cada Comissão, caberão os lugares vagos aos Partidos ou Blocos Parlamentares ainda não representados, na ordem decrescente do número de membros de bancada e verificando-se igual número de Deputados, por Partido ou Bloco Parlamentar, a escolha se dará por sorteio.

§ 2º - Para a composição das Comissões adotar-se-á o número de Deputados indicados conforme estipulado no artigo 4º, parágrafo 9º deste Regimento e para cada legislatura, observado o contido no artigo 44 deste Regimento.

Art. 32 - Cada Partido ou Bloco Parlamentar terá em cada Comissão tantos suplentes quantos os seus membros efetivos.

Art. 33 - Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 1º - À Comissão Executiva compete:

I - opinar sobre as modificações do Regimento Interno;

II - dispor sobre criação, transformação ou extinção de seus serviços e da administração indireta sob sua vinculação e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - prover os cargos dos serviços administrativos;

IV - conceder licença, aposentadoria e vantagens previstas em lei aos servidores, bem como colocá-los em disponibilidade;

V - julgar concorrência e demais licitações;

VI - autorizar despesa, bem como a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços, podendo delegar tais atribuições;

VII - elaborar a proposta orçamentária da Assembléia e encaminhá-la ao Poder Executivo;

VIII - propor à Assembléia a criação ou modificação de seus serviços, dar parecer sobre projetos a eles relativos e baixar os respectivos regulamentos;

IX - interpretar conclusivamente, em grau de recurso, os dispositivos do regulamento dos serviços administrativos;

X - encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários aos dos seus serviços;

XI - autorizar a realização de concurso público;

XII - apresentar o orçamento analítico ao Plenário.

§ 2º - À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se, em caráter opinativo, sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado; sobre os recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias:

I - criação de municípios;

II - incorporação, fusão e desmembramento de município;

III - perda de mandato de Deputado;

IV - transferência temporária da sede do Governo;

V - organização dos Poderes do Estado;

VI - Ministério Público;

VII - intervenção nos municípios;

VIII - alterações de códigos;

IX - organização e divisão judiciária;

X - declaração de utilidade pública de associações civis.

a) sempre que a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição, a sua tramitação será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Diretora, ainda que dis-

tribuída para outras comissões, cabendo impugnação do autor preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça no prazo máximo de 15 dias da publicação do parecer. Desta decisão caberá recurso ao Plenário da Assembléia Legislativa. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será tida como definitivamente rejeitada; caso contrário, será encaminhada à próxima Comissão.

§ 3º – À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive as de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária, empréstimos públicos; fixar, em cada legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 5 de setembro de 1986.

§ 4º – À Comissão de Orçamento compete manifestar-se sobre a proposta de Orçamento-Programa, Orçamento Plurianual de Investimento do Estado e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, organizando, na sua falta, o Projeto de Lei Orçamentária tomando como base o orçamento em vigor, fiscalização de execução do orçamento e abertura de crédito.

§ 5º – À Comissão de Tomada de Contas compete manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do Tribunal de Contas; tomar as contas do Governador; fiscalizar as entidades da administração indireta, apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas.

§ 6º – À Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL compete manifestar-se sobre as proposições relativas a agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo: defesa animal e vegetal, irrigação e insumos sobre proposições industriais e comerciais e sobre subvenções e favores a quaisquer dessas atividades: sobre as proposições relativas ao turismo interno, ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros Estados e do exterior; e, manifestar-se, também, sobre proposições que se refiram ao Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

§ 7º – À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações compete manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral.

§ 8º – À Comissão de Educação, Cultura e Esportes compete manifestar-se sobre a educação e instrução pública ou particular, sobre questões relativas ao desenvolvimento cultural, ao desenvolvimento arqueológico e artístico, ao patrimônio histórico, e ao incentivo e difusão de todas as modalidades de esporte amador; manifestar-se em proposições que visem à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e ao apoio financeiro financeiro e institucional a projetos e programas voltados

à geração, à absorção, sistematização, aplicação e à transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, apoiando medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de base técnico-científico do Estado, constituído de entidades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços técnicos-especializados e por unidades de produção de bens de elevado conteúdo tecnológico.

§ 9º – À Comissão de Segurança Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar e Polícia Civil, assim como referentes à ordem e à segurança pública.

§ 10 – À Comissão de Saúde Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos, alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

§ 11 – À Comissão de Redação compete preparar a redação final das proposições, observadas as exceções regimentais.

§ 12 – À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, compete manifestar-se sobre as proposições relativas à disciplina das atividades humanas que interfiram ou alterem o meio ambiente, as que visam à conservação da natureza e evitem a depredação dos recursos naturais.

§ 13 – À Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais, terá as seguintes atribuições:

I – apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados;

II – solicitar à autoridade responsável que no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários;

III – não prestados os esclarecimentos, solicitar do Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias;

IV – entendendo o Tribunal que a despesa é irregular, se julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, poderá propor à Assembléia Legislativa sua sustação, se ainda não realizado, ou reembolso, se já realizado;

V – se assim deliberar, solicitar ao Tribunal de Contas a designação de técnico para, juntamente com seus membros, efetuar, *in loco*, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nas unidades administrativas dos três Poderes, da administração direta ou indireta, incluídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, nos termos dos artigos 74 e 75, inciso IV, da Constituição Estadual;

VI – fiscalizar a aplicação da Lei nº 8358, de 08 de setembro de 1986, representando ao Ministério Público, para as providências legais cabíveis, nos casos de não cumprimento do disposto em seu artigo 1º, parágrafo 2º, ou de constatação de irregularidades no processo licitatório;

VII – aspectos relacionados a municípios e que digam respeito a critérios de distribuição de verbas esta-

duais; convênios com o Estado; criação, fusão e desmembramento de municípios e intervenção nestes; desenvolvimento urbano, região metropolitana, aglomerações urbanas, microrregiões e redes de municípios, bem como solicitação de informações e documentos para instrução de proposições que lhes sejam relativas; habitação; transporte coletivo.

§ 14 – À Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor compete: manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e a cidadania, especialmente os instituídos pelo artigo 5º da Constituição Federal: bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos; manifestar-se sobre proposições e assuntos relativos à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas a violação dos direitos do consumidor.

§ 15 – À Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Criança e do Adolescente compete: manifestar-se em proposições cujo objeto seja de interesse da mulher; debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as mulheres; incentivar e promover estudos, debates e projetos relativos à condição feminina; apoiar medidas que visem ao fortalecimento e a ampliação de programas e casas-abrigo para o atendimento de mulheres vítimas de violência; apoiar a elaboração da Política Estadual da Defesa dos Direitos da Mulher, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural. No que tange à criança e ao adolescente, compete manifestar-se sobre proposições relativas aos direitos das crianças e adolescentes, bem como todas as matérias relacionadas à adoção das políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outras.

### Seção III

#### Das Comissões Temporárias

Art. 34 – As Comissões Temporárias são:

I – Especiais;

II – de Inquérito;

III – Externas.

§ 1º – As Comissões Temporárias compor-se-ão de tantos membros quantos forem previstos no ato de sua constituição, tendo no mínimo 7 (sete) e no máximo 11 (onze) membros.

§ 2º – Os membros da Comissão Temporária serão designados pelo Presidente por indicação dos Líderes, ou independente dela se, no prazo de quarenta e oito horas após ser criada, não se fizer a escolha.

§ 3º – Na constituição das Comissões Temporárias observar-se-á o rodízio entre as bancadas não contempla-

das, de tal forma que todos os Partidos ou Blocos Parlamentares possam fazer-se representar.

§ 4º – A participação do Deputado em Comissão Temporária cumprir-se-á sem prejuízo de suas funções em Comissões Permanentes.

§ 5º – Nenhum Deputado poderá ocupar simultaneamente, os cargos de Presidente e Relator em duas ou mais Comissões Temporárias.

Art. 35 – As Comissões Especiais serão constituídas por determinação da Assembléia, mediante requerimento escrito com a indicação do assunto de que devam tratar, o número de membros e o prazo de duração.

Art. 36 – A Assembléia, a requerimento de um terço de seus membros, ou de qualquer um deles, individualmente, mediante deliberação do Plenário, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º – Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º – Recebido o requerimento, o Presidente o mandará à publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais; caso contrário devolvê-lo-á ao Autor, para que se possível, o retifique, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco Sessões, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça.

§ 3º – A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até a metade, por uma única vez, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§ 4º – Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembléia, salvo mediante projeto de resolução.

§ 5º – A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de resolução, respeitada a proporcionalidade da representação partidária.

§ 6º – Do ato de criação constarão a previsão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à administração da Casa o atendimento preferencial das providências que forem solicitadas.

Art. 37 – A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica:

I – requisitar funcionários dos serviços administrativos da Assembléia, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidades da administração pública direta, indireta e fundacional, do Poder Judiciário ou do Ministério Público, necessários aos seus trabalhos;



II – determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer audiência de Deputados e Secretários de Estado, tomar depoimentos de autoridades estaduais e municipais e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais;

III – incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados dos serviços administrativos da Assembléia, da realização de sindicância ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa;

IV – deslocar-se a qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

V - estipular prazo para o atendimento de qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

VI – estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas de lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;

VII – se forem diversos os fatos inter-relacionados objeto do inquérito, dizer em separado sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais.

Parágrafo Único – As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal.

Art. 38 – Ao término dos trabalhos a Comissão apresentará à Presidência da Casa relatório circunstanciado, com as conclusões alcançadas para que esta, no prazo de (05) cinco Sessões, contadas do seu recebimento, o faça publicar no Diário da Assembléia, e o encaminhe:

I – à Mesa Executiva para as providências de alçada desta e submissão do relatório ao Plenário, para discussão e votação, dentro de cinco Sessões, contadas do recebimento do relatório pela Mesa e, conforme o caso, apresentação de Proposta de Emenda Constitucional, de Projeto de Resolução, de Lei, de Decreto Legislativo ou de Indicação, os quais cumpridos os prazos regimentais para emissão de parecer pelas comissões pertinentes, serão imediatamente incluídos na Ordem do Dia, ainda que não tenham sido emitidos pareceres em questão;

II – ao órgão de representação judicial do ente público prejudicado para que proponha medidas tendentes à reparação;

III - ao Ministério Público do Estado, com a cópia da documentação, para que promova a responsabilização civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

IV – ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes de dispositivos constitucionais e legais aplicáveis, assinalando o prazo hábil para seu cumprimento;

V – à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior;

VI - ao Tribunal de Contas do Estado para as providências contidas na Constituição Estadual.

§ 1º – A remessa será feita pelo Presidente da Assembléia, no prazo de cinco Sessões.

§ 2º - O prazo previsto no *caput* deste artigo, não flui durante o recesso parlamentar.

Art. 39 – As Comissões Permanentes e as Especiais poderão reunir-se fora do Poder Legislativo e deslocarem-se para qualquer parte do território do Estado, dependendo de aprovação da Comissão por maioria absoluta de seus membros desde que solicitada, fundamentada e subscrita pela totalidade de seus membros.

Art. 40 – As Comissões Externas poderão ser instituídas pelo Plenário da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado, para cumprir missão temporária autorizada, sujeita à deliberação do Plenário quando importarem ônus para a Casa.

Parágrafo Único – Para os fins deste artigo, considera-se missão autorizada aquela que implicar o afastamento do Deputado pelo prazo máximo de oito Sessões, se exercida no País, e de trinta, se desempenhada no exterior, para representar a Assembléia nos atos a que tenha sido convidada ou a que haja de assistir.

#### Seção IV

##### Da Presidência das Comissões

Art. 41 – Se qualquer das Comissões, Permanentes, Especiais ou de Inquérito, não se instalar dentro de cinco dias, contados da sua organização, o Presidente da Assembléia convocará os seus membros, com a antecedência de vinte e quatro horas, para se reunirem em uma das salas do Edifício da Assembléia, sob a presidência do 1º Vice-Presidente da Assembléia, e elegerem o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão.

§ 1º – Nas ausências e impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, que, nas mesmas hipóteses, será substituído pelo membro mais idoso.

§ 2º - O membro suplente não poderá ser eleito Presidente ou Vice-Presidente da Comissão.

§ 3º - Se vagar o cargo de Presidente ou de Vice-Presidente, proceder-se-á a nova eleição para escolha do sucessor, salvo se faltarem menos de seis meses para o término do mandato, caso em que o cargo será provido na forma indicada no parágrafo 1º deste artigo.

Art. 42 – Ao Presidente compete:

I - convocar a reunião da Comissão todas as vezes que julgar necessário, ou sempre que for solicitado por qualquer de seus membros, devendo a reunião ser anunciada com antecedência de pelo menos vinte e quatro horas;

II - presidir todas as reuniões e dirigir-lhes os trabalhos, designando relatores, distribuindo a matéria, regulando os debates, promovendo a publicação das Atas, suspendendo os trabalhos, quando julgar necessário, e, resolvendo, de acordo com o Regimento, todas as questões de ordem;

III - solicitar ao Presidente da Assembléia substitutos para os membros da Comissão, ausentes ou impedidos;

IV - usar o órgão de comunicação da Comissão, com a Mesa;

V - usar do voto de qualidade no caso de empate da votação.

Parágrafo Único – Assiste ao Presidente o direito de avocar os projetos de lei que desejar relatar.

### **Seção V** **Dos Pareceres**

Art. 43 – Parecer é o pronunciamento de Comissões sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

§ 1º – As Comissões deverão apresentar parecer às proposições, mensagens e demais papéis sujeitos à sua deliberação.

§ 2º – Os pareceres serão redigidos por escrito, em termos explícitos, sobre conveniência da aprovação ou da rejeição da matéria a que se reportem e terminarão por conclusões sintéticas.

§ 3º – Excepcionalmente, nos casos expressamente previstos no Regimento, os pareceres poderão ser verbais.

### **Seção VI** **Das Vagas e Impedimentos**

Art. 44 – As vagas nas Comissões verificar-se-ão:

I – com a cassação do mandato legislativo;

II – com a renúncia;

III – com a opção;

IV – com a perda de lugar;

V - com a licença com prazo que exceda a data prevista para o encerramento dos trabalhos.

§ 1º – A renúncia de qualquer membro de Comissão será ato acabado e definitivo.

§ 2º – Os membros da Comissão Executiva não poderão fazer parte de outra Comissão Permanente. O membro que é eleito para a Executiva e que não optar por uma delas, dentro de quarenta e oito horas, considerar-se-á como tendo preferido continuar naquela em que já figurava.

§ 3º – O membro da Comissão que deixar de comparecer a três reuniões Ordinárias consecutivas perderá o lugar, sendo nomeado, desde logo, substituto pelo Presidente da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado.

§ 4º – O Presidente da Assembléia preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas Comissões, dentro de

quarenta e oito horas, de acordo com a indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o substituto.

§ 5º – Quando a vaga se verificar na Comissão Executiva, em consequência de qualquer dos casos referidos neste artigo, ou por falta de comparecimento, sem causa justificada e devidamente comunicada por mais de quinze dias consecutivos, o preenchimento far-se-á de conformidade com o artigo 9º deste Regimento.

§ 6º – Será considerada vaga a cadeira de membro da Comissão quando o Deputado deixar o Partido pelo qual foi indicado, devendo o respectivo Líder do Partido ou do Bloco Parlamentar indicar no prazo de dez dias, novo representante.

Art. 45 – O membro da Comissão que não puder comparecer às reuniões deverá comunicar a sua ausência, previamente, ao Presidente da Comissão.

§ 1º – O Presidente da Assembléia, de ofício, a requerimento do Presidente da Comissão ou em consequência da comunicação de qualquer Deputado, designará substituto, por indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o impedido ou ausente.

§ 2º – Cessará a permanência do substituto na Comissão, desde que o substituído compareça às suas reuniões.

§ 3º – Nenhum Deputado poderá presidir reunião de Comissão, quando se debater ou votar matéria da qual seja Autor ou Relator.

§ 4º – Não poderá o Autor de proposição ser dela o Relator, ainda que substituto.

### **Seção VII** **Das Reuniões**

Art. 46 – As Comissões Permanentes reunir-se-ão ordinariamente na sede da Assembléia, em dias e horas prefixados, ressalvadas as convocações de Comissões Parlamentares de Inquérito que se realizarem fora da Capital.

§ 1º – Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da Sessão Ordinária ou Extraordinária da Assembléia Legislativa.

§ 2º – O Diário da Assembléia publicará, semanalmente, a relação das Comissões com designação do local e da hora em que se realizarem suas reuniões.

Art. 47 – As reuniões extraordinárias das Comissões terão lugar por convocação dos respectivos Presidentes, de ofício, ou a requerimento de um terço de seus membros.

Art. 48 – As reuniões Ordinárias ou Extraordinárias das Comissões durarão o tempo necessário aos seus fins, a juízo do Presidente.

Art. 49 – As reuniões das Comissões serão públicas, salvo disposições em contrário, podendo ser assistidas por qualquer Deputado, que poderá discutir perante elas o assunto de que se ocuparem e enviar sugestões e esclarecimentos.

§ 1º – Nas reuniões secretas servirá como Secretário da Comissão, por designação do Presidente, um de seus Membros.

§ 2º – Somente os Deputados ou autoridades convidadas ou convocadas, conforme deliberado, poderão assistir às reuniões secretas.

### **Seção VIII**

#### **Dos Trabalhos**

Art. 50 – Os trabalhos das Comissões obedecerão à seguinte ordem:

I – leitura, discussão e votação da Ata da Sessão anterior;

II – leitura sumária do expediente;

III – distribuição da matéria aos relatores, observada alternância entre seus membros;

IV – leitura dos pareceres definitivamente assentados;

V – leitura, discussão e votação de requerimentos ou relatórios.

§ 1º – Essa ordem poderá ser alterada pela Comissão para tratar de matéria urgente, ou, a requerimento de preferência de qualquer dos seus membros, para determinado assunto.

§ 2º – Tratando-se de matéria urgente, como tal considerada pelo Plenário ou por este Regimento, o Presidente designará relator independentemente de reunião da Comissão, tendo, nesse caso, o Deputado destacado para esse mister o prazo de quarenta e oito horas para oferecer o seu parecer.

§ 3º – As Comissões deliberarão por maioria de votos com a presença da maioria dos seus membros.

§ 4º – A Comissão que receber proposição, mensagem ou qualquer outro papel que lhe for enviado pela Mesa poderá propor a sua adição, ou a sua rejeição, total ou parcial apresentar projetos deles decorrentes, dar-lhes substitutivos e apresentar emendas e subemendas.

Art. 51 – O membro da Comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de dez dias para apresentação de seu parecer escrito.

§ 1º – O Presidente da Comissão poderá, a requerimento fundamentado do relator, prorrogar por mais cinco dias o prazo que lhe é concedido neste artigo. Esgotado o prazo regimental, sem que o relator haja apresentado parecer, o Presidente designará novo relator, ao qual o processo deve ser entregue imediatamente.

§ 2º – Apresentado o parecer, será lido ou dispensada a sua leitura, e, se estiver impresso, será o mesmo

posto em discussão pelo prazo que o Presidente julgar necessário.

§ 3º – Logo após o Parecer do Relator, ou mesmo antes de sua leitura desde que em pauta, qualquer dos membros da Comissão, assim como qualquer Deputado poderá encaminhar Emenda ao Projeto.

§ 4º – Recebida a Emenda o Relator emitirá seu Parecer.

§ 5º – A seguir as Emendas e os Pareceres serão colocados em discussão na forma do parágrafo 2º, *in fine* deste artigo.

§ 6º – A qualquer dos membros da Comissão que não se sentir suficientemente esclarecido sobre a matéria ou discordando do parecer do Relator, será concedida vista da proposição, pelo prazo improrrogável de três dias e, sobre ela poderá emitir Voto em Separado por escrito, se assim o desejar.

§ 7º – Se a vista for solicitada por mais de um Deputado, esta será concedida pelo mesmo e simultâneo prazo concedido ao primeiro solicitante.

§ 8º – Ao Projeto de Lei em Regime de Urgência será concedida vista pelo prazo improrrogável de um dia.

§ 9º – Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação do parecer e das emendas, que se forem aprovados em todos os seus termos será assinado pelos membros presentes, elaborando-se a redação final da proposição.

§ 10 – Se o parecer do relator não for adotado pela maioria da Comissão, o Presidente designará novo relator, dentre os que a constituem para emitir Parecer a ser submetido na Sessão subsequente.

§ 11 – Em havendo Voto em Separado divergente, por escrito, e tendo sido rejeitado o parecer do Relator, será o voto divergente submetido à votação, na mesma Sessão e, se aprovado pela maioria, será adotado como Parecer da Comissão, dispensada a designação de novo relator prevista no inciso anterior.

§ 12 – Esgotado o prazo destinado ao Relator, o Presidente da Comissão avocará a proposição ou designará outro membro para relatá-la, no prazo improrrogável de duas Sessões, se em Regime de Urgência, e de cinco Sessões, se em regime de tramitação ordinária.

§ 13 – Para efeito da contagem de votos relativos ao parecer serão considerados:

I – favoráveis – os “pelas conclusões” e os “com restrições”;

II – contrários – os “vencidos”.

§ 14 – Sempre que adotar parecer com restrição, o membro da Comissão expressará em que consiste a sua divergência; não o fazendo, o seu voto será considerado integralmente favorável.

§ 15 – Integrarão o parecer substitutivo, emendas ou quaisquer outros pronunciamentos escritos da Comissão.

§ 16 – Concluída a apreciação pelas Comissões Permanentes, a proposição e respectivos pareceres serão remetidos à Mesa para que seja incluída na Ordem do Dia.

§ 17 – Terá caráter conclusivo a votação de projeto rejeitado por maioria absoluta de votos na Comissão de Constituição e Justiça.

§ 18 – O projeto votado na forma do parágrafo anterior será submetido ao Plenário mediante recurso do Autor na forma deste Regimento.

§ 19 – À Comissão é lícito dividir, para facilitar o estudo, qualquer matéria sujeita ao seu exame, distribuindo cada parte, ou capítulo, a um relator parcial, mas designando um relator geral, para ser enviado à Mesa um só parecer.

§ 20 – Quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, poderão as Comissões, dividi-las para constituírem projetos separados.

§ 21 – Aplicam-se à tramitação dos projetos submetidos à deliberação das Comissões, no que couber, as disposições relativas para as matérias sujeitas à votação do Plenário.

§ 22 – Quando ocorrer o pedido de vista por Membro da Comissão, o Senhor Presidente colocará em votação a matéria. Sendo aprovado o pedido de vista pelo Plenário da Comissão, ele será concedido pelo prazo de três dias improrrogáveis; se a vista for solicitada por mais de um Membro da Comissão, será dada pelo mesmo prazo ao Projeto de Lei; em Regime de Urgência, não será concedido o pedido de vista.

Art. 52 – Todos os papéis destinados às Comissões serão recebidos pelo 1º Secretário da Assembléia, que no prazo de quarenta e oito horas encaminhará ao Presidente da Comissão e esta deverá enviar à Mesa os seus papéis, através do 1º Secretário.

Art. 53 – Qualquer Deputado poderá requerer, por escrito, à Assembléia, audiência de uma Comissão sobre determinado assunto.

Art. 54 – Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão atas, como resumo dos trabalhos e de tudo quanto houver ocorrido, as quais serão publicadas no Diário da Assembléia.

Art. 55 – As Comissões terão como Secretários funcionários da Assembléia Legislativa.

### **Seção IX**

#### **Do Assessoramento Legislativo**

Art. 56 – As Comissões contarão, para o desempenho das suas atribuições, com assessoramento da Consultoria Técnica às Comissões, especializadas em suas áreas de competência, a cargo do órgão de assessoramento institucional da Assembléia Legislativa, bem como da Procuradoria Parlamentar.

### **Capítulo IV**

#### **Da Remuneração e da Ajuda de Custo**

Art. 57 – A remuneração dos Deputados será estabelecida no fim de cada legislatura para a subsequente.

Art. 58 – A remuneração será devida:

I – a partir do início da legislatura, aos Deputados diplomados, na instalação da primeira Sessão Legislativa;

II – a partir da expedição do Diploma, ao diplomado posteriormente à instalação;

III – a partir da posse, ao Suplente em exercício.

Art. 59 – O Deputado que deixar de votar, a não ser que se tenha declarado impedido, deixará de receber o valor correspondente ao quociente obtido da divisão da remuneração pelo número de Sessões Ordinárias do mês anterior, desde que a votação seja interrompida ou ainda por falta de número.

Parágrafo único – A Mesa poderá mandar abonar até sete faltas por mês ao Deputado que justifique sua ausência e desde que esta não tenha contribuído para o adiamento da votação.

Art. 60 – Os Deputados somente serão remunerados pelo comparecimento às Sessões que forem realizadas que forem realizadas no horário regimental, previstas nos parágrafos 1º e 2º do artigo 77 deste Regimento.

Art. 61 – O Deputado não sofrerá desconto em sua ausência, se esta decorrer de desempenho de Missão Oficial.

Parágrafo Único – As despesas feitas, em razão de missão oficial a que se refere este artigo, serão ressarcidas.

Art. 62 – Considera-se Ajuda de Custo a compensação financeira de outras imprescindíveis ao comparecimento à Sessão Legislativa Ordinária ou à Sessão decorrente de Convocação Extraordinária.

Art. 63 – Terá direito à remuneração o Deputado que se encontrar em missão diplomática ou cultural de caráter transitório, autorizada pela Assembléia.

Art. 64 – Não terá direito à remuneração o Deputado investido nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital, se optar pela percepção da retribuição do cargo.

Art. 65 – O Deputado licenciado para tratar de assuntos particulares não terá direito à ajuda de custo e a remuneração.

Parágrafo único. O Deputado licenciado para tratamento de saúde, por mais de 120 (cento e vinte) dias, receberá durante a licença a remuneração devida, sem quaisquer outras vantagens, devendo, inclusive, ceder o espaço físico, na Assembléia Legislativa, ao suplente.

Art. 66 – Sempre que estiver fora da Assembléia, no exercício das funções, o Presidente será tido como presente para os fins do disposto neste Capítulo.

Parágrafo Único – O mesmo ocorrerá com respeito ao 1º e 2º Secretários quando, por delegação do Presidente, estiverem em representação da Assembléia.

Art. 67 – O Suplente convocado perceberá, a partir da posse, a remuneração e a ajuda de custo a que tiver direito o Deputado em exercício, observado o disposto no artigo 58 deste Regimento.

§ 1º – A remuneração será paga proporcionalmente, a partir da data da posse.

§ 2º – O valor correspondente à ajuda de custo não será devido ao Suplente reconvocato na mesma Sessão Legislativa.

### **Capítulo V**

#### **Da Extinção e da Perda do Mandato**

Art. 68 – As vagas, na Assembléia, verificar-se-ão em virtude de:

- I – falecimento;
- II – renúncia;
- III – perda de mandato.

Art. 69 – A renúncia do Deputado ao mandato deve ser dirigida à Mesa, por escrito, com firma reconhecida e independente de aprovação da Assembléia, mas somente se tornará efetiva e irrevogável depois de lida no Expediente e publicada no Diário da Assembléia.

Art. 70 – Considera-se haver renunciado:

I – o Deputado que não prestar o compromisso no prazo estabelecido neste Regimento ou que for empossado em função ou cargo incompatível com o mandato;

II – o Suplente que, convocado, não se apresentar para entrar em exercício no prazo estabelecido neste Regimento.

Art. 71 – O comparecimento efetivo do Deputado à Sessão será verificado, no decurso de sua duração, mediante registro em formulário próprio.

Art. 72 – A vacância, nos casos de renúncia, será declarada, em Sessão, pelo Presidente.

Parágrafo Único – Na Sessão seguinte à publicação da declaração e vacância, qualquer Deputado dela poderá interpor recurso para o Plenário, que deliberará, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 73 – Perde o mandato o Deputado:

I – que infringir qualquer das disposições constantes no artigo 58 da Constituição Estadual;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes;

III – que deixar de comparecer à terça parte das Sessões Ordinárias da Assembléia, em cada Sessão Legislativa anual, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada;

IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VI – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal.

§ 1º – Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Deputado, ou a percepção, no exercício do mandato, de vantagens indevidas.

§ 2º – Nos casos dos incisos I, II, III e V, a perda de mandato será decidida pela Assembléia, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Assembléia, assegurada ampla defesa após parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Art. 74. Na hipótese do inciso IV do artigo 73 deste Regimento, o Presidente da Assembléia encaminhará a documentação necessária para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que apresentará parecer, o qual deverá ser submetido ao Plenário da Assembléia Legislativa.

Art. 75 – O mandato do Deputado é incompatível com o exercício de qualquer função efetiva da União, dos Estados e dos Municípios, importando em renúncia do mandato a inobservância desta norma.

### **Capítulo VI**

#### **Da Convocação do Suplente**

Art. 76 – A Mesa convocará, imediatamente, o suplente nos casos de vaga, licença por mais de cento e vinte dias, ou de investidura nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital ou Chefe de Missão Diplomática temporária e deverá fazê-lo no dia da vaga, da licença ou da investidura.

Parágrafo único – O suplente terá o prazo de quinze dias para tomar posse, sob pena de ser considerado renunciante, salvo se comprovar motivo de doença.

## **TÍTULO III**

### **DOS TRABALHOS DA ASSEMBLÉIA**

#### **Capítulo I**

##### **Das Sessões da Assembléia**

Art. 77 – As Sessões da Assembléia Legislativa serão Preparatórias, Ordinárias e Extraordinárias.

§ 1º – Preparatórias são as que precedem a instalação dos trabalhos da Assembléia, em cada Sessão Legislativa.

§ 2º – Ordinárias são as de qualquer Sessão Legislativa, realizadas em todos os dias úteis, de segunda a quinta-feira.

§ 3º – Extraordinárias são as Sessões realizadas em dia ou hora diversos dos prefixados para as Sessões Ordinárias.

§ 4º – A Assembléia poderá realizar Sessões Solenes ou Especiais, que serão consideradas Extraordinárias, para comemorações ou homenagens.

Art. 78 – As Sessões Ordinárias terão início às 14h30min e durarão, no máximo 4h30min.

Parágrafo único – O Presidente poderá, excepcionalmente, convocar Sessões Ordinárias para o período matinal.

Art. 79 – Durante o período de seus trabalhos ordinários ou extraordinários, a Assembléia poderá realizar outras Sessões, afora as previstas por este Regimento, desde que assim decida a maioria, a requerimento de qualquer Deputado.

§ 1º – O Presidente prefixará o dia, a hora e a Ordem do Dia dessas Sessões Extraordinárias, dando-as a conhecer previamente à Assembléia.

§ 2º – A Hora do Expediente deverá se limitar à leitura do mesmo, quando houver.

Art. 80 – Tanto as Sessões Ordinárias como as Extraordinárias serão públicas, mas poderão ser secretas, quando assim for deliberado pelo Plenário.

Art. 81 – O prazo de duração das Sessões poderá ser prorrogado a requerimento de qualquer Deputado, desde que estejam presentes pelo menos um terço dos Deputados.

§ 1º – O requerimento objetivando a prorrogação de Sessão será escrito, independente de discussão, decidir-se-á por maioria de votos, desde que presentes pelo menos um terço dos Deputados, pelo processo simbólico, não admitirá encaminhamento de votação e deverá prefixar o prazo dessa prorrogação.

§ 2º – Quando a prorrogação for para que o orador inicie ou termine explicação pessoal, a mesma não poderá exceder de quinze minutos.

§ 3º – Quando a prorrogação se destina à votação só poderá ser concedida com a presença da maioria absoluta dos Deputados.

§ 4º – O requerimento de prorrogação poderá ser apresentado à Mesa, até o momento de anunciar o Presidente a Ordem do Dia seguinte.

§ 5º – Se houver orador na tribuna, no momento de findar a Sessão, e houver sido requerida a prorrogação, o Presidente interrompê-lo-á para submeter a votos o requerimento.

Art. 82 – A juízo do Presidente, ou por deliberação da Assembléia poder-se-á destinar a primeira hora de qualquer Sessão a grandes comemorações, homenagens póstumas ou à participação da comunidade em geral, no máximo 4 vezes por mês, ou interrompê-la para recepção de altas personalidades.

Art. 83 – Para manutenção da ordem, respeito e solenidade da Sessões, serão observadas as seguintes regras:

I – durante a Sessão os Deputados deverão permanecer nas respectivas bancadas;

II – nenhuma conversação será permitida no recinto em tom que dificulte a leitura dos atos ou documentos, a chamada nominal, as deliberações da Mesa e os debates;

III – falando da bancada, os oradores deverão manter-se em pé e em caso algum poderão fazê-lo de costas para a Mesa;

IV – os Deputados poderão apartear sentados, em termos breves e corteses;

V – não serão admitidos apartes às palavras do Presidente, paralelos aos discursos ou por ocasião do encaminhamento de votação.

Art. 84 – A Sessão Extraordinária pode ser convocada:

I – pelo Presidente da Assembléia, de ofício;

II – pelos Líderes, em requerimento escrito, sujeito à deliberação em Plenário;

§ 1º – Poderão ser convocadas Sessões Extraordinárias entre duas Ordinárias, tantas quanto forem necessárias.

§ 2º – O disposto no parágrafo anterior, não prevalece no caso de apreciação de proposições em Regime de Urgência.

§ 3º – A Sessão Extraordinária somente poderá ser realizada em dia ou hora diversos dos prefixados para as Ordinárias.

Art. 85 – Sempre que for convocada Sessão Extraordinária, o Presidente comunicará o fato aos Deputados em Sessão.

Parágrafo único – Se a convocação ocorrer em circunstâncias que não permitam a comunicação prevista neste artigo, a Mesa adotará os meios e providências que julgar necessários.

Art. 86 – A duração da Sessão Extraordinária será de duas horas e trinta minutos, admitindo-se prorrogação máxima por igual tempo.

Parágrafo único – O tempo destinado a Sessão Extraordinária será totalmente utilizado na apreciação da matéria objeto da convocação.

Art. 87 – A Assembléia Legislativa realizará, no máximo, oito Sessões Extraordinárias por mês.

## Seção I

### Das Sessões Públicas

Art. 88 – À hora do início da Sessão, o Presidente, usando a expressão: “SOB A PROTEÇÃO DE DEUS INICIAMOS NOSSOS TRABALHOS”, declarará aberta a Sessão, sendo lida e posta em discussão a Ata da Sessão anterior, a qual não havendo restrições, será dada por aprovada.

§ 1º – A discussão da Ata não deverá exceder a hora do Expediente, que é a primeira da Sessão.

§ 2º – No caso de qualquer reclamação, o 2º Secretário prestará os necessários esclarecimentos, e, quando, apesar deles, o Presidente da Mesa reconhecer a procedência da retificação, será essa consignada na Ata imediata. Da decisão do Presidente poderá haver recurso para o Plenário.

Art. 89 – Na discussão da Ata, qualquer Deputado poderá usar da palavra, uma vez e durante dez minutos, apenas para retificá-la.

Parágrafo Único - O Deputado que pretender retificar a Ata enviará à Mesa declaração escrita. Essa declaração será inserta em Ata, e o Presidente dará, se julgar conveniente, as necessárias explicações pelas quais a tenha considerado procedente, ou não, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 90 - A duração do Expediente é de 2h30min, assim distribuídos:

I – trinta minutos para leitura do Expediente e dos comunicados dos Senhores Deputados, dos pareceres das Comissões dos Projetos, indicações e requerimentos que se acharem sobre a Mesa, os quais serão mandados publicar. Esgotado este prazo, a matéria não lida será despachada pelo 1º Secretário para publicação;

II – trinta minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder ao prazo de cinco minutos, proibidos os apartes;

III – noventa minutos, improrrogáveis, destinados às lideranças de Bancadas Partidárias ou Blocos Parlamentares e oradores inscritos ou, na falta destes, aos Deputados que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

§ 1º – Os trinta minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra.

§ 2º – A hora final, dividida equitativamente, será atribuída aos Líderes, cabendo o uso inicial da palavra àquele que pertencer à mesma bancada do orador antecedente.

§ 3º – Aos Líderes de bancadas é facultado delegar a seus liderados o uso da palavra.

§ 4º – Ausente o Líder, competirá ao mais idoso dos Vice-Líderes presentes o uso da palavra ou indicação de membro da bancada para fazê-lo.

§ 5º – Na falta dos Líderes e Vice-Líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os parágrafos anteriores.

Art. 91 – Finda a hora do Expediente, passar-se-á à matéria destinada à Ordem do Dia.

§ 1º – Presente a maioria absoluta dos Deputados, dar-se-á início às votações, que obedecerão à ordem estabelecida no parágrafo 1º do artigo 101 deste Regimento.

§ 2º – Não havendo número para a votação, o Presidente anunciará o debate da matéria a ser discutida; mas, logo que houver maioria legal para deliberar, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra a interromper o seu discurso, para se proceder as votações.

§ 3º – As votações não serão interrompidas, salvo se verificar a falta de número, constatada pela chamada nominal, hipótese em que ficarão para a Sessão seguinte.

§ 4º – Terminadas as votações, o Presidente anunciará o debate da matéria em discussão, o qual será encerrado caso nenhum Deputado se inscrever ou solicitar a palavra, passando-se à sua imediata votação, se houver número.

§ 5º – Se não houver número para a votação imediata deverá ser reservado espaço, para esse fim, na Ordem do Dia seguinte.

§ 6º – Após as discussões da matéria constante da Ordem do Dia, serão votados os requerimentos apresentados na Sessão e os adiados na Sessão anterior, ficando destinado à explicações pessoais o tempo restante da Sessão.

§ 7º – A nenhum Deputado é lícito fazer uso da palavra, para explicações pessoais, mais de uma vez, e demorar-se na tribuna mais de quinze minutos, prorrogáveis, a critério do Presidente, por igual tempo.

Art. 92 – Concluídos todos os trabalhos, o Presidente encerrará a Sessão, proferindo a expressão “LEVANTA-SE A SESSÃO”.

Art. 93 – As inscrições dos oradores, para a hora do Expediente, serão feitas em livro especial, em ordem cronológica.

§ 1º – Não será permitida outra inscrição de Deputados antes que o orador inscrito tenha usado da palavra.

§ 2º – Se algum Deputado julgar conveniente a inclusão na Ordem do Dia de qualquer proposição, poderá solicitá-la por escrito ao Presidente.

Art. 94 – Todas as matérias que estejam em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia ficarão sob a guarda da Mesa.

Parágrafo único – É lícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Deputados, com recurso para o Plenário, retirar da Ordem do Dia proposição que necessite parecer de outra Comissão, desde que esteja em desacordo com exigência regimental ou demande qualquer providência antes da inclusão na Ordem do Dia.

## Seção II

### Das Sessões Secretas

Art. 95 – A Assembléia poderá realizar Sessões Secretas, se assim resolver a maioria dos seus Membros, através de requerimento escrito de qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo Único – Esse requerimento, em que deve ser indicado o objeto da Sessão, será submetido a voto independentemente de discussão.

Art. 96 – Para realizar a Sessão Secreta, o Presidente fará sair da sala, das galerias e demais dependências do recinto todas as pessoas estranhas, inclusive os empregados do serviço de debates e taquigrafia.

§ 1º – Reunida a Assembléia, em Sessão Secreta, deliberar-se-á, preliminarmente, se o assunto deve ou não ser assim tratado e, conforme o resultado, a Sessão continuará Secreta ou se tornará pública.

§ 2º – Antes de se encerrar a Sessão Secreta, a Assembléia resolverá se deverão ficar secretos ou constar da Ata pública os assuntos discutidos.

§ 3º – As Atas das Sessões Secretas serão aprovadas pela Assembléia antes de levantada a Sessão, deverão ser assinadas e rubricadas pela Mesa, fechadas em invólucros pelo 1º e 2º Secretários, com data da Sessão, e recolhidas ao arquivo da Assembléia.

## Seção III

### Da Audiência dos Secretários de Estado

Art. 97 – O Secretário de Estado comparecerá perante a Assembléia ou suas Comissões:

I – quando convocado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado;

II – por sua iniciativa, mediante entendimento com a Mesa ou a Presidência da Comissão, respectivamente, para expor assunto de relevância de sua Secretaria.

§ 1º – A convocação do Secretário de Estado será resolvida pela Assembléia ou Comissão, por deliberação da maioria da respectiva composição plenária, a requerimento de qualquer Deputado ou Membro da Comissão, conforme o caso.

§ 2º – A convocação do Secretário de Estado será comunicada mediante ofício do 1º Secretário ou do Presidente da Comissão, que definirá o local, dia e hora da Sessão ou reunião a que deva comparecer, com a indicação das informações pretendidas, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada, aceita pela Casa.

Art. 98 – A Assembléia reunir-se-á em Comissão Geral, sob a direção de seu Presidente, toda vez que perante o Plenário comparecer Secretário de Estado.

§ 1º – O Secretário de Estado terá assento na primeira bancada, até o momento de ocupar a tribuna, ficando subordinado às normas estabelecidas para o uso

da palavra pelos Deputados; perante Comissões, ocupará o lugar à direita do Presidente.

§ 2º – Não poderá ser marcado um mesmo horário para o comparecimento de mais de um Secretário de Estado à Casa, salvo em caráter excepcional, quando a matéria lhes disser respeito conjuntamente, nem se admitirá sua convocação simultânea por mais de uma Comissão.

§ 3º – O Secretário de Estado somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre assunto objeto de sua exposição ou matéria pertinente à convocação.

§ 4º – Em qualquer hipótese, a presença do Secretário de Estado no Plenário não poderá ultrapassar o horário normal da Sessão Ordinária da Assembléia.

Art. 99 – Na hipótese de convocação, o Secretário encaminhará ao Presidente da Assembléia ou da Comissão, até a véspera de sua presença na Casa, sumário da matéria de que virá tratar, para distribuição aos Deputados.

§ 1º – O Secretário de Estado, no início do Grande Expediente ou da Ordem do Dia, poderá falar até trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze, pelo Plenário da Casa ou da Comissão, só podendo ser aparteado durante a prorrogação.

§ 2º – Encerrada a exposição do Secretário de Estado, poderão ser formuladas interpelações pelos Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, exceto o autor do requerimento, que terá o prazo de dez minutos.

§ 3º – Para responder a cada interpelação, o Secretário terá o mesmo tempo que o Deputado teve para formulá-la.

§ 4º – Serão permitidas a réplica e a tréplica, pelo prazo de três minutos, improrrogáveis.

§ 5º – É lícito aos Líderes, após o término dos debates, usar da palavra por cinco minutos, sem apartes.

Art. 100 – Na eventualidade de não ser atendida convocação feita de acordo com a Constituição Estadual, o Presidente da Assembléia promoverá a instauração do procedimento legal cabível, inclusive no tocante à apuração da prática de crime de responsabilidade.

## Seção IV

### Da Ordem do Dia

Art. 101 – A Ordem do Dia, organizada pelo Presidente, será anunciada ao término da Sessão anterior e distribuída em avulsos antes de iniciar-se a Sessão respectiva.

§ 1º – Na Ordem do Dia serão colocados em primeiro lugar as propostas de emenda à Constituição e das proposições em regime de tramitação ordinária, na seguinte ordem:

I – redações finais;

II – 2ª discussão;



III – 1ª discussão;

IV – discussões únicas;

§ 2º – Cada grupo será iniciado pelas proposições em votação.

§ 3º – Dentro de cada grupo da Ordem do Dia, observar-se-á a seguinte disposição das proposições, na ordem cronológica de registro, a saber:

I – redações finais;

II – projetos de lei;

III – projetos de resolução;

IV – projetos de decretos legislativos.

§ 4º – Será permitido a qualquer Deputado, antes de iniciada a Ordem do Dia, requerer preferência para a votação ou discussão de uma proposição sobre a do mesmo grupo, conforme parágrafo 1º deste artigo.

Art. 102 – A Ordem estabelecida no artigo anterior poderá ser alterada ou interrompida:

I – em caso de preferência;

II – em caso de adiamento;

III – em caso de retirada da Ordem do Dia.

Parágrafo Único – Durante a Ordem do Dia, só poderá ser levantada Questão de Ordem atinente à matéria que esteja sendo apreciada na ocasião.

Art. 103 – O ementário da Ordem do Dia, acompanhado dos avulsos das proposições, assinalará, obrigatoriamente, após o respectivo número:

I – a discussão a que está sujeito;

II – de quem é a iniciativa;

III – a respectiva ementa;

IV – a conclusão dos pareceres, se favoráveis, com substitutivos, emendas ou subemendas;

V – a existência de emendas, relacionadas por grupos conforme os respectivos pareceres;

VI – outras indicações que se fizerem necessárias.

## **Capítulo II**

### **Das Questões de Ordem**

Art. 104 – Todas as dúvidas sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, constituir-se-ão em questões de ordem.

§ 1º – Todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembléia.

§ 2º – Nenhum Deputado poderá exceder o prazo de dez minutos para formular, simultaneamente, uma ou mais de uma questão de ordem.

§ 3º – No momento das deliberações, qualquer questão de ordem só poderá ser formulada ou justificada dentro do prazo que couber a cada Deputado, para encaminhar a votação.

§ 4º – Em qualquer fase da Sessão, poderá o Deputado solicitar “pela ordem” para esclarecer dúvida sobre disposição regimental ou reclamar a observância de dis-

posição expressa do Regimento Interno, exceto no momento das votações, em que só o relator e um Deputado, de preferência o autor da proposição em votação, o farão.

§ 5º – Sobre uma mesma questão de ordem cada Deputado poderá falar somente uma vez.

Art. 105 – O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicitar “pela ordem”, mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique, desde logo, o artigo do Regimento Interno sobre o qual paira dúvida ou que está sendo desobedecido no andamento dos trabalhos.

Art. 106 – Serão registradas em livro próprio e publicadas anualmente, em Avulso do Diário da Assembléia, todas as questões de ordem resolvidas pelo Presidente da Assembléia.

## **Capítulo III**

### **Seção I**

#### **Da Comissão Geral**

Art. 107 – A Sessão Plenária da Assembléia será transformada em Comissão Geral, por proposta conjunta de Líderes, ou por um terço dos membros da Assembléia, sob a direção de seu Presidente, para:

I – debate de matéria relevante;

II – estudo de qualquer assunto, ou outro fim determinado;

III – discussão de projeto de lei de iniciativa popular, desde que presente o orador que irá defendê-lo;

IV – comparecimento de Secretário de Estado.

§ 1º – A Assembléia será constituída em Comissão Geral, com a aprovação da maioria absoluta dos votos.

§ 2º – O requerimento propondo a constituição da Assembléia em Comissão Geral só será submetido à discussão e votação decorridas vinte e quatro horas de sua apresentação e deverá conter desde logo, o objeto, o dia e hora da reunião.

## **Capítulo IV**

### **Da Ordem Interna**

Art. 108 – O policiamento do edifício da Assembléia e de suas dependências compete, privativamente, sem intervenção de qualquer outro Poder, à Comissão Executiva da Assembléia.

§ 1º – Para esse policiamento, a Comissão Executiva poderá requisitar oficiais e praças da Polícia Militar, que serão postos à inteira disposição da Mesa.

§ 2º – É proibido o porte de arma de qualquer espécie no Edifício da Assembléia e suas áreas adjacentes.

§ 3º – É obrigatório aos Senhores Deputados e funcionários, durante a Sessão Plenária, o uso de traje passeio completo.

Art. 109 – Qualquer pessoa poderá assistir às Sessões das galerias, desde que esteja desarmada e guarde silêncio, sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembléia.

§ 1º – Haverá lugares especiais para senhoras, Secretários de Estado, autoridades federais e municipais e de outros Estados, ex-Deputados, membros do Corpo Consular, Magistrados, representantes do Ministério Público e funcionários.

§ 2º – Os representantes da imprensa, televisão e rádio ocuparão lugares especialmente reservados ao exercício de sua profissão junto à Assembléia.

§ 3º – No recinto do Plenário da Assembléia, durante as Sessões, só serão admitidos os Deputados, os funcionários da Secretaria em serviço e os representantes da imprensa, televisão e rádio, desde que devidamente autorizados pela Mesa.

§ 4º – Os espectadores que perturbarem a Sessão serão, por determinação do Presidente, compelidos a sair, imediatamente, do edifício da Assembléia.

Art. 110 – Quando, por simples advertência, não for possível ao Presidente manter a ordem, poderá o mesmo suspender ou levantar a Sessão.

Art. 111 – Se algum Deputado cometer, dentro do edifício da Assembléia, qualquer excesso digno de repreensão, a Comissão Executiva, tomando conhecimento do fato o exporá à Assembléia para esta determinar o que lhe parecer conveniente, em Sessão Secreta.

Art. 112 – Se no edifício da Assembléia for cometido algum delito, a Comissão Executiva realizará a prisão do responsável e instaurará inquérito sob direção de um de seus Membros, designado pelo Presidente, devendo servir como escrivão um funcionário da Secretaria.

§ 1º – Esse inquérito, que deverá ter rápido andamento, será enviado à autoridade judiciária competente.

§ 2º – Observar-se-ão nesse inquérito, no que couber, as regras do processo penal, administrativo e regulamentos policiais do Estado.

## Capítulo V Das Atas

Art. 113 – De cada Sessão da Assembléia lavrar-se-á, além da Ata destinada ao Diário da Assembléia, outra, resumida, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser lida em Sessão.

§ 1º – Depois de lida, a Ata será assinada pelo Presidente e pelo 1º e 2º Secretários.

§ 2º – Esta Ata será lavrada, ainda que não haja Sessão por falta de número, dela constando o Expediente despachado.

Art. 114 – O Diário da Assembléia publicará cada dia a Ata dos respectivos trabalhos.

Art. 115 – Os documentos lidos em Sessão serão mencionados na Ata em resumo e transcritos no Diário da Assembléia, de acordo com as disposições regimentais.

§ 1º – Os discursos proferidos durante a Sessão serão publicados por extenso, ou em resumo, na Ata destinada ao Diário da Assembléia.

§ 2º – As informações e os documentos oficiais, lidos pelo 1º Secretário, na hora do Expediente, em resumo, serão somente publicados na Ata destinada ao Diário da Assembléia, com a declaração integral requerida à Mesa e por ela deferida.

§ 3º – As informações enviadas à Assembléia pelo Governo do Estado, a requerimento de qualquer Deputado, serão publicadas na Ata impressa, antes de entregues a quem as solicitou.

§ 4º – Não se dará publicidade às informações oficiais de caráter reservado ou que ofendam a intimidade pessoal ou o interesse público.

§ 5º – Em qualquer das atas, não será inserido nenhum documento sem expressa permissão da Assembléia ou da Mesa, por despacho do 1º Secretário, nos casos previstos pelo Regimento.

§ 6º – Será lícito a qualquer Deputado fazer inserir na Ata impressa as razões escritas do seu voto, vencedor ou vencido, e sem alusões pessoais de qualquer natureza, desde que não infrinjam disposições deste Regimento.

§ 7º – Os pedidos de retificação da Ata serão decididos pelo Presidente, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 116 – A Ata da última Sessão de cada ano, Ordinária ou Extraordinária, será lida antes se levantar a Sessão, podendo ser aprovada por qualquer número.

## TÍTULO IV DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA Capítulo I Das Proposições em Geral

Art. 117 – Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembléia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às Comissões competentes e publicada no Diário da Assembléia e em Avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às Comissões.

§ 1º – As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.

§ 2º – Só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assunto da competência da Assembléia e redigidas de acordo com este Regimento.

§ 3º – Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e sintéticos.

§ 4º – A Presidência deixará de aceitar qualquer proposição que delegue a outro Poder atribuições exclusivas do Legislativo.

§ 5º – As proposições deverão ser seguidas de justificações sucintas e, quando citarem uma lei ou artigo de

lei, deverão transcrevê-los por extenso, em seguida da justificativa.

§ 6º – Não serão admitidas, em qualquer proposição, expressões ofensivas a quem quer que seja.

§ 7º – Exceto nos casos previstos neste Regimento, nenhuma proposição será objeto de discussão ou da votação, sem que sobre ela seja emitido parecer pela Comissão competente.

§ 8º – Quando apresentadas à Mesa, as proposições receberão um número de protocolo, em duas vias, no ato, contendo a data e o horário da protocolização, ficando uma via com a Mesa e outra em posse do autor.

Art. 118 – As proposições de iniciativa dos Deputados serão lidas pelo 1º Secretário na mesma Sessão em que forem protocoladas, e ao passar-se à Ordem do Dia, o Presidente as submeterá a voto, no sentido de se tornarem ou não objeto de deliberação.

§ 1º – Considerada a proposição objeto de deliberação, será a mesma enviada à Comissão competente, depois de numerada, registrada e extraída a cópia para a devida comunicação e publicação.

§ 2º – Não sendo considerada objeto de deliberação, estará a proposição desde logo rejeitada.

§ 3º – Independem de apoio, sendo sempre consideradas objeto de deliberação, as proposições das Comissões Permanentes, as de iniciativa do Governador do Estado e do Chefe do Poder Judiciário, e as que vierem assinadas por cinco Deputados pelo menos.

Art. 119 – Das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário.

Art. 120 – A Assembléia poderá decidir, a requerimento de qualquer Deputado, que determinada proposição seja juntada a outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das Comissões Permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só.

### **Seção I**

#### **Dos Projetos**

Art. 121 – A Assembléia exerce a sua função legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º – Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembléia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

§ 2º – Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre o que deva a Assembléia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como:

I – perda de mandato de Deputado;

II – matéria de natureza regimental;

III – criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, excedendo cinco em funcionamento;

IV – conclusão de Comissão de Inquérito;

V – declaração de procedência de acusação criminal contra o Governador e Vice-Governador de Estado e, quando houver convivência de seus Secretários de Estado;

VI – contas do Governador;

VII – mudança temporária da sede da Assembléia;

VIII – contas do Poder Legislativo, apresentadas pela Mesa;

IX – licença para Deputado desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural;

X – delegação legislativa ao Governador;

XI – todo e qualquer ato de sua economia interna, que não exceda os limites do simples ato administrativo, respeitando o regulamento dos seus serviços;

XII – consulta plebiscitária para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

§ 3º – Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembléia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:

I – fixação, em cada legislatura, da remuneração dos Deputados, para a subsequente;

II – fixação de remuneração do Governador e do Vice-Governador e Secretários de Estado;

III – solicitação de intervenção federal para garantir o livre exercício do Poder Legislativo;

IV – autorização para o Governador e Vice-Governador se afastarem do país ou do Estado, por mais de quinze dias;

V – aprovação ou suspensão de intervenção estadual nos Municípios;

VI – aprovação da indicação dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas;

VII – aprovação do nome do Procurador Geral da Justiça do Estado;

VIII – sustação de processo criminal contra Deputados;

IX – deliberação sobre solicitação do Tribunal de Contas a respeito de contrato inquinado de ilegalidade;

X – dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembléia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais.

Art. 122 – A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente da Assembléia Legislativa dentro de quarenta e oito horas da sua aprovação, sendo que se este não o fizer, o 1º Vice-Presidente fa-lo-á, em igual prazo.

Art. 123 – Os projetos deverão ser assinados pelos seus autores e divididos em artigos numerados, concisos e claros, sendo precedidos sempre de súmula enunciativa de seu projeto.

§ 1º – O autor do projeto poderá fundamentá-lo, por escrito ou verbalmente, observadas as prescrições deste Regimento.

§ 2º – Nenhum artigo de projeto poderá conter duas ou mais proposições independentes entre si, de modo que postas em votação, possa adotar-se uma e rejeitar outra.

§ 3º – Sempre que um projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa restitui-lo-á ao autor para organizá-lo de acordo com as determinações regimentais.

§ 4º – Não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional ou anti-regimental.

§ 5º – Todos os projetos, a juízo do Presidente da Assembléia, entrarão na Ordem do Dia, desde que tenham parecer das Comissões a cujo exame tiverem sido submetidos.

Art. 124 – A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único – Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Art. 125 – O projeto de lei que receber parecer contrário quanto ao mérito, de todas as Comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado.

Art. 126 – As matérias de projetos de lei, rejeitados ou não sancionados, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição, rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador.

## Seção II

### Das Indicações

Art. 127 – Indicação é a proposição de qualquer Deputado ou Comissão, sugerindo a adoção de medidas por parte das Comissões Permanentes da Assembléia, podendo, também, objetivar o envio de sugestão ou pedido de providência a qualquer entidade pública ou privada.

§ 1º – A indicação será redigida por escrito, em termos explícitos e em forma sintética, devendo ser assinada pelo autor.

§ 2º – A indicação será incluída na pauta da Sessão imediata à de sua apresentação e deferida pelo Presidente, se não houver pedido de destaque para sua discussão e votação.

§ 3º – Havendo pedido de destaque, a indicação será submetida à discussão e votação únicas.

## Seção III

### Dos Requerimentos

Art. 128 – Requerimento é todo pedido dirigido ao Presidente da Assembléia, sobre objeto de Expediente ou de ordem, por qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo Único – Os requerimentos são de duas espécies:

I – os sujeitos a despacho do Presidente;

II – os sujeitos à deliberação da Assembléia.

Art. 129 – Estarão sujeitos a despacho do Presidente e independem de apoio preliminar, de discussão e votação os requerimentos verbais que solicitarem:

I – a palavra, ou a desistência dela;

II – a posse de Deputados;

III – a leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;

IV – a retirada de requerimento verbal ou escrito;

V – a retificação de ata;

VI – a inserção de declaração de voto em Ata;

VII – a observância de algum dispositivo regimental;

VIII – a retirada pelo autor de proposição sem parecer ou com parecer contrário;

IX – verificação de votação;

X – o preenchimento de vagas nas Comissões;

XI – informações sobre a ordem dos trabalhos;

XII – chamada nominal para verificação de quórum.

Art. 130 – Serão escritos e independem de discussão e votação, sendo despachados pelo Presidente, de ofício, os requerimentos de qualquer Comissão, solicitando audiência de outras, sobre qualquer assunto, bem como os requerimentos de informações oficiais.

Art. 131 – Dependerão de deliberação do Plenário na forma dos parágrafos seguintes:

§ 1º – Serão escritos e independem de apoio e discussão, podendo ser votados com qualquer número, requerimentos que solicitarem:

I – publicação de informações oficiais no Diário da Assembléia;

II – nomeação de Comissões Externas;

III – inserção em Ata de votos de regozijo ou de pesar;

IV – levantamento da Sessão por motivo de pesar ou regozijo público;

V – manifestação de regozijo ou de pesar através de ofício, telegrama ou por qualquer forma escrita;

VI – permissão para falar sentado.

§ 2º – Serão escritos e independem de apoio e de discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos que tiverem por fim pedir:

I – dispensa de interstício para a inclusão de determinada proposição na Ordem do Dia;

II – dispensa de membro de qualquer Comissão;

III – dispensa de publicação de qualquer proposição;

IV – retirada de proposição, substitutivo, emenda ou subemenda com parecer favorável;

V - destaque de emenda aprovada, ou de parte de projeto, para constituir projeto separado;

VI – remessa a determinada Comissão, de papéis despachados a outra;

VII – discussão e votação de proposição por títulos, capítulos, grupos de artigos ou de emendas;

VIII – adiamento da discussão ou votação;

IX – encerramento de discussão;

X - votação por determinado processo;

XI – preferência;

XII – urgência;

XIII – audiência de uma Comissão sobre determinada matéria;

XIV – a inclusão de qualquer proposição na Ordem do Dia, nos termos deste Regimento.

§ 3º – Serão escritos e sujeitos a apoio e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos sobre:

I – convocação de Secretário de Estado e outras autoridades;

II – inserção nos Anais ou no Diário da Assembléia de documentos de publicação não oficiais;

III – criação de Comissões Especiais;

IV – Sessões Extraordinárias;

V – Sessões Secretas;

VI – licença para tratamento de saúde ou de interesse particular;

VII – autorização para realizar missão de caráter diplomático ou cultural;

VIII – quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobrevindos no decurso das discussões ou votações;

IX - de informações a Secretários de Estado e outras autoridades.

Art. 132 – A nenhum Deputado será permitido fazer seu o requerimento de outro, depois de por este retirado.

Art. 133 – Independência de apoio o requerimento subscrito por cinco ou mais Deputados.

Art. 134 – Os requerimentos de informações dirigidos a Secretários de Estado e outras autoridades somente poderão referir-se a fato relacionado com a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito à fiscalização da Assembléia Legislativa.

§ 1º – Se no prazo de quarenta e oito horas os esclarecimentos forem espontaneamente prestados, o requerimento não será encaminhado.

§ 2º – Não sendo prestadas as informações no prazo de trinta dias, o Presidente da Assembléia, mediante pedido do autor, aplicará as penas contidas no Parágrafo único do artigo 55 da Constituição do Estado.

§ 3º – Recebida a resposta, essa constará do Expediente e será encaminhada ao Deputado requerente.

§ 4º – O Presidente deixará de encaminhar requerimento de informação que contenha expressões descorteses, bem como deixará de receber resposta vazada em termos ofensivos da dignidade de Deputado ou da Assembléia, cientificando do ato o interessado.

Art. 135 – Se o Presidente decidir não encaminhar requerimento de informação dará conhecimento da decisão e de seus fundamentos ao autor, o qual poderá solicitar audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

#### **Seção IV** **Das Emendas**

Art. 136 – Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

Art. 137 – As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º – Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2º – Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

§ 3º – Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 4º – Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

§ 5º – Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

§ 6º – A Mesa fará publicar, na Ata dos trabalhos da Assembléia, qualquer emenda que houver sido recusada com fundamento no parágrafo anterior.

§ 7º – As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:

I – emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere;

II – emenda restritiva é a que diminui a extensão da disposição que modifica;

III – emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação.

§ 8º – A separação, em duas ou mais partes, de qualquer artigo, parágrafo, inciso ou alíneas de sua proposição, será para efeito de sua votação, considerada emenda supressiva.

§ 9º – A emenda à redação final só será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto.

Art. 138 – A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

Art. 139 – As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação.

Parágrafo Único – Independem de apoioimento as emendas das Comissões e as que forem subscritas por cinco Deputados.

Art. 140 – Nos projetos de competência exclusiva da Assembléia, dos Tribunais e do Ministério Público que disponham sobre criação ou extinção de cargos de sua Secretaria ou fixação dos respectivos vencimentos, somente serão admitidas emendas quando assinadas pela metade, no mínimo, dos Membros da Assembléia.

Art. 141 – As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, § 3º deste Regimento.

§ 1º – Apresentada emenda a projeto em discussão, em regime de urgência, o Presidente encaminha-la-á à Comissão competente para opinar no prazo de quarenta e oito horas.

§ 2º – Quando, pelo número ou importância das emendas oferecidas, tornar-se difícil o pronunciamento imediato do Plenário, o Presidente, a requerimento de Deputado, enviará o projeto e emendas à Comissão competente para emitir parecer, o qual será impresso e distribuído em avulsos sem sofrer discussão especial.

§ 3º – O Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Procurador Geral da Justiça poderão propor alterações aos projetos de sua iniciativa, enquanto estiver a matéria na dependência do parecer das Comissões.

## **Capítulo II**

### **Das Discussões**

#### **Seção I**

##### **Disposições Gerais**

Art. 142 – Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo será aprovado senão depois de ter passado por duas discussões, salvo os casos previstos expressamente neste Regimento.

Art. 143 – Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo poderá ser discutido, sem que tenha sido incluído na Ordem do Dia, pelo menos vinte e quatro horas antes.

Art. 144 – A primeira discussão de um projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo versará, exclu-

sivamente, sobre a sua constitucionalidade, legalidade e será feita em tomando-se a proposição como um todo.

Art. 145 – A segunda discussão será feita sobre cada artigo separadamente e as emendas que forem oferecidas entrarão em discussão conjuntamente com os artigos a que se referirem.

Parágrafo Único – Quando um projeto contiver um número considerável de artigos, a Assembléia poderá resolver, a requerimento de qualquer Deputado, que a segunda discussão se faça por títulos, capítulos, seções ou grupos de artigos.

Art. 146 – As emendas aceitas em segunda discussão passarão por mais uma discussão.

§ 1º – Essa nova discussão versará somente sobre as emendas aprovadas em segunda discussão.

§ 2º – Nessa discussão, é vedado oferecer outras emendas, salvo de redação.

Art. 147 – Adotado o projeto definitivamente, o mesmo será despachado com as emendas aprovadas à Comissão de Redação, e posto na devida forma, será impresso e distribuído em avulsos aos Deputados, entrando para a Ordem do Dia, a fim de ser discutida imediatamente a redação final.

Art. 148 – Os Deputados que desejarem falar numa discussão inscrever-se-ão após a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

§ 1º – Os oradores terão a palavra na ordem de inscrição alternadamente, a favor e contra.

§ 2º – Respeitada a alternância, a palavra será concedida dentre os inscritos na seguinte forma:

I – ao autor da proposição;

II – aos relatores, respeitada a ordem de pronunciamento das respectivas Comissões;

III – ao autor do voto vencido, originariamente designado relator, respeitada a ordem indicada no número anterior.

§ 3º - Na hipótese de todos os Deputados inscritos para a discussão de determinada proposição forem a favor ou contra ela, ser-lhes-á dada a palavra pela ordem de inscrição, sem prejuízo da precedência estabelecida no parágrafo anterior.

Art. 149 – O Deputado que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá:

I – desviar-se da questão em debate;

II – falar sobre o vencido;

III – usar de linguagem imprópria;

IV – ultrapassar o prazo regimental.

Art. 150 – Nenhum Deputado poderá solicitar a palavra quando houver orador na tribuna, exceto para solicitar a prorrogação de prazo ou levantar questão de ordem.

Art. 151 – Se um Deputado pretender falar sem que lhe haja sido dada a palavra, ou continuar com este gesto anti-regimental, o Presidente adverti-lo-á, convidando-o a sentar-se, mas se, apesar dessa advertência e desse convite, o Deputado insistir em falar, o Presidente dará por terminado o seu discurso.

Art. 152 – Em cada discussão, pode qualquer Deputado falar pelo prazo máximo de dez minutos, a favor ou contra, alternadamente, observado o disposto no artigo 148 deste Regimento.

Parágrafo Único – Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 153 – Sobre qualquer outra matéria em discussão não regulada por este Regimento, cada Deputado poderá falar uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 154 – Se algum Deputado pedir a palavra sobre requerimento sujeito a discussão, será esta adiada para depois de ultimada a Ordem do Dia seguinte.

Art. 155 – O encerramento normal de qualquer discussão dar-se-á pela ausência de oradores.

Art. 156 – É permitido a qualquer Deputado requerer o encerramento da discussão, observadas as seguintes regras:

I – na primeira discussão, desde que a matéria haja sido discutida em uma Sessão anterior;

II – na segunda discussão, quando já tenham falado, pelo menos, seis oradores, sobre o assunto cuja discussão se pretender encerrar.

Art. 157 – O Deputado dirigirá as suas palavras ao Presidente ou à Assembléia de um modo geral, não sendo permitidas expressões injuriosas ou descortesias.

Parágrafo Único – Referindo-se em discussão a um colega, o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de Senhor e dar-lhe sempre o tratamento de Excelência quando a ele se dirigir.

## **Seção II**

### **Do Adiamento da Discussão**

Art. 158 – Antes de ser iniciada a discussão de um projeto, será permitido o seu adiamento, que não excederá a dez Sessões e por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado por Deputado.

§ 1º – Ao projeto em regime de urgência será admitido adiamento por uma única Sessão apenas e desde que requerido por cinco Deputados ou por Líderes que representem esse número de Parlamentares;

§ 2º – Quando para a mesma proposição forem apresentados dois ou mais requerimentos será votado em primeiro lugar o de prazo mais longo.

## **Capítulo III**

### **Da Votação**

#### **Seção I**

#### **Disposições Gerais**

Art. 159 – A votação complementa o turno regimental da discussão.

§ 1º – Nenhuma matéria será colocada em votação sem a presença de número legal de Deputados.

§ 2º – O Deputado que adentrar ao Plenário terá sua presença anotada pelo Primeiro Secretário na Ata de Presença e o número de Deputados constante da Ata será o válido para todas as atividades regimentais.

§ 3º – Se o Deputado constante da Ata referida no parágrafo anterior não votar, o seu voto será considerado em branco.

§ 4º – Durante o tempo destinado à votação, nenhum Deputado poderá deixar o recinto das Sessões.

§ 5º – Tratando-se de causa própria ou assunto em que tenha interesse individual, deverá o Deputado dar-se por impedido, fazendo comunicação à Mesa. Para efeito de quórum, seu voto será considerado em branco.

§ 6º – Proceder-se-á imediata votação das proposições sujeitas a discussão, logo após o encerramento desta, se houver número na Casa. Caso tenham recebido emendas, retornarão às Comissões para parecer.

§ 7º – Só se interromperá a votação de uma proposição por falta de número regimental de presenças, ou por se ter esgotado o período destinado à Ordem do Dia. Nesse último caso, não tendo havido prorrogação, a votação ficará adiada, na parte em que se achar, para prosseguir na Sessão seguinte.

Art. 160 – É lícito ao Deputado, depois da votação, enviar à Mesa, para publicação, declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido, todavia, lê-la ou fazer a seu respeito qualquer comentário da tribuna.

Art. 161 – Salvo disposição constitucional ou regimental em contrário, as deliberações da Assembléia serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus Membros.

Art. 162 – Os Projetos de Leis Complementares à Constituição do Estado somente serão aprovados se obtiverem maioria absoluta da Assembléia, observadas, no seu trâmite, as demais normas regimentais para discussão e votação.

## **Seção II**

### **Dos Processos de Votação**

Art. 163 – São três os processos de votação:

I – simbólico;

II – nominal;

III – por escrutínio secreto.

Art. 164 – Pelo processo simbólico o Presidente, ao anunciar a votação de uma matéria, convidará os Deputados a favor para permanecerem sentados e proclamará o resultado manifesto dos votos.

Parágrafo Único – A votação será de modo inversa se a proposição tiver recebido, dentre os pareceres das Comissões, pelo menos um voto contrário ou quando não houver parecer.

Art. 165 – Nas votações simbólicas, após proclamado, pelo Presidente, o seu resultado, qualquer Deputado que delas tenha participado poderá pedir verificação de votação.

§ 1º – Requerida a verificação, o Presidente convidará os Deputados que votaram a favor, levantarem-se a fim de ser procedida a contagem. Feita esta, e depois de sentados os Deputados, o Presidente convidará a levantarem-se os que votaram contra, proclamando finalmente os resultados apurados, pró e contra.

§ 2º – É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma e, caso haja votado, por ocasião da verificação correspondente.

§ 3º – Não será procedida mais de uma verificação para cada votação.

Art. 166 – A votação nominal será processada da seguinte forma:

I – os nomes serão anunciados, em voz alta, pelo 1º Secretário;

II – os Deputados, levantando-se de suas respectivas cadeiras, responderão sim ou não, conforme aprovem ou rejeitem a matéria em votação;

III – as abstenções serão também anotadas pelo 1º Secretário.

Parágrafo Único – Para se praticar a votação nominal, será mister que algum Deputado a requeira por escrito e a Assembléia a admita.

Art. 167 – Para se praticar a votação por escrutínio secreto, a mesma será feita por meio de cédulas impressas ou datilografadas e recolhidas em urnas que ficarão sobre a Mesa.

Art. 168 – Far-se-á votação por escrutínio secreto somente quando assim o exigirem este Regimento, e a Constituição do Estado e nos casos de proposições que autorizam a realização de plebiscito para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios e que concedam títulos de cidadania honorária e benemérita.

### **Seção III**

#### **Do Método de Votação e do Destaque**

Art. 169 – Salvo deliberação em contrário, as proposições serão votadas em dois turnos.

Art. 170 – As emendas serão votadas em grupos, conforme tenham parecer favorável ou contrário.

§ 1º – Nos casos em que houver, em relação às emendas, pareceres divergentes das Comissões, serão votadas uma a uma, salvo deliberação em contrário.

§ 2º – O Plenário poderá conceder, a requerimento de qualquer Deputado, que a votação das emendas se faça destacadamente, ou uma a uma.

§ 3º – Também poderá ser deferida pelo Plenário a votação da proposição por partes, tais como: títulos, capítulos, artigos, seções ou grupos de artigos.

§ 4º – O pedido de destaque deverá ser feito antes de anunciada a votação.

§ 5º – O requerimento relacionado a qualquer proposição precederá na votação, observadas as exigências regimentais.

§ 6º – Destaque é o ato de separar uma proposição, para possibilitar a sua votação isolada pelo Plenário.

### **Seção IV**

#### **Do Encaminhamento da Votação**

Art. 171 – No encaminhamento da votação, será assegurada a palavra a qualquer Deputado, para encaminhá-la pelo prazo de dez minutos, cinco Deputados a favor e cinco contra, por ordem de inscrição, nos termos do artigo 153 deste Regimento.

Parágrafo Único – Na hipótese de todos os Deputados inscritos para a discussão de determinada proposição forem a favor ou contra ela, ser-lhes-á dada a palavra pela ordem de inscrição, sem prejuízo da precedência estabelecida no parágrafo 2º do artigo 148 deste Regimento.

Art. 172 – O encaminhamento da votação terá lugar logo após ter sido anunciada a votação.

Art. 173 – Para encaminhar a votação, cada Deputado, salvo os relatores, só poderá falar uma vez.

### **Seção V**

#### **Do Interstício**

Art. 174 – Denomina-se interstício o prazo decorrente entre dois atos consecutivos referentes a uma mesma proposição.

§ 1º – Entre cada votação e a discussão seguinte de um mesmo projeto haverá interstício de vinte e quatro horas.

§ 2º – A Assembléia poderá diminuir esse interstício, a requerimento de qualquer Deputado, nunca, porém, de modo que se faça na mesma Sessão uma votação e a discussão subsequente.

§ 3º – Será de quarenta e oito horas o prazo destinado à redação para nova discussão.

§ 4º – Tendo em vista a extensão do projeto e o número das emendas que lhe forem incorporadas na reda-



ção, o Presidente poderá prorrogar o prazo reservado às Comissões para esse fim.

Art. 175 – Não poderão ser dispensados de interstício para discussão, após sua aprovação, os projetos emendados, que serão enviados às Comissões, para a redação do vencido e os de criação de cargos na Secretaria da Assembléia e Tribunais.

#### **Capítulo IV** **Da Preferência**

Art. 176 – Denomina-se preferência a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra ou outras.

Art. 177 – Terão preferência para discussão e votação as seguintes matérias, na ordem assim estabelecida:

- I – prorrogação da Sessão Legislativa;
- II – emenda constitucional;
- III – adiamento da Sessão Legislativa;
- IV – matéria considerada urgente;
- V - Leis orçamentárias.

Art. 178 – Terão preferência na votação:

- I – as emendas supressivas;
- II – as emendas substitutivas sobre a proposição a que se referirem, bem como sobre as aditivas e as modificativas;
- III – as emendas das Comissões sobre as dos Deputados.

Parágrafo Único – Os requerimentos de preferência serão escritos e resolvidos pela ordem de sua apresentação, mas, quando simultaneamente, a preferência será regulada pela importância da matéria a que se referirem, a critério do Presidente.

Art. 179 – A ordem regimental poderá ser alterada por deliberação do Plenário da Assembléia.

§ 1º – Não será admitida a preferência de matéria em discussão sobre proposição em votação.

§ 2º – O requerimento de preferência para votação de qualquer artigo de uma proposição ou de uma emenda, sobre determinado artigo, deverá ser apresentado ao se anunciar a votação deste.

§ 3º – Para a votação de uma emenda preferencialmente às outras, deverá o requerimento ser apresentado ao se anunciar a emenda.

§ 4º – Para preferência de que resulte inversão parcial ou total da Ordem do Dia, será necessário requerimento escrito e apoiado por cinco Deputados.

§ 5º – Independerão desse número de assinaturas os requerimentos de preferência subscritos pelos Presidentes de Comissões Permanentes, pelos relatores de projetos ou por qualquer Membro da Mesa.

Art. 180 – Quando os requerimentos de preferência excederem a três, o Presidente verificará, por consulta prévia, se a Assembléia admite modificação na Ordem do Dia.

§ 1º – Admitidas as modificações, os requerimentos serão considerados na ordem de sua apresentação.

§ 2º – Recusada a admissão, considerar-se-ão prejudicados todos os requerimentos de preferência.

#### **Capítulo V** **Da Urgência**

Art. 181 – Urgência é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e a de parecer, mesmo verbal, das Comissões Permanentes, para que determinada proposição seja imediatamente considerada até sua decisão final.

Art. 182 – Aprovado pela Assembléia o requerimento de urgência para qualquer proposição, será esta encaminhada da seguinte forma:

I - será concedido o prazo de quarenta e oito horas a cada uma das Comissões Permanentes, após o recebimento pelo Presidente da mesma, que devam opinar a respeito, para que profiram os seus respectivos pareceres;

II - expirados os prazos em apreço, será a proposição incluída na Ordem do Dia, caso haja merecido os pareceres das Comissões Permanentes.

Art. 183 – Tratando-se de iniciativa do Poder Executivo objetivando a abertura de crédito, será dispensada a proposição, desde que lhe seja dado o regime de urgência, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, indo a mesma diretamente à Comissão de Finanças.

Art. 184 – Não se tratando de proposição que implique abertura de crédito ou despesas para o erário, poderá a mesma, a requerimento de qualquer Deputado e por aprovação da Assembléia, ser incluída na Ordem do Dia, sem observância das formalidades previstas nos artigos anteriores.

Art. 185 – Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma Sessão Legislativa, somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitado pelo Poder Executivo, os projetos vetados, além daqueles para os quais forem requeridas urgências por qualquer Comissão Permanente ou por seus respectivos Presidentes.

#### **DA REDAÇÃO FINAL**

Art. 186 – Ultimada a votação, será o projeto com as respectivas emendas, se houver, enviado à Comissão de Redação para elaborar o texto.

§ 1º – Excetuam-se o disposto neste artigo os projetos de lei orçamentária, tomada de contas do Governador.

dor e a emenda à Constituição, enviados à Comissão de Orçamento e à Comissão Especial de Reforma à Constituição, respectivamente.

§ 2º – A redação final será votada depois de publicada no Diário da Assembléia ou em avulsos.

§ 3º – A Assembléia poderá dispensar a publicação da redação quando a Comissão a aprovar por unanimidade.

§ 4º – A redação será dispensada, salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir, nos projetos aprovados em dois turnos sem emendas.

Art. 187 – Só caberão emendas à redação final para evitar incorreções de linguagem, incoerência notória e contradição evidente, ou correção pela aplicabilidade da proposta.

§ 1º – A votação dessas emendas terá preferência sobre a redação final.

§ 2º – Aprovada a emenda, voltará a proposição à Comissão de Redação para que apresente nova redação final, dentro de quarenta e oito horas.

§ 3º – Quando, após a aprovação da redação final e até a expedição do Autógrafo, se verificar inexatidão do texto, o Presidente procederá à respectiva correção, da qual dará conhecimento ao Plenário. Não havendo impugnação, considerar-se-á aceita a correção, em caso contrário, caberá decisão do Plenário.

Art. 188 – Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez e pelo prazo de quinze minutos.

## **Capítulo VII**

### **Do Autógrafo**

Art. 189 – Os autógrafos reproduzirão a redação final, aprovada pelo Plenário, ou o texto original, quando dispensada.

Art. 190 – Os autógrafos relativos a projetos de iniciativa deste Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Poder Executivo ou do Ministério Público serão enviados à sanção, acompanhados da autoria e do resumo das respectivas justificações, no prazo máximo de 10 dias contados da sua aprovação definitiva em plenário.

Parágrafo Único – Após a assinatura dos Autógrafos pelo Presidente da Assembléia, o 1º e 2º Secretários o farão num prazo de 48 horas, e na falta e impedimentos destes, o 1º e 2º Secretários serão substituídos respectivamente pelo 3º, 4º e 5º Secretários.

## **TÍTULO V**

### **DAS MATÉRIAS SUJEITAS A**

### **DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**

#### **Capítulo I**

##### **Da Proposta de Emenda à Constituição**

Art. 191 – Recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três dias para o oferecimento de emendas, subscritas na forma da Constituição.

Art. 192 – A Assembléia constituirá Comissão Especial composta de cinco Membros para, no prazo de vinte dias, opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.

Art. 193 – Recebido e Publicado o parecer da Comissão, a proposta e respectivas emendas serão incluídas na Ordem do Dia.

Art. 194 – A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício de cinco Sessões.

Art. 195 – Será aprovada a proposta, pelo processo nominal, que obtiver, em ambos os turnos, três quintos dos votos dos Membros da Assembléia Legislativa.

Art. 196 – Aplicam-se à proposta de emenda à Constituição, no que não colidirem com o disposto nos artigos anteriores, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.

Art. 197 – Proposta e emendas aprovadas, retornarão à Comissão Especial para elaborar a redação final.

Art. 198 – Aprovada a redação final, será a emenda promulgada pela Mesa da Assembléia, com o respectivo número de ordem.

## **Capítulo II**

### **Dos Projetos de Iniciativa do Governador do Estado com Solicitação de Urgência**

Art. 199 – A apreciação do projeto de lei de iniciativa do Governador do Estado, para o qual tenha solicitado urgência, nos termos do artigo 66, parágrafo 1º da Constituição do Estado.

§ 1º – Findo o prazo de quarenta e cinco dias de seu recebimento pela Assembléia Legislativa, sem a manifestação definitiva do Plenário, o projeto será incluído na Ordem do Dia, suspendendo-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 2º – A solicitação do regime de urgência poderá ser feita pelo Governador do Estado depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento, aplicando-se a partir daí o disposto neste artigo.

§ 3º – Os prazos previstos neste artigo não correm nos períodos de recesso da Assembléia nem se aplicam aos projetos de códigos, leis orgânicas e estatutos.

## **Capítulo III**

### **Dos Projetos de Código ou de Consolidação de Leis**

Art. 200 – Recebido ou apresentado por qualquer Deputado um projeto de Código ou de Consolidação de Leis, será o mesmo impresso, a fim de ser distribuído.

§ 1º – A Mesa enviará exemplares do projeto às corporações técnicas em geral e às autoridades, cuja audi-

ência possa ser útil, pedindo sugestões a respeito do projeto, as quais poderão ser enviadas dentro do prazo de sessenta dias.

§ 2º – Esgotado esse prazo, a Assembléia constituirá uma Comissão Especial composta de cinco Membros, para opinar, no prazo de trinta dias, sobre o projeto e as sugestões que tenham sido enviadas, podendo adotar aquelas que julgar convenientes.

§ 3º – Apresentado o parecer da Comissão Especial e depois de impresso juntamente com o projeto, permanecerá o mesmo sobre a Mesa, durante quinze dias, para receber emendas.

§ 4º – Após o prazo do parágrafo anterior, a Comissão Especial interporá parecer sobre as emendas, no prazo de quinze dias.

§ 5º – Apresentado o parecer, impresso e distribuído, o projeto será dado à discussão, que poderá prolongar-se por vinte Sessões.

§ 6º – A discussão e a votação serão feitas por títulos, não podendo qualquer Deputado falar mais de uma vez sobre cada título.

§ 7º – Por deliberação de dois terços de seus Membros a Assembléia poderá proceder a votação do texto em sua totalidade.

§ 8º – A requerimento da Comissão Especial, sujeito à deliberação do Plenário, os prazos previstos neste capítulo poderão ser prorrogados até o dobro.

§ 9º – Aprovado o projeto definitivamente, o mesmo retornará à Comissão Especial para elaboração da redação final.

§ 10 – Aprovada a redação final, será o projeto enviado à sanção no prazo improrrogável de cinco Sessões.

Art. 201 – Não se fará a tramitação simultânea de mais de dois projetos de Código ou de Consolidação de Leis.

Parágrafo Único – A Mesa só receberá projetos de lei, para tramitação na forma deste Capítulo, quando a matéria, por sua complexidade ou abrangência, deva ser apreciada como de Código ou de Consolidação de Leis.

#### **Capítulo IV**

##### **Do Projeto Orçamentário**

Art. 202 – Recebido o projeto de lei orçamentária, o Presidente comunicará a sua recepção ao Plenário em qualquer momento da Sessão, e, em seguida, a sua publicação em avulsos e remessa à Comissão de Orçamento.

Art. 203 – Durante dez dias, contados da data da distribuição dos avulsos do projeto, ficará ele, na Comissão de Orçamento, aguardando a apresentação de emendas.

Art. 204 – Escoado o prazo do artigo anterior, o Presidente da Comissão de Orçamento, determinará a classificação das emendas, no prazo de sete dias.

Art. 205 – O Presidente da Comissão de Orçamento e poderá designar um só relator para o projeto de lei orçamentária e emendas, ou vários relatores parciais e um geral, incumbido da coordenação e condensação das conclusões dos pareceres parciais.

Parágrafo Único – Fica assegurado, ao relator ou relatores do projeto de lei orçamentária, o direito de apresentar, juntamente com o parecer, emendas decorrentes do exame feito do projeto e emendas.

Art. 206 – A Comissão de Orçamento terá o prazo de dez dias, contados da publicação das emendas, para dar parecer sobre o projeto de lei e as emendas.

Art. 207 – Do parecer do relator sobre o projeto de lei orçamentária ou sobre as emendas não se concederá vistas a nenhum Deputado Membro da Comissão.

Parágrafo Único – Durante a discussão do parecer poderá usar da palavra qualquer Membro da Comissão por dez minutos, improrrogáveis; aos demais Deputados só será permitido usar da palavra por apenas cinco minutos. Depois de todos os oradores terem falado, o relator poderá replicar por prazo de quinze minutos improrrogáveis.

Art. 208 – A decisão da Comissão sobre as emendas é final, a menos que um terço dos Membros da Assembléia requeira a votação em Plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento.

Art. 209 – O Governador do Estado poderá enviar mensagem propondo modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não estiver concluída a votação da matéria a ser alterada.

Parágrafo Único – Recebida a mensagem, o Presidente da Assembléia Legislativa acertará com o Presidente da Comissão de Orçamento e o relator, prazos especiais para publicação, apresentação de emendas, elaboração de parecer e pronunciamento da Comissão de Orçamento, a respeito da retificação proposta, bem como para a sua apreciação em Plenário.

Art. 210 – Devolvida a matéria à Mesa, depois de publicado o parecer sobre o projeto e emendas, cuja votação for requerida na forma do artigo anterior, serão incluídos na Ordem do Dia para discussão e votação, observado o interstício de quarenta e oito horas.

Art. 211 – Aprovado o projeto definitivamente, retornará o mesmo à Comissão de Orçamento, para elaboração da redação final.

Art. 212 – Aprovada a redação final, será o projeto de Lei Orçamentária enviado à Sanção governamental.

Art. 213 – Rejeitado o projeto de lei orçamentária ou escoado o prazo sem a sua aprovação, o Presidente da

Assembléia fará a devida comunicação ao Governador do Estado.

## **Capítulo V**

### **Dos Projetos Vetados**

Art. 214 – Os projetos devolvidos à Assembléia, com veto total ou parcial do Governador, serão distribuídos à Comissão competente, segundo os fundamentos do veto, a qual emitirá parecer dentro do prazo improrrogável de dez dias.

§ 1º – Com parecer ou sem ele, se a Comissão não o apresentar dentro de dez dias, será o projeto vetado incluído na Ordem do Dia.

§ 2º – O veto será apreciado em Sessão única, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados em escrutínio secreto.

§ 3º – Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo anterior, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final.

§ 4º – Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Governador do Estado.

§ 5º – Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas, pelo Governador, nos casos do parágrafo anterior, o Presidente da Assembléia a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao 1º Vice-Presidente fazê-lo.

## **Capítulo VI**

Da Indicação de Autoridades, Conselheiro do Tribunal de Contas e do Procurador Geral da Justiça do Estado

Art. 215 – Recebida a indicação, será constituída Comissão Especial, composta de cinco membros, assegurada a representação proporcional, para, no prazo de três dias, opinar.

Parágrafo Único – A Comissão poderá ouvir o indicado, em Sessão reservada.

Art. 216 – Recebido o parecer, a Mesa convocará Sessão Especial, dentro de quarenta e oito horas, para deliberar sobre o nome proposto.

Art. 217 – A Assembléia deliberará em discussão única, por maioria dos Deputados presentes, em votação secreta.

Art. 218 – Os oradores deverão inscrever-se antes do início da discussão e do encaminhamento de votação, respectivamente.

Art. 219 – Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 220 – No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 221 – Os apartes, permitidos pelo orador, não poderão exceder a três minutos e não serão permitidos no encaminhamento da votação.

Art. 222 – A Assembléia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

## **Capítulo VII**

Das Modificações do Regimento Interno

Art. 223 – O Regimento só poderá ser modificado por meio de projetos de resolução, cabendo à Comissão Executiva interpor parecer sobre qualquer projeto nesse sentido.

§ 1º – O projeto e o parecer da Comissão Executiva, depois de publicados e distribuídos, serão submetidos à discussão em dois dias de Sessão, pelo menos.

§ 2º – Encerrada a discussão, se forem apresentadas emendas, a Comissão Executiva, dentro de três dias, se pronunciará.

§ 3º – Fica a Comissão Executiva autorizada a determinar ao término de cada legislatura, a consolidação e a publicação de resoluções aprovadas em Plenário, relativas às modificações do Regimento Interno.

## **Capítulo VIII**

Da Autorização para o Governador e o Vice-Governador do Estado ausentarem-se do País ou do Estado

Art. 224 – Recebido o pedido de licença do Governador ou Vice-Governador do Estado para ausentarem-se do País ou do Estado, por mais de quinze dias, a Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de três dias, opinará a respeito.

§ 1º – Recebido o parecer, a Mesa incluirá o projeto de Decreto Legislativo na Ordem do Dia.

§ 2º – A Assembléia deliberará, em discussão única, por maioria dos presentes, em votação simbólica.

§ 3º – Os oradores deverão inscrever-se antes do início da votação, respectivamente.

§ 4º – Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de dez minutos.

§ 5º – No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de cinco minutos.

§ 6º – Os apartes não poderão exceder a dois minutos e não serão permitidos durante o encaminhamento da votação.

§ 7º – O Presidente da Assembléia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

## **Capítulo IX**

### **Das Leis Delegadas**

Art. 225 – A Assembléia poderá delegar poderes, de acordo com o artigo 72 da Constituição do Estado.

Art. 226 – Não poderão ser objeto de delegação os atos da competência exclusiva da Assembléia Legislativa, a matéria reservada à lei complementar e a legislação sobre:

I – organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e garantia de seus Membros;

II – planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

III - direitos individuais.

Art. 227 – A delegação poderá ser solicitada pelo Governador ou proposta do Líder ou um terço dos Membros da Assembléia.

Art. 228 – Depois de publicada a matéria em avulsos, será constituída Comissão Especial, composta de cinco Membros, para emitir parecer sobre a proposta.

Art. 229 – A delegação do Governador terá forma de Resolução da Assembléia, que especificará o seu conteúdo, o prazo e os termos para o seu exercício.

Art. 230 – O projeto de lei aprovado pela Comissão Especial será remetido à sanção, salvo se, no prazo de dez dias de sua publicação, a maioria dos Membros da Comissão ou um quinto da Assembléia requerer sua votação pelo Plenário.

§ 1º – Se for determinada a votação pelo Plenário, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

§ 2º – Sempre que for requerida a votação pelo Plenário, o parecer da Comissão e o projeto serão distribuídos em avulsos e, dentro de cinco dias, contados da distribuição, será convocada Sessão para a discussão e votação da matéria.

Art. 231 – O projeto de Resolução, uma vez aprovado, será promulgado dentro de vinte e quatro horas, feita a comunicação ao Governador do Estado, conforme o caso.

Art. 232 – O projeto elaborado pelo Governador do Estado será votado na íntegra, admitindo-se a votação destacada de partes consideradas, pela Comissão, em desacordo com o ato da delegação.

## **Capítulo X**

Da Autorização para Instauração de Processo Criminal contra o Governador e o Vice-Governador do Estado e os Secretários de Estado

Art. 233 – A solicitação do Presidente do Superior Tribunal de Justiça para instauração de processo, nas

infrações penais comuns, contra o Governador e Vice-Governador do Estado e os Secretários de Estado será instituída com cópia integral dos autos da ação penal originária.

§ 1º – Recebida a solicitação, o Presidente despachará o expediente à Comissão de Constituição e Justiça, observadas as seguintes normas:

I – perante a Comissão de Constituição e Justiça, o acusado ou seu defensor terá o prazo de (10) dez Sessões para apresentar defesa escrita e indicar provas;

II – se a defesa não for apresentada, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo para oferecê-la no mesmo prazo;

III – apresentada a defesa, a Comissão procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de dez Sessões concluindo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de autorização e oferecendo o respectivo projeto de Resolução;

IV – o parecer da Comissão será lido em avulsos e incluído na Ordem do Dia da Sessão seguinte à de seu recebimento pela Mesa.

§ 2º – Se, da aprovação do parecer por (2/3) dois terços da totalidade dos Membros da Casa, resultar que a acusação seja admitida, considerar-se-á autorizada a instauração do processo, na forma do projeto de Resolução, proposto pela Comissão.

§ 3º – A decisão será comunicada pelo Presidente da Assembléia Legislativa ao Superior Tribunal de Justiça dentro de duas (02) Sessões.

## **Capítulo XI**

Do Processo nos Crimes de Responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado

Art. 234 – O processo nos crimes de responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado obedecerá às disposições da legislação em vigor.

## **Capítulo XII**

Da Criação, Incorporação, Fusão e Desmembramento de Municípios

Art. 235 – A criação de Municípios, incorporação, fusão e desmembramento poderão ser feitos mediante consulta plebiscitária às populações interessadas, atendidas as disposições da Lei Complementar Estadual, obedecidos os seguintes requisitos:

I – efetivação por lei estadual;

II – consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após elaboração e divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

III – preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano;

IV – não constituição de área encravada no Município de origem;

V – apresentação de relatório de viabilidade municipal.

Art. 236 – O procedimento para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Município terá início mediante representação, dirigida à Assembléia Legislativa, subscrita por, no mínimo, cem eleitores devidamente identificados residentes e domiciliados nas áreas diretamente interessadas.

§ 1º – O projeto deverá apresentar a área da unidade proposta em divisas claras, precisas e contínuas.

§ 2º – A aprovação do plebiscito dar-se-á pelo voto da maioria simples, exigindo-se comparecimento da maioria absoluta do eleitorado.

§ 3º – Se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado não tiver sido suficiente ou o resultado do plebiscito for desfavorável à proposição, esta não poderá ser renovada na mesma Sessão Legislativa.

Art. 237 – As representações sobre criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, atendidas as exigências estabelecidas em lei, serão lidas em resumo no Expediente e encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça.

§ 1º – Dentro de dez dias do seu recebimento, a Comissão de Constituição e Justiça solicitará aos órgãos competentes informações sobre os requisitos exigidos em lei, para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

§ 2º – Atendidos os requisitos legais, a Comissão de Constituição e Justiça apresentará projeto de resolução solicitando plebiscito na área para a qual foi proposta a criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios, conforme o caso.

§ 3º – Aprovado o projeto de resolução, por intermédio do Presidente da Assembléia, após a promulgação, será solicitado ao Tribunal competente a realização do plebiscito.

§ 4º – Recebida a comunicação do resultado do plebiscito, através de certidão do Tribunal competente, a Comissão de Constituição e Justiça, dentro de dez dias, elaborará o projeto de lei.

§ 5º – Enviado à Mesa, o projeto de lei terá andamento segundo o rito estabelecido para as demais proposições.

§ 6º – Aprovado o projeto de lei nos seus próprios termos, será expedido o autógrafo, independentemente da redação final; se aprovado com alterações, será enviado à Comissão de Constituição e Justiça, a qual oferecerá redação final, no prazo de cinco dias.

## **TÍTULO VI**

### **DO DECORO PARLAMENTAR**

#### **Capítulo I**

##### **Dos Deveres Fundamentais do Deputado**

Art. 238 - No exercício do mandato, o Deputado atenderá as prescrições constitucionais e regimentais e as contidas no Código de Ética e Decoro Parlamentar, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos e ao contido nos artigos 73 e 74 deste Regimento e no disposto nos artigos seguintes.

Art. 239 - São deveres fundamentais do Deputado:

I - promover a defesa dos interesses populares e estadual;

II - zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do Estado, particularmente das instituições democráticas, representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular;

IV - apresentar-se durante as Sessões Legislativas Ordinárias e Extraordinárias e participar das Sessões de Plenário e das reuniões de Comissão de que seja membro.

## **Capítulo II**

### **Das Vedações Constitucionais**

Art. 240 - É expressamente vedado ao Deputado:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissível *ad nutum*, nas entidades constantes na alínea anterior.

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, alínea “a”;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea “a”;

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo .

## **Capítulo III**

### **Dos Atos Contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar**

Art. 241 - É, ainda, vedado ao Deputado:

I - praticar abuso do poder econômico no processo eleitoral.

Parágrafo Único - É permitido ao Deputado, bem como seu cônjuge ou companheira, movimentar

contas e manter cheques especiais ou garantidos, de valores correntes e contrato de cláusulas uniformes, nas instituições financeiras.

Art. 242 - Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Assembléia Legislativa ;

II - a percepção de vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes;

IV - a criação ou autorização de encargos em termos que, pelo seu valor ou pelas características da empresa ou entidade beneficiada ou contratada, possam resultar em aplicação indevida de recursos públicos.

#### **Capítulo IV**

##### **Das Declarações Públicas Obrigatórias**

Art. 243 - O Deputado apresentará ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ao assumir o mandato, para efeito de posse, e noventa dias antes das eleições, no último ano de cada legislatura: declaração de bens e fontes de renda e passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge ou companheira ou de pessoas jurídicas por eles direta ou indiretamente controladas, de valor igual ou superior à sua remuneração mensal como Deputado.

#### **Capítulo V**

##### **Das Medidas Disciplinares**

Art. 244 - As medidas disciplinares são:

- a) advertência;
- b) censura;
- c) perda temporária do exercício do mandato;
- d) perda do mandato.

Art. 245 - A advertência é medida disciplinar de competência do Presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão.

Art. 246- A censura será verbal ou escrita.

§ 1º - A censura verbal será aplicada pelo Presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, no âmbito desta, quando não couber penalidade mais grave, ao Deputado que:

I - deixar de observar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os preceitos do regimento interno;

II - praticar atos que infrinjam as regras da boa conduta nas dependências da casa;

III - perturbar a ordem das Sessões ou das reuniões.

§ 2º - A censura escrita será imposta pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e homologada pela Mesa, se outra cominação mais grave couber ao Deputado que:

I - usar, em discurso ou proposição, de expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, no edifício da Assembléia Legislativa, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos presidentes.

Art. 247 - Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, quando não for aplicável penalidade mais grave, o Deputado que:

I - reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;

II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos regimentais, especialmente quanto à observância do disposto no artigo 243, deste Regimento;

III - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Assembléia Legislativa ou Comissão tenham decidido que devam ficar secretos;

IV - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

V - faltar, sem motivo justificado, à terça parte das Sessões, dentro da Sessão Legislativa Ordinária ou Extraordinária.

Art. 248 - Serão punidas com a perda de mandato:

I - a infração de qualquer das proibições constitucionais referidas no artigo 240 deste Regimento e artigo 58 da Constituição Estadual;

II - a prática de qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar capitulados nos artigos 241 e 242 deste Regimento e artigo 58 da Constituição Estadual;

III - a infração do disposto nos incisos III, IV, V e VI do artigo 59 da Constituição Estadual.

#### **Capítulo VI**

##### **Do Processo Disciplinar**

Art. 249 - A sanção de que trata o artigo 247 será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto por maioria absoluta da Assembléia, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado na Assembléia Legislativa, na forma prevista nos artigos 251 e 252 deste Regimento, executada a hipótese do parágrafo único deste artigo.

Parágrafo Único - Quando se tratar de infração ao inciso V do artigo 248, a sanção será aplicada, de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

Art. 250 - A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria abso-

luta de votos, mediante iniciativa da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de partido representado na Assembléia Legislativa, na forma prevista nos artigos 251 e 252 deste Regimento, e artigo 59, parágrafo 2º da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - Quando se trata de infração aos incisos III, IV e V do artigo 59, parágrafo 3º da Constituição Estadual, a sanção será aplicada de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

Art. 251 - Oferecida representação contra Deputado por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário da Assembléia, será ela inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ressalvadas as hipóteses do artigo 254 deste Regimento, quando o processo tem origem no Conselho.

Art. 252 - Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

I - o Presidente do Conselho, sempre que considerar necessário, designará três membros titulares do mesmo para compor Comissão de Inquérito, destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades;

II - constituída ou não, a Comissão referida no inciso anterior, será oferecida cópia da representação ao Deputado, que terá prazo de 5 (cinco) Sessões Ordinárias para apresentar defesa escrita e provas;

III - esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo;

IV - apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de 5 (cinco) Sessões Ordinárias da Assembléia Legislativa, salvo na hipótese do artigo 256 deste Regimento, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese, o Projeto de Resolução apropriado para declaração da perda do mandato ou da suspensão temporária do exercício do mandato;

V - em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para exame dos aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental, o que deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) Sessões Ordinárias;

VI - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constituição e Justiça, será o processo encaminhado à Mesa da Assembléia Legislativa e, uma vez lido no Expediente, será publicado no Diário da Assembléia Legislativa e distribuído em avulso para inclusão em Ordem do Dia.

Art. 253 - É facultado ao Deputado, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, a este será assegurado atuar em todas as fases do processo dele tendo vistas sempre que solicitar.

Art. 254 - Perante o Conselho de Ética e decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas ao descumprimento, por Deputado, de preceitos contidos no Regimento Interno.

§ 1º - Não serão recebidas denúncias anônimas.

§ 2º - Recebida a denúncia, o Conselho promoverá apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvir o denunciado e providenciar as diligências que entender necessárias, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º - Considerada procedente denúncia por fato sujeito às medidas previstas nos artigos 245 e 246 deste Regimento, o Conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos. Verificando tratar-se de infrações incluídas entre as hipóteses dos artigos 247 e 248 deste Regimento, procederá na forma do artigo 252 do Regimento.

§ 4º - Poderá o Conselho, independente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuída ao Deputado.

Art. 255 - Quando um Deputado for acusado por outro, no curso de uma discussão ou noutra circunstância, de ato que ofenda a sua honorabilidade, pode pedir ao presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, que apure a veracidade da arguição e o cabimento de sanção ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

Art. 256 - As apurações de fatos e responsabilidades previstos neste Regimento poderão, quando a sua natureza assim o exigir, ser solicitadas ao Ministério Público ou às autoridades policiais, por intermédio da Mesa da Assembléia, caso em que serão feitas as necessárias adaptações nos procedimentos e nos prazos estabelecidos neste Capítulo.

Art. 257 - O processo disciplinar regulamentado neste Regimento não será interrompido pela renúncia do Deputado ao seu mandato, nem serão pela mesma elididas as sanções eventualmente aplicáveis os seus efeitos.

Art. 258 - Quando, em razão das matérias reguladas neste Capítulo, forem injustamente atingidas a honra ou a imagem da Casa, de seus órgãos ou de qualquer dos seus membros, poderá o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar solicitar intervenção à Mesa.



## **Capítulo VII**

### **Do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar**

Art. 259 - Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos preceitos deste Capítulo e do Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar no Poder Legislativo.

Art. 260 - O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por cinco membros titulares e igual número de suplentes, eleitos para mandato de dois anos, observado, quando possível, o princípio da proporcionalidade partidária ou Blocos Parlamentares.

§ 1º - Os Líderes Partidários submeterão à Mesa as indicações dos Deputados que comporão o Conselho, respeitada a proporcionalidade partidária.

§ 2º - As indicações referidas no parágrafo anterior serão acompanhadas pelas declarações atualizadas, de cada Deputado indicado, onde constarão as informações referentes aos seus bens, fontes de renda, atividades econômicas e profissionais, nos termos do artigo 243 deste Regimento.

§ 3º - Acompanharão, ainda, cada indicação, uma declaração assinada pelo presidente da Mesa, certificando a inexistência de quaisquer registros, nos arquivos e anais da Assembléia Legislativa, referentes à prática de quaisquer atos ou irregularidades capitulados nos artigos 245 e 248 deste Regimento, independentemente da legislatura ou Sessão Legislativa em que tenham ocorrido.

§ 4º - Caberá à Mesa providenciar, durante os meses de fevereiro e março da primeira e da terceira Sessões Legislativas de cada legislatura, a eleição dos membros do Conselho.

Art. 261 - Enquanto não aprovar regulamento específico, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e a ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das Comissões, inclusive no que diz respeito à eleição de seu presidente e designação de relatores.

§ 1º - Os membros do Conselho deverão, sob pena de imediato desligamento e substituição, e ainda de outras cominações legais e regimentais, observar a discricção e o sigilo inerentes à natureza de sua função.

§ 2º - Será automaticamente desligado do Conselho o membro que não comparecer, sem justificativa, a 3 (três) reuniões, consecutivas ou não, bem assim o que faltar, ainda que justificadamente, a mais de 6 (seis) reuniões, durante a Sessão Legislativa.

Art. 262 - O Corregedor da Assembléia Legislativa participará das deliberações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com direito a voz e voto, compe-

tindo-lhe promover as diligências de sua alçada, necessárias aos esclarecimentos dos fatos investigados.

## **Capítulo VIII**

### **Corregedoria Parlamentar**

Art. 263 - A Corregedoria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, constituída de 1 (um) Corregedor e 2 (dois) Corregedores Substitutos, os quais serão eleitos da mesma forma pela qual o são eleitos os demais membros da Comissão Executiva.

Art. 264 - Compete ao Corregedor ou Corregedor Substituto:

I - promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

II - dar cumprimento às determinações da Mesa referentes a segurança interna e externa da Casa.

III - supervisionar a proibição de porte de arma, com poderes para revistar e desarmar;

IV - fazer sindicância sobre denúncia de ilícitos no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, envolvendo Deputados.

Art. 265 - O Corregedor poderá, observado os preceitos regimentais e as orientações da Mesa, baixar provimentos no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito da Casa.

Art. 266 - Compete aos Corregedores substitutos substituírem o Corregedor em seus eventuais impedimentos, de acordo com a ordem de precedência dos respectivos cargos na Mesa.

Art. 267 - Em caso de delito cometido por Deputado no Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, caberá ao Corregedor ou Corregedor Substituto por ele designado, presidir o inquérito instaurado para apuração dos fatos.

§ 1º - Serão observados no inquérito, o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Estado do Paraná, no que couber.

§ 2º - O presidente do inquérito poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar sua realização.

§ 3º - Servirá de escrivão, funcionário estável da Assembléia Legislativa designado pelo presidente do inquérito.

§ 4º - O inquérito será enviado após a sua conclusão, à autoridade competente.

§ 5º - Em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão do agente, que será entregue, com o auto respectivo, ao presidente da Assembléia Legislativa, atendendo-se, nesta hipótese

ao previsto no artigo 57, parágrafo 3º, da Constituição Estadual.

## **TÍTULO VII**

### **DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

#### **Capítulo Único**

##### **Da Iniciativa de Leis**

Art. 268 – A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um centésimo do eleitorado paranaense, distribuído pelo menos por cinquenta Municípios, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles, obedecidas as seguintes condições:

I – a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II – as listas de assinaturas serão organizadas por Municípios e Distritos Administrativos ou Judiciários, em formulários padronizados pela Mesa da Assembléia;

III – o projeto será instruído com documento hábil do Tribunal Regional Eleitoral quanto ao contingente de eleitores alistados em cada território municipal, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes;

IV – será lícito a entidade da sociedade civil patrocinar a apresentação de projetos de iniciativa popular, responsabilizando-se inclusive pela coleta de assinaturas;

V – o projeto será protocolado e encaminhado ao Presidente da Assembléia, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação;

VI – o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral;

VII – nas Comissões ou em Plenário, transformado em Comissão Geral, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei, pelo prazo de vinte minutos, o primeiro signatário, ou quem este tiver indicado quando da apresentação;

VIII – cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão de Constituição e Justiça, em proposições autônomas, para tramitação em separado;

IX – não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição e Justiça livrá-lo dos vícios formais para sua tramitação;

X – a Mesa designará Deputado para exercer, em relação a projeto de lei de iniciativa popular, os poderes ou atribuições conferidos por este Regimento ao Autor da proposição, devendo recair sobre quem tenha sido, com a sua anuência, previamente indicado com essa finalidade pelo primeiro signatário do projeto.

## **TÍTULO VIII**

### **Capítulo Único**

#### **Da Secretaria da Assembléia**

Art. 269 – Os serviços da Assembléia serão executados pela sua Secretaria e regulamento especial aprovado pela Mesa, que será considerado parte integrante deste Regimento.

§ 1º – O regulamento da Secretaria não poderá conter nenhuma disposição que contrarie este Regimento.

§ 2º – Cabe à Comissão Executiva apresentar Projeto de Resolução para elaborar e modificar o regulamento da Secretaria.

Art. 270 – É facultado à Comissão Executiva delegar a qualquer de seus Membros e ao Diretor Geral competência para a prática de atos administrativos.

## **TÍTULO X**

### **Capítulo Único**

#### **Das Disposições Finais**

Art. 271 – Salvo disposições em contrário, os prazos assinados em dias ou Sessões neste Regimento computar-se-ão, respectivamente, como dias corridos ou por Sessões Ordinárias da Assembléia efetivamente realizadas; os prazos fixados por mês contam-se de data a data.

§ 1º – Exclui-se do cômputo o dia ou Sessão Legislativa inicial e inclui-se o do vencimento.

§ 2º – Os prazos, salvo disposições em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de recesso parlamentar da Assembléia Legislativa.

Art. 271 – Os atos ou providências, cujos prazos se achem em fluência, devem ser praticados durante o período de expediente da Assembléia ou das Sessões Ordinárias, conforme o caso.

Art. 272 – É vedado dar denominação de pessoas vivas a qualquer das dependências da Assembléia.

Art. 273 – Serão arquivados, em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em legislaturas anteriores.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Poder Executivo, da Mesa e aos projetos vetados.

Art. 274 – Durante as Sessões serão mantidos sobre a Mesa principal dos trabalhos do Plenário, exemplares da Bíblia, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Paraná e do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, para consulta dos Deputados.

**Requerimentos:**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 124 de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 125 e 129 de autoria da Deputada Elza Correia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 126 de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 127 de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 130 de autoria dos Deputados Nereu Moura e Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 131 e 132 de autoria da Deputada Alexandre Curi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 133 de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 134 de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 135 e 138 de autoria da Deputada Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 136 de autoria dos Deputados Elio Rusch, Durval Amaral, Barbosa Neto e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 137 de autoria do Deputado Ademir Bier com apoio dos Deputados Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elio Rusch, Elton Carlos Welter e Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 139 de autoria do Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 140 de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 141 de autoria dos Deputados Elio Rusch e Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 142 de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

**Explicações Pessoais:****Deputado Natálio Stica (PT)**

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ouvi hoje aqui o pronunciamento do Deputado Scarpellini fazendo algumas críticas à Secretaria da Educação do Estado do Paraná.

Queria lembrar ao Deputado Scarpellini que esta Casa no ano de 2004 aprovou o plano de cargos dos professores do nosso Estado que é, sem sombra de dúvida, o melhor plano de cargos e salários do Brasil.

Além disto este plano de cargos traz, em seu bojo, não só a referência salarial mas traz principalmente o resgate do horário estipulado para que o professor tenha não somente a hora-aula que ele cumpre nas escolas mas a hora de preparação de aula o que estava esquecido nos últimos anos do ex-Governador.

Queria dizer mais ainda, neste exato momento, estão acertando detalhes para a viagem de segunda-feira ao Rio de Janeiro o Secretário de Estado, Maurício Requião e o Governador, Sr. Roberto Requião que vão exatamente receber um prêmio do MEC e outras entidades que não tenho aqui agora para nossa Secretaria da Educação do Estado do Paraná. Portanto a Secretária da Educação do Estado do Paraná no momento em que recebe um prêmio traz para o Paraná amostra de que a Secretaria da Educação está, assim como todo o Paraná, mudando a realidade do nosso Estado. E a Educação não poderia ser diferente. Por isso parablenizo a Secretaria da Educação pelo prêmio que vai receber segunda-feira. E deixo ao Deputado Scarpellini à disposição para trazer números também desta Secretaria.

Muito obrigado.

**Ordem do Dia da próxima Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 015/2004.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 705/2001 e do Projeto de Resolução nº 018/2004.

Levanta-se a Sessão.

